

**MERCOSUL : MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO**

**- UMA INTEGRAÇÃO A SE REALIZAR -**

**Natália de Mello Araújo Ferreira**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO**

**CURSO DE POS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**COMO REQUISITO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO**

**DE MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS - ESPECIALIDADE DIREITO**

**Orientadora : Profa. Dra. Vera Terezinha Araujo Grillo**

**FLORIANÓPOLIS**

**1 9 9 3**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIENCIAS JURIDICAS**  
**CURSO DE POS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

A dissertação **MERCOSUL : MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO**  
**- UMA INTEGRAÇÃO A SE REALIZAR -**

elaborada por Natália de Mello Araujo Ferreira

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi  
julgada adequada para a obtenção do titulo de  
**MESTRE EM DIREITO.**

Florianópolis, 20 de outubro de 1993.

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Vera Terezinha de Araujo Grillo - Presidente

Prof. Dr. José Alcebiades Júnior - Membro

Prof. Msc. José Márcio Marques Vieira - Membro

Professor Orientador:

Profa. Dra. Vera Terezinha de Araujo Grillo -

Coordenador do Curso:

Prof. Dr. Leonel Severo Rocha -

*Locha*

*Vera*

*A saudade do mar azul de  
Florianópolis...*

## AGRADECIMENTOS

Durante a elaboração da presente dissertação, muitas pessoas estiveram de alguma forma vinculadas a este processo. Gostaria de fazer uma breve lembrança a essas pessoas - muitas talvez nem o saibam - que me ajudaram com críticas, observações, sugestões, apoio, carinho e acima de tudo com o seu sincero desejo de lutar pela preservação do meio ambiente.

A minha orientadora Profa. Vera Grillo, que apesar da distância, sempre esteve presente e atenta às minhas incertezas e dúvidas.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudos que possibilitou a realização deste trabalho.

Aos amigos e colegas do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, em especial aos amigos Jackson e Lula por tantos momentos de amizade, descontração, troca de idéias e de ideais compartilhados.

Na permanente busca por material bibliográfico, informações e dados pertinentes tanto ao MERCOSUL quanto à temática ambiental, algumas pessoas e entidades foram de extrema importância para a concretização da minha pesquisa.

Dentre essas pessoas e entidades, gostaria de mencionar Sonia Borgonov, pelo entusiasmo e otimismo contagiante e por ter possibilitado o meu contato com o ex-curador do meio ambiente do Estado do Rio de Janeiro, João Batista Petersen e com a organização-não-governamental FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, que foram de grande auxílio com sugestões e material bibliográfico.

A Greenpeace Brasileira pelas inúmeras informações fornecidas sobre os problemas ambientais mais emergentes.

Ao Consulado do Uruguai pelo empréstimo de livros e pela doação de um sem número de revistas e informes referentes ao Projeto MERCOSUL.

A querida Tia Léa, que em Brasília, tentou desbravar os labirintos burocráticos do Ministério das Relações Exteriores, do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente e da Embaixada da Argentina, na incansável busca por material informativo sobre o MERCOSUL e sobre a questão ambiental no Brasil.

A minha irmã Lela, por ter me ajudado a desvendar os mistérios da computação, possibilitando, assim, a realização da presente dissertação.

Aos amigos Alejandro Olivieri, Bete Born, Alejandra Pascual e Maria Lúcia Wildeberger, que se dispuseram, de alguma forma, a ajudar na concretização desta pesquisa.

Aos meus pais, Oswaldo e Lúcia, pelo amor e compreensão incondicionais.

Ao meu irmão Léo, sempre atento a qualquer notícia ou informação que pudesse contribuir para o enriquecimento do trabalho.

E por fim, aos queridos amigos da Lagoa da Conceição, e, em especial à ilha de Florianópolis, que com o encanto e magia de sua natureza, foi, de certa forma, a musa inspiradora deste trabalho.

" Nossas terras estão ermas,...) nossas numerosas minas (...) estão desconhecidas ou mal aproveitadas; nossas preciosas matas vão desaparecendo, vítimas do fogo e do machado da ignorância e do egoísmo; nossos montes e encostas vão-se escalvando diariamente, e com o andar do tempo faltarão chuvas fecundantes, que favorecem a vegetação e alimentam nossas fontes e rios, sem o que nosso belo Brasil, em menos de dois séculos, ficará reduzido aos páramos e desertos da Líbia. Virá então esse dia (dia terrível e fatal), em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos erros e crimes cometidos."

José Bonifácio (1823)

## SIGLAS E ABREVIATURAS

ALADI	- Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	- Associação Latino-Americana de Livre Comércio
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEE	- Comunidade Econômica Européia
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina
CETESB	- Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental
CFCs	- clorofluorocarbonos
CMMAD	- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	- Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONAPA	- Comisión Nacional de Política Ambiental ( Argentina )
DINAMA	- Dirección Nacional de Medio Ambiente ( Uruguai )
EIA	- Estudo de Impacto Ambiental
ECOSUR	- Conferencia sobre el Mercosur, Medio Ambiente y Aspectos Transfronteirizos
FAO	- Food and Agriculture Organization of the United Nations ( Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas )
FEEMA	- Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
GATT	- General Agreement on Tariffs and Trade ( Acordo Geral de Tarifas e Comércio )
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPMA	- Instituto Nacional para la Preservación del Medio Ambiente ( Uruguai )



MCCA	- Mercado Comum Centro-Americano
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
NAFTA	- Zona Norte-Americana de Livre Comercio
ONG	- Organização-Não-Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
PNUMA	- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RIMA	- Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente
SEMA	- Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEMAN/PR	- Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República
SISNAMA	- Sistema Nacional do Meio Ambiente
SSERNMA	- Subsecretaria de Estado dos Recursos Naturales y Medio Ambiente ( Paraguai )
UNCED	- United Nations Conference on Environment and Development ( CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento )
UNESCO	- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization ( Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura )
USAID	- United States Agency for International Development ( Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional )

## RESUMO

O trabalho intitulado " MERCOSUL : Meio Ambiente e Desenvolvimento - uma integração a se realizar ", tem por objetivo enfocar a problemática ambiental sob a ótica que vincula a conservação do meio ambiente com um desenvolvimento econômico racional e sustentável, procurando inserir esta proposta dentro do Projeto de Integração do MERCOSUL.

O corpo do trabalho está dividido em quatro capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais, dispostos da seguinte forma :

No primeiro capítulo tentar-se-á demonstrar a relevância que a temática ecológica adquiriu nos últimos vinte anos, tendo como marco temporal para a análise a Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano, realizada em 1972; enfatizar a interação economia/ecologia, trabalhando com alguns aspectos da colonização da América Latina, mais especificamente o Brasil-Colônia, na tentativa de mostrar o meio ambiente como a mola propulsora que propiciou o crescimento econômico da Europa nos séculos XVI e XVII.

Procurar-se-a      enfocar      a      proposta      do  
*desenvolvimento sustentável* como uma alternativa viável para  
fazer frente às necessidades do homem atual, preservando um  
meio ambiente saudável para as gerações futuras; analisar a  
Rio-92, a Convenção sobre Biodiversidade, o desequilíbrio  
Norte-Sul e seus aspectos mais nefastos para países como o  
Brasil,      ressaltando      a      interdependência      entre  
subdesenvolvimento - miséria - degradação ambiental.

O segundo capítulo será basicamente histórico  
e a análise das tentativas de Integração implementadas na  
América Latina será a tônica da proposta deste capítulo.

Mediante esta abordagem histórica, buscar-se-á  
avaliar o que é, o que pretende e como surgiu o Projeto de  
Integração que está sendo implantado no âmbito dos quatro  
países que compõem o MERCOSUL : Brasil, Argentina, Uruguai e  
Paraguai.

No decorrer do terceiro capítulo, o cerne da  
reflexão estará centrado na incorporação - ou não - do  
paradigma ambiental pelo MERCOSUL.

Num      primeiro      momento,      tentar-se-á  
contextualizar o MERCOSUL dentro do atual cenário mundial,  
marcado por uma crescente regionalização da economia, para  
então proceder-se à avaliação das propostas do MERCOSUL no  
que concerne à temática ambiental.

Com o quarto e último capítulo, procurar-se-á verificar se existe, de fato, políticas ambientais no programa de governo dos quatro países que integram o MERCOSUL, e como estas atuam no contexto sócio-político-econômico da Integração. Tentar-se-á avaliar a evolução da política ambiental brasileira e o avanço da legislação nacional, bem como o abismo que se observa entre a letra da lei e sua efetiva aplicação. O mesmo procedimento será adotado no que concerne aos demais países do MERCOSUL, para que se possa, afinal, comprovar - ou não - em que medida a dimensão ambiental está inserida nesse Projeto de Integração.

As reflexões finais são uma síntese de todas as idéias e concepções desenvolvidas e analisadas durante todo o trabalho.

## RESUME

Le travail intitule : " MERCOSUL : L' environnement et le développement - une intégration à être réalisée ", a pour but de traiter de la question de l' environnement sous l' angle qui lie la conservation de l' environnement à un développement économique rationnel et soutenable, en essayant d' inserir cette idée dans le Projet d' Intégration du MERCOSUL.

Autre l' Introduction et les Considérations Finales, la structure du travail est divisée par quatre chapitres disposés de la maniere suivante :

Au premier chapitre on essaye de démontrer l' importance accordée au theme " écologie " pendant les vingt dernieres années, ayant comme point de départ, la Conférence de Stockolm sur l' environnement humain, 1972; considérer l' interaction économie/écologie, permettant l' étude de quelques aspects de la colonisation de l' Amérique Latine, surtout le Brésil-Colonie, tout en indiquant l' environnement comme le resort qui a permis le développement économique de l' Europe aux XVI et XVII siecles.

On essaye de démontrer que la proposition " développement soutenable " est une alternative viable pour remplir les besoins de l' homme de nos jours, en assurant aux générations prochaines un environnement sain; analyser la Conférence de l' UNCED - Rio-92, la Convention sur la Biodiversité, le déséquilibre entre l' Hémisphere Nord et Sud et ses aspects plus nuisibles pour les pays du Tiers Monde, tel que le Brésil, et mettre en relief le probleme de l' interdépendance entre le sous-développement, la misere et la dégradation de l' environnement.

Le deuxieme chapitre, fondamentalement historique, analyse les tentatives du mouvement d' intégration en Amérique Latine.

Dans une approche historique, il sera possible d' évaluer le Projet MERCOSUL, ce qu' il est, ce qu' il envisage et comment il est apparu.

Au long du troisieme chapitre, la réflexion centrale portera sur le probleme de l' incorporation - ou non - du paradigme de l' environnement par le MERCOSUL.

D'abord, on essaye d' insérer le MERCOSUL dans le contexte mondial marqué par un croissant régionalisme de l' économie, pour, alors, évaluer les propositions du MERCOSUL a propos du theme " écologie ".

Enfin, au quatrieme et dernier chapitre, la question sera verifier, s'il a, effectivement, des politiques de l' environnement dans le programme du gouvernement concernant les quatre pays qui forment le MERCOSUL. Aussi, comment ces politiques agissent-elles dans le contexte socio-politico-économique du mouvement d' Intégration.

On y observe l'évolution de la politique de l'environnement brésilienne et le progres de la législation nationale, ainsi que le décalage qui existe entre ce que prévoit la loi et ce qui est, en effect, mis en pratique. On suit la même méthode en ce qui concerne les autres pays du MERCOSUL, afin de prouver dans quel mesure le cadre de l' environnement est inséré dans le Projet d' Intégration.

Les réflexions finales sont une synthese de toutes les idées developpées et analysées tout au long de ce travail.

## SUMARIO

Introdução Geral.....	18
Notas.....	29
Capítulo I: "Meio Ambiente e Desenvolvimento : O Desafio da Terra".....	30
1.1 Da Proposta de Não-Crescimento à Conferência de Estocolmo.....	35
1.2 A Herança de Estocolmo.....	38
1.3 A Intima Ligação entre a Economia do Mundo e a Ecologia da Terra : Alguns Aspectos da Colonização da América Latina.....	52
1.4 Desenvolvimento Sustentável : A Perspectiva da Mudança.....	57
1.5 A Rio-92 e a Divisão Norte-Sul no Universo Ecológico.....	65
Notas.....	73
Capítulo II: "A Integração na América Latina : Os Antecedentes Históricos do MERCOSUL".....	82
2.1 A Distância entre a Realidade e o Desejo de Integração.....	89
2.2 A Criação do Mercado Comum Centro-Americano e a Influência dos Estados Unidos.....	94
2.3 O Pacto Andino e o Resgate da Proposta de um Mercado Comum Latino-Americano.....	100
2.4 Argentina e Brasil: Um Passo em Direção à Integração.....	105
Notas.....	116
Capítulo III: "O MERCOSUL e o Paradigma Ambiental".....	123
3.1 O Contexto Mundial e o MERCOSUL.....	127
3.2 MERCOSUL e o Falso Dilema : Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.....	131



3.3 Ecodesenvolvimento : A Síntese de Paradigma Ambiental.....	148
Notas.....	155
Capítulo IV: "MERCOSUL e a Dimensão Homem - Natureza : Alguns Aspectos Institucionais".....	162
4.1 A Evolução da Política Ambiental no Brasil: O Avanço da Legislação e o Descompasso com a Realidade.....	166
4.2 A Preservação do Meio Ambiente no Uruguai....	183
4.3 O Paraguai e a Questão Ambiental.....	190
4.4 A Argentina e a Perspectiva de Institucionalização do Panorama Ecológico.....	194
4.5 O Futuro do Meio Ambiente no Contexto do MERCOSUL.....	201
Notas.....	206
Considerações Finais.....	218
Notas.....	229
Referências Bibliográficas.....	230

## INTRODUÇÃO GERAL

*" De onde nem tempo, nem espaço, que a força mande coragem pra gente te dar carinho, durante toda a viagem que realizas no nada, através do qual carregas o nome da tua carne...Terra, Terra, por mais distante o errante navegante jamais te esqueceria. "*

Caetano Veloso

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, Suécia, a problemática ambiental emergiu como um fenômeno de significativa importância no contexto internacional.

Desde então, os dilemas impostos pelas evidências que reafirmam a necessidade de se adotar padrões de desenvolvimento, consumo e crescimento populacional mais condizentes com os limites da natureza, têm sido o centro das atenções e ocupado um espaço considerável nas preocupações de dirigentes e governos em todo o mundo.

Um exemplo disso, foi a Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ( CNUMAD ) realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, que reuniu uma gama de pessoas, fato antes nunca visto, entre chefes de Estado, organizações não-governamentais e o público em geral, para tratar de um tema que interessa a todos : a saúde do Planeta Terra.

Problemas ambientais de natureza global, como o efeito estufa, alterações na camada de ozônio, poluição dos mares, perda de biodiversidade, foram objeto de discussões durante a Rio-92.

As assimetrias nas relações Norte-Sul também ficaram claras e demonstraram estar presentes no debate sobre meio ambiente e desenvolvimento.


O confronto entre o Primeiro Mundo e o Terceiro subdesenvolvido deu-se na medida em que assuntos de caráter estritamente ambiental eram privilegiados em detrimento de questões sócio-econômicas - também pertinentes e vinculadas à problemática ambiental - como a erradicação da miséria, termos mais razoáveis para a renegociação da dívida externa, a transferência de biotecnologia, etc.

Muitos desses temas não foram seriamente considerados, ou foram motivo de divergências como a recusa dos Estados Unidos em assinar a Convenção da Biodiversidade, o que denota que muitos países desenvolvidos adotam posições adequadas aos seus próprios interesses no que diz respeito à questão ambiental, recusando-se a mudar hábitos e padrões de consumo.

Sem dúvida, ter a ilusão de que americanos e europeus deixarão seus carros em casa para diminuir a emissão de CO<sub>2</sub>, ou que estarão prontos para abrir mão de um estilo de vida consumista, o que os coloca nas estatísticas como os responsáveis pelo consumo de 75% das matérias primas produzidas no Mundo e pelo mesmo percentual do lixo mundial<sup>1</sup>, seria acreditar na utopia de uma mudança cultural.

Entretanto, segundo a definição do Relatório do Fórum de ONGs Brasileiras para a Rio-92:

*"...a utopia é um elemento fundamental, capaz de remeter o pensamento e a ação para além do paradigma econômico-materialista, que durante tanto tempo tornou sinônimos o desenvolvimento, a riqueza, o bem-estar, o progresso e a transformação intensiva da natureza."* <sup>2</sup>



Questionar o fundamento dessas concepções é a chance de organizar uma sociedade com bases e critérios mais equânimes, com padrões de sustentabilidade para todos.

Muitas mudanças globais que estão em curso, exatamente as mais alarmantes, não podem ser percebidas a olho nu, o que de certa forma, induz o homem a subestimá-las; acreditando poder contorná-las, ele superestima o tempo para corrigir as distorções provocadas por sua insesatez.<sup>3</sup>

A íntima relação entre economia/ecologia nos dias de hoje, subverte a ênfase antes dada ao papel da economia na edificação das sociedades, para chamar a atenção sobre a necessidade de se adotar um outro enfoque que privilegie a ecologia como uma ciência que unifica estas duas dimensões da vida humana, num nível de maior abrangência.<sup>4</sup>

Uma nova forma de encarar o mundo parece estar desabrochando...A idéia tradicional, que o homem tinha da natureza, não mais condiz com as mudanças necessárias e impostas pela realidade dos fatos. Apropriar-se e dominar permitiram e possibilitaram ao homem alcançar o patamar de desenvolvimento hoje vigente.

Porém, está mais do que claro, que o homem não poderá continuar usando os recursos naturais sem pagar um preço pela degradação do planeta.

A extinção foi o fim de muitas espécies. O homem, como qualquer outro animal, apesar de sua racionalidade, está sujeito às leis da natureza e da biosfera.<sup>5</sup>

Os fenômenos sociais e a ação humana estão juntos no contexto natural que os envolve; todos os fatores e variáveis implícitos ou não neste contexto maior, estão interligados e, portanto, são pertinentes para uma melhor percepção da dimensão da problemática ambiental.

Dentro dessa perspectiva que foge de uma visão reducionista da questão do meio ambiente, vale ressaltar a compreensão do expositor do Fórum de Ciência e Cultura UFRJ :

*"...o conhecimento da natureza irradia luz sobre o ser humano. Quando reconstituímos a história da nossa espécie, tratamos apenas de uma ínfima parte da história do planeta e da vida. Se nos mantivermos no centro do palco, não poderemos compreendê-la. Seremos presas de ilusões, como a da nossa independência..."* 6

O grande desafio, que hoje se coloca para a humanidade, é o de encontrar as respostas que tenham, de fato, a capacidade de preservar a biosfera, possibilitar um desenvolvimento em bases sustentáveis e produzir uma relação equilibrada entre o homem e seu lar.

Tendo em vista a importância adquirida pela temática ecológica, tentar-se-á, no decorrer do presente trabalho, edificar um aporte teórico sustentado pela concepção de autores como John McCormick, em Rumo ao Paraíso - A História do Movimento Ambientalista; Ignacy Sachs em Ecodesenvolvimento - Crescer sem Destruir ; Jim MacNeill, Pieter Winsemius & Taizo Yakushiji em Para Além da Interdependência - A Relação entre a Economia Mundial e a Ecologia da Terra, Michel Serres em O Contrato Natural.

Acredita-se, que com o auxílio desses autores, será possível perseguir um viés teórico que tentará enquadrar a questão do meio ambiente e sua importância no contexto maior de Integração na América Latina, mais especificamente o Projeto MERCOSUL, que engloba Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Esta será a temática central da dissertação : enfocar a perspectiva de uma Integração regional, sob a ótica do paradigma ambiental, que vincula a proposta de um desenvolvimento econômico mais racional e equânime com a conservação do meio ambiente.

Todos os autores mencionados, seguem o mesmo perfil teórico, que os caracteriza por uma postura que não se nega a vincular os problemas de países subdesenvolvidos - como a miséria - com a degradação do meio ambiente, bem como a apontar a estreita relação que existe entre a economia mundial e a ecologia da Terra. E nesta perspectiva se inserem questões emergentes como os conflitos velados entre Norte-Sul, a necessidade de se repensar novos caminhos de consumo, de crescimento demográfico, de melhor distribuição da riqueza, e, por fim, a lançar as bases para a construção de um desenvolvimento sustentável, ou de um ecodesenvolvimento, que possibilitaria a consolidação de uma sociedade com valores menos predatórios e perdulários, uma sociedade econômica e ecologicamente viável.

Cumprе informar que o presente trabalho se enquadra na linha de pesquisa sobre Integração Latino-Americana, cuja área de concentração é Relações Internacionais, do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

A partir da concepção que integra homem e natureza como componentes de um ecossistema maior e que refuta o paradigma antropocêntrico que se recusa a perceber a dinâmica dos processos de vida no planeta Terra <sup>7</sup>, procurar-se-á durante o 1º capítulo da dissertação, demonstrar a relevância que a questão ambiental adquiriu nos últimos vinte anos, desde a realização da Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano até a Rio-92, bem como a interconexão entre fenômenos de ordem sócio-econômica e a questão ambiental, e nesse aspecto, buscar-se-á chamar a atenção para alguns elementos que caracterizaram o processo de colonização da América Latina, mais precisamente o Brasil-Colônia.

Tentar-se-á, ainda, no que concerne à interação economia/ecologia, ressaltar que a proposta de um desenvolvimento sustentável, ou seja, que atenda às necessidades básicas do homem atual, preservando um meio ambiente saudável para as gerações futuras, é uma alternativa para os descaminhos do modelo de desenvolvimento perseguido e vigente nas sociedades contemporâneas.



Finalizando este capítulo, buscar-se-á analisar a Rio-92 um ano após sua realização, a Convenção sobre Biodiversidade, as relações nem sempre edificantes e positivas entre o Hemisfério Norte e o Sul, subdesenvolvido e pobre, e seus efeitos quase sempre negativos.

O objetivo do 2º capítulo da dissertação, será o de analisar todas as tentativas de integração regional implementadas na América Latina.

Este será um capítulo prioritariamente histórico, cuja ênfase estará voltada para os antecedentes do MERCOSUL, seus sucessos e fracassos, para só então proceder-se à abordagem do que é, como surgiu e o que pretende o Mercado Comum do Sul.

Com o terceiro capítulo, intitulado *O MERCOSUL e o Paradigma Ambiental*, a proposta será a de tentar vincular a questão ambiental ao processo de Integração em curso na América Latina.

Através da análise da inserção do MERCOSUL num contexto mundial marcado por uma crescente regionalização da economia, por um contínuo fortalecimento desses novos blocos econômicos e pela acirrada disputa por hegemonia dentro desses espaços políticos em ascensão, tentar-se-á redimensionar o papel do Projeto MERCOSUL, que notadamente pode despontar como uma possibilidade para se fazer frente ao marcante protecionismo que caracteriza as economias supranacionais já definidas, como a Comunidade Econômica Européia.

No que diz respeito à problemática ambiental, procurar-se-á verificar em que medida, existe, efetivamente, uma preocupação com a qualidade de vida dos povos que integram o MERCOSUL.

Esta questão é procedente e pertinente, uma vez que, a qualidade de vida está implicitamente ligada à temática ecológica.

Nesse sentido, buscar-se-á, analisar qual a prioridade conferida ao meio ambiente dentro dos procedimentos burocráticos da Integração, ou se o falso dilema que teima em dissociar crescimento econômico e meio ambiente, prevalece como a tônica do MERCOSUL.

Finalmente, mais uma vez, procurar-se-á ressaltar a importância de se atentar para os vínculos que, numa perspectiva maior e mais abrangente, unem desenvolvimento e preservação ambiental, dentro da idéia cunhada por Sachs como *ecodesenvolvimento*.

No quarto e último capítulo, a atenção estará centrada na verificação da existência ou não de políticas ambientais no âmbito dos quatro países que integram o MERCOSUL, bem como da legislação pertinente ao tema.

A referida análise estará embasada nos Relatórios preparatórios para a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio-92 de Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina.

Vale, contudo, ressaltar que o objetivo deste capítulo não será o de apontar todas as semelhanças e assimetrias ambientais entre os quatro países, em função da dificuldade de se obter e analisar todo o material pertinente para a concretização desta tarefa.

Entretanto, cumpre salientar a importância deste derradeiro capítulo, uma vez que através da análise de dados e informações empíricas, será possível comprovar se de fato existem políticas públicas voltadas para a temática ambiental e como estas se manifestam no contexto sócio-político-econômico destes países.

Inicialmente, procurar-se-á avaliar a evolução da política ambiental no Brasil, a partir de Estocolmo-72, procurando demonstrar a distância que separa a legislação ambiental brasileira - notadamente avançada - do crescimento da devastação ecológica.

Tentar-se-á utilizar o mesmo procedimento no que concerne à realidade ambiental de Uruguai, Paraguai e Argentina, para que então se possa verificar até que ponto a dimensão ambiental é e/ou será objeto do Projeto de Integração MERCOSUL.

A reflexão final sobre o trabalho, encontra-se nas Considerações Finais, que de forma breve, tentará demonstrar que a incorporação do paradigma ambiental tende a ser de vital importância para que a Integração que se pretende realizar na América Latina, possa propiciar melhores condições de vida para os quatro povos que a compõem, visto que este é um aspecto que é objeto das preocupações daqueles envolvidos com o MERCOSUL.

Novamente, o enfoque final será sobre a necessidade de se adotar hábitos e padrões de consumo, de crescimento populacional e de desenvolvimento econômico mais condizentes com os limites dos recursos naturais.

A constatação de que estes são finitos, não mais permite que se refutem as evidências em prol de um desenvolvimento que já se mostrou por demais perverso ecológica e socialmente, em especial para os países da América Latina.

## NOTAS

1. Sobre o Relatório da FAO, ver reportagem publicada no *Jornal do Brasil* em 14 de junho de 1993, no Caderno Ecologia, intitulada : *Consumo destrói mais - Crescimento de populações não lidera devastação*.
2. Relatório do Fórum de ONGs Brasileiras preparatório para a Rio-92. Meio Ambiente e Desenvolvimento - Uma Visão das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros, Rio de Janeiro, FASE , 1992, p. 12.
3. BENJAMIN, César (editor). *Diálogo sobre Ecologia, Ciência e Política*, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira : Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, 1993, p. 138.
4. \_\_\_\_\_. op. cit. p. 139.
5. id. ibid. p. 142.
6. id. ibid. p. 138.
7. LEIS, Héctor. ( org. ) *Ecologia e Política Mundial*, Rio de Janeiro, FASE/Vozes, 1991, p. 8.

## CAPITULO I

### MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO : O DESAFIO DA TERRA

*" El hombre, es a la vez obra y artifice del medio que lo rodea, el cual le da el sustento material y le brinda la oportunidad de desarrollar se intelectual, moral, social y espiritualmente. "*

Conferência de Estocolmo, 1972

#### INTRODUÇÃO

A derradeira década do século XX, espelha a desorientação que se abateu sobre o homem moderno. Diante da efervescência de novos valores e do desgaste de outros tantos, o homem se questiona.

No decorrer do século XX, o homem presenciou :

*"... as grandes descobertas nas ciências físicas, a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão. "1 relata Marshall Berman*

E dentro deste turbilhão social que se insere o homem que vive hoje o limiar do novo milênio; um momento único em sua história, um momento de promessas e paradoxos.

No final dos anos 60, o homem foi à Lua e pode observar que vista lá de cima, a Terra, além de azul, era uma bola frágil e pequena, e que ao contrário do que o homem onipotente imaginava, o que a rege não é a vontade humana, mas sim um conjunto ordenado de nuvens, oceanos, vegetação e solos. A incapacidade do homem, de viver em harmonia com esta ordenação da natureza, está gerando uma série de problemas e ameaças à própria vida humana.

Diante de problemas ainda insolúveis, como a fome, a miséria, a degradação do meio ambiente, a injustiça social, urge a necessidade de redimensionar a vida na Terra e esta proposta de um novo estilo de vida passa, obrigatoriamente, pela temática ecológica.

A ecologia, até bem pouco tempo atrás, era vista e entendida como uma ciência utópica que pregava o não-crescimento econômico como alternativa para a preservação do meio ambiente, que era, por sua vez, visto como um "acessório" do desenvolvimento, logo os custos ambientais deste desenvolvimento deveriam ser tratados com medidas que nada tivessem a ver com esse processo.<sup>2</sup>

Essa concepção não é mais dominante, a problemática ecológica e a tomada de consciência dos problemas decorrentes do desmatamento, da poluição, da destruição da natureza, da degradação da qualidade de vida, são as únicas chances para que a humanidade desabroche no século XXI com possibilidades para encontrar um outro caminho para reescrever a sua história.

Esse será o objeto deste Capítulo : demonstrar a relevância que a questão ecológica adquiriu nos últimos vinte anos, tendo como marco temporal para a análise a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972; ressaltar a interação economia - ecologia, trabalhando com alguns aspectos da colonização da América Latina, mais especificamente, o Brasil-Colônia, para mostrar o meio ambiente como mola propulsora do crescimento econômico.

Tendo em vista a temática central da dissertação, que é a de tentar enquadrar a questão ambiental no processo de integração do MERCOSUL, não ignorando, contudo, a necessidade de crescimento econômico para os quatro países que o compõem, torna-se imprescindível a análise das propostas do desenvolvimento sustentável, que surge como uma alternativa para atender aos anseios das sociedades atuais, sem comprometer o futuro das próximas gerações.



Tentar-se-a trabalhar com o conceito de desenvolvimento sustentável, procurando dissociá-lo da visão utópica que o vincula ao não desenvolvimento econômico; analisar a Rio-92 um ano após a sua realização, o conflito Norte-Sul e seus aspectos mais nefastos para as sociedades de países em desenvolvimento, enfatizando a interdependência que há entre economia - subdesenvolvimento - miséria - degradação ambiental.

E importante ressaltar que todos estes conceitos serão analisados e desenvolvidos à luz da perspectiva dos trabalhos de John McCormick, em *Rumo ao Paraíso - A História do Movimento Ambientalista*, onde o autor reconstitui as bases históricas da ascensão da consciência ambientalista global vigente nos dias atuais; Jim MacNeill, Pieter Winsemius & Taizo Yakushiji em *Para além da Interdependência - A Relação entre a Economia Mundial e a Ecologia da Terra*, uma análise pragmática dos problemas ecológicos mais prementes e a profunda interação que existe entre a economia dos países do Primeiro Mundo e a devastação ambiental nos países em desenvolvimento; Ignacy Sachs em *Ecodesenvolvimento - Crescer sem Destruir*, uma proposta lúcida de conciliação de um desenvolvimento sócio-econômico ecologicamente sustentável e consciente; Michel Serres em *O Contrato Natural*, defende a proposta de um pacto entre homem e natureza; Lester R. Brown, organizador da avaliação referente a 1992 do Worldwatch Institute, que apresenta um

relatório sobre a *saúde* da Terra, chamando a atenção para a necessidade de se repensar os caminhos políticos e econômicos até então trilhados pela humanidade; *Nosso Futuro Comum*, Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que lança o conceito de *desenvolvimento sustentável*, defendendo o crescimento econômico sim, mas levando-se em conta a conservação dos recursos naturais e o Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - O Desafio do Desenvolvimento Sustentável, onde a realidade brasileira no tocante à questão ambiental é analisada sem retoques.

Com a contribuição destes autores, buscar-se-á construir um aporte teórico, que permeará todo o trabalho.

### 1.1 DA PROPOSTA DE NÃO-CRESCIMENTO À CONFERENCIA DE ESTOCOLMO

O início dos anos 70, dentro da história do ambientalismo, foram anos proféticos.

*The Limits to Growth*, tese defendida por pesquisadores e cientistas do Clube de Roma, em março de 1972, sustentava que :

**"...as raízes da crise ambiental residiam no crescimento exponencial. A catástrofe era inevitável já no final do século, causada pela exaustão dos recursos e pelas taxas de mortalidade crescentes devido à poluição e à carência de alimentos."**<sup>3</sup>

O objetivo dos autores era chocar as pessoas comuns mostrando a " ecocatástrofe " que se abateria sobre a humanidade se determinadas medidas não fossem logo postas em prática. Eles propunham uma redução de 40% no investimento industrial, 20% no agrícola e 40% na taxa de natalidade, além de uma transferência maciça de riqueza dos países ricos para os pobres. <sup>4</sup> A questão básica para o Clube, era a " miséria da superpopulação ".

Juntamente com *The Limits to Growth*, Paul Erlich lançava em 1968 *The Population Bomb*, cujo tema central, também era o crescimento populacional.

Em síntese, o que resta claro é que todos esses estudiosos que se voltaram para a questão ambiental nos idos de 1968 a 1972, acabaram sendo considerados como os "profetas do apocalipse", pois enfocaram o dilema ambiental sem o devido respaldo para as afirmações devastadoras que faziam sobre o futuro da humanidade, como afirma John McCormick:

*"...No começo dos anos 70, muitos norte-americanos e europeus ocidentais estavam completamente alarmados com as perspectivas aparentemente desoladoras para o futuro. A despeito da falta de dados científicos completos, a especulação se tornou um passatempo popular(...)Na esteira dos profetas veio uma inundação de previsões apocalípticas frequentemente fantásticas..."<sup>6</sup>*

Apregoavam o perigo do crescimento exponencial e a necessidade premente de se limitar o crescimento econômico como as únicas vias possíveis para se impedir a extinção da espécie humana. <sup>6</sup>

De positivo, apesar das táticas de choque adotadas pelos proféticos defensores ambientalistas do início dos anos 70, e da carência de sustentação científica para as propaladas "ecocatástrofes", restou para a humanidade, a certeza de que a preservação do meio ambiente é uma necessidade vital e de que, como profetiza Liszt Vieira, sem utopia, porém com poesia :

*" Temos uma só Terra. Mas, com imaginação pode-se evitar a monotonia...Porque é nesta Terra única, neste meio ambiente que é nosso patrimônio comum e coletivo, que se devem diferenciar todas as qualidades humanas. Nela vivemos, dela depende a vida dos que nos seguirão, nela há que se tornar possível o desenvolvimento de todas as potencialidades e capacidades humanas. "7*

A partir da década de 70 estaria lançada a semente de um Novo Ambientalismo, que iria crescer e dar frutos com a Conferência de Estocolmo.

Estocolmo foi um marco na história do ambientalismo internacional, pois era a primeira vez que :

*"...os problemas políticos, sociais e econômicos do meio ambiente global foram discutidos num fórum intergovernamental com uma perspectiva de realmente empreender ações corretivas"* narra John McCormick.

## 1.2 A HERANÇA DE ESTOCOLMO

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano foi realizada entre os dias 5 a 16 de junho de 1972, em Estocolmo, Suécia, e contou com a participação de representantes de 113 países, 19 órgãos intergovernamentais e quatrocentas outras organizações intergovernamentais e não-governamentais.<sup>9</sup>

O objetivo da Conferência era o de criar, no âmbito da ONU, bases sólidas para uma avaliação dos problemas referentes ao meio ambiente humano e chamar a atenção dos governos, bem como da opinião pública para a relevância da problemática ambiental.

O evento propiciou a criação do *Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas - PNUMA* ( *UNEP - United Nations Environmental Programme* ) e também significou a transição de um ambientalismo emocional dos anos 60, para um ambientalismo mais racional e integrado com os problemas mais emergentes da humanidade e seus aspectos sócio-políticos.

A grande preocupação da Conferência era com as características do meio ambiente que afetavam diretamente ou não a qualidade da vida humana, este era o cerne da questão, e a Conferência de Estocolmo teve como mérito o fato de fazer com que as pessoas passassem a entender o meio ambiente não mais como algo totalmente dissociado da vida humana.

As questões ambientais "...tinham-se imposto. Pela primeira vez, o meio ambiente estava sendo discutido pelos governos do mundo como um tema em si, por seus próprios méritos. "1º relata McCormick.

A Conferência de Estocolmo foi, sem dúvida, o evento que mais ajudou a incrementar a evolução das idéias e propostas ligadas ao meio ambiente em escala internacional.

Os resultados que surgiram deste encontro, segundo McCormick, podem ser resumidos em quatro tópicos.

Primeiramente, a Conferência confirmou a mudança qualitativa que já se pressentia no movimento ambientalista internacional; a passagem de uma maneira de pensar o meio ambiente de forma mais popular, provinciana e emocional, característica dos anos 60 nos países mais desenvolvidos, para uma perspectiva globalizante e mais racional, ou seja, a mudança se fez a partir de uma nova visão da problemática ambiental. Passava a ser uma questão mundial e não mais particularizada, o que propiciava a efetiva adoção de medidas de preservação ambiental, embasadas e sustentadas por políticas práticas de proteção ao meio ambiente.

Em segundo lugar, a Conferência que surgira da preocupação dos países mais desenvolvidos em relação ao meio ambiente humano, teve o foco da questão alterado pelos países menos desenvolvidos que fizeram uso do seu poder de voto na Assembléia Geral das Nações Unidas para fazer com que os países industrializados reconhecessem a correlação entre muitos problemas ambientais e problemas de ordem sócio-econômica.

Estocolmo revelou a importância de se priorizar as necessidades dos países menos desenvolvidos, que até então, tinham seus problemas solapados pelas determinações dos países mais desenvolvidos.

Em terceiro lugar, o contato, travado entre todas as Organizações Não-Governamentais presentes ao evento, fez com que houvesse uma surpreendente conscientização do papel que essas ONGs ocupam no cenário da luta contra a devastação do meio ambiente. Apesar de não terem participado de forma efetiva na Conferência e de não terem conseguido exercer a influência desejada na concretização de medidas preventivas ou de proteção, as ONGs tiveram, a partir de Estocolmo, um crescimento quantitativo e qualitativo, que hoje faz com que a presença dessas organizações se torne imprescindível na resolução de problemas ligados ao meio ambiente.

Por último, o que restou de concreto da Conferência, como mencionado anteriormente, foi a criação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas.



Apesar das limitações, a questão ambiental estava institucionalizada.<sup>11</sup>

A diretriz básica do PNUMA era o Plano de Ação de Estocolmo, que seria implementado através de três componentes funcionais: avaliação ambiental global, administração ambiental e medidas de apoio.

A avaliação ambiental global tinha como objetivo fazer pesquisas, monitoramentos e avaliações "...das *tendências e processos ambientais, fornecendo notificações precoces de riscos ambientais e determinando a situação de recursos naturais selecionados.*"<sup>12</sup> Esta proposta estava materializada através do EARTHWATCH <sup>13</sup>, que era, a princípio, uma atividade de todos os órgãos relevantes da ONU, coordenados pelo PNUMA.

Todas as informações, obtidas pelo EARTHWATCH, iriam auxiliar na implementação da segunda etapa do Plano de Ação, que era a administração ambiental. Mediante planos de apoio, visava-se a desenvolver uma estrutura que permitisse a adoção de medidas de proteção ambiental, e, nesse sentido, seriam elaboradas convenções internacionais, diretrizes de preservação da biodiversidade e dos recursos genéticos<sup>14</sup>.

Esses eram, na visão de McCormick:

*"...componentes de um programa realizável com objetivos identificáveis, mas o progresso foi desigual. (...) muitos governos não possuíam a vontade política para adotar as recomendações de seus próprios especialistas e (...) algumas recomendações de Estocolmo tocavam em questões delicadas relacionadas à soberania dos Estados e seu desenvolvimento econômico."*<sup>15</sup>

O último aspecto do Plano de Ação elaborado em Estocolmo tratava, principalmente, da educação ambiental; processo importante para a conscientização do que é o meio ambiente e a razão pela qual este deve ser preservado.

Em 1975, foi criado um programa conjunto entre o PNUMA e a UNESCO de Educação Ambiental, e, em 1977, foi realizada em Tbilisi, antiga URSS, a Conferência Internacional do PNUMA/UNESCO sobre Educação Ambiental, com o intuito de criar uma rede de informações sobre meio ambiente e treinar especialistas nesta área.

Entretanto, no que concerne à educação ambiental, o trabalho do PNUMA não foi tão produtivo, uma vez que a questão educacional era um problema nacional, e, em sendo assim, as ONGs nacionais teriam, como efetivamente tiveram, uma participação muito mais importante, tanto que em alguns países, como os Estados Unidos e outros da Europa Ocidental, a educação já vinha sendo há muito tempo objeto das preocupações e trabalhos das ONGs nacionais.

De maneira geral, as propostas e idéias, defendidas e postas em prática pelo PNUMA, eram bastante positivas, apesar de não terem tido a abrangência desejada. E para a impossibilidade de realizar todos os projetos outrora sonhados, McCormick resume em uma só frase a razão pela qual, mesmo após uma década, o PNUMA ainda permanecia insuficiente em muitos sentidos : *" Teve demasiado pouco dinheiro, demasiado pouco pessoal e demasiadas coisas a fazer."*<sup>18</sup>

No entanto, o PNUMA tem o mérito de ter sido o grande implementador da consciência ambiental nos círculos decisórios de poder.

Devido a uma estrutura que limita seus posicionamentos frente a determinados problemas de ordem ambiental, o PNUMA não tem a envergadura institucional necessária para organizar o apoio à cooperação internacional,<sup>17</sup> pois na maioria das vezes, muitas nações recusam-se a delegar poderes a outras instituições - mesmo credenciadas como o PNUMA - para administrar problemas decorrentes de poluição ambiental dentro de suas fronteiras.

Surge dessa perspectiva um grande paradoxo : a gestão de determinadas questões ambientais é, muitas vezes, um fator que denota a quase total incapacidade de certas nações em adotarem medidas preventivas em relação a problemas ambientais que, na realidade, ultrapassam suas fronteiras. Por outro lado, o que se chama de soberania nacional - a capacidade de um Estado de administrar como bem quiser o que se passa em seu território - é enfraquecida, por exemplo, quando estas mesmas fronteiras são violadas em função da poluição dos recursos hídricos.

Atualmente, a água e o ar não são os únicos canais de poluição transfronteiriça : a economia global surte quase que o mesmo efeito; a exportação de lixo e produtos tóxicos é um tipo de comércio que semeia problemas ambientais por todo o mundo.<sup>18</sup>

Na verdade, com a emergência da problemática ambiental, o mundo enfrenta, pela primeira vez, o desafio de ter que criar mecanismos institucionais e ter que aprender a reinventar regras de conduta para governar os patrimônios globais.

E coube ao Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas - PNUMA, a árdua tarefa de identificar e definir quais regiões do Planeta se enquadram nesta categoria, levando-se em conta que os países, de forma majoritária, negam-se a negociar a soberania sobre o que eles consideram "recursos nacionais".

Embora muitos governos não sigam, e não conduzam suas políticas no sentido de assimilar as propostas de muitos tratados ambientais, impulsionando, desta forma, as mudanças administrativas necessárias para promover um equilíbrio entre desenvolvimento e meio ambiente, na década pós-Estocolmo, mais de 150 tratados ambientais foram adotados sobre diversos temas como : chuva ácida, poluição dos oceanos, proteção das espécies ameaçadas de extinção, exportação de lixo tóxico e preservação da Antártica.

Dentre todos os tratados adotados, dois esforços do PNUMA destacam-se na luta pela preservação do patrimônio da Terra: a Lei do Mar, adotada em 1982, e, a Convenção de Viena, de 1985, sobre a destruição da camada de ozônio. Este acordo foi concluído em 1987 e revisado em 1990 através do Protocolo de Montreal.

É importante salientar que tanto os oceanos quanto o ar eram vistos, até Estocolmo, como áreas não passíveis de monitoramento por parte de tratados ou acordos de proteção ambiental; isto, porque o uso destas áreas era tido como livre para todos, pois tanto os mares quanto o ar eram considerados espaços convenientes para o lançamento de efluentes. Somente com argumentos irrefutáveis os governos cederiam à pressão e se renderiam à razão : era preciso conter a emissão dos clorofluorocarbonos ( CFCs ), compostos clorados, dióxido de carbono e óxidos de nitrogênio, utilizados em propelentes de aerossóis, refrigerantes, manufatura de isopores e solventes industriais, responsáveis pelo chamado " efeito estufa."

O PNUMA obteve êxito ao patrocinar e ajudar a criar um consenso quanto às dimensões da ameaça da camada de ozônio, num encontro realizado em Viena, onde os representantes das principais nações industrializadas se reuniram na tentativa de chegar a um acordo quanto a um congelamento dos níveis de produção de CFCs e a uma diminuição gradual a partir daí.<sup>19</sup>

A camada de ozônio protege a Terra contra a perigosa radiação ultravioleta que pode causar câncer de pele, danos à vida marinha e diminuição da produtividade agrícola. Nos últimos anos várias evidências têm surgido, demonstrando que a camada de ozônio está sendo destruída por reações químicas nas partes superiores da atmosfera envolvendo substâncias industriais que contêm clorofluorocarbonos ( CFCs ).<sup>20</sup>

Em o *Noosso Futuro Comum*, relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, os oceanos representam o equilíbrio da Terra : "*Na roda da vida na Terra, o equilíbrio provém dos oceanos.*" <sup>21</sup> E assim o é, pois de fato, os oceanos ocupam mais de 70% da superfície do planeta e desempenham uma função essencial na cadeia de sustentação da vida marinha, no abrandamento do clima, na conservação da flora e da fauna - inclusive do diminuto fitoplâncton, produtor de oxigênio.<sup>22</sup>

Esses são motivos contundentes para a preservação e exploração ordenada dos recursos marinhos, e, foi nessa perspectiva que foi adotada a Lei do Mar, através do Programa sobre Mares Regionais do PNUMA, que congrega mais de 130 países que compartilham 11 mares diferentes em todo o mundo.

Está estabelecido que os Estados litorâneos têm poder de soberania sobre seu mar territorial, fundo marinho e subsolo, bem como sobre o espaço aéreo que lhes corresponde, até uma distância de 12 milhas náuticas. Redefiniu os direitos dos Estados costeiros ( como o Brasil ) em relação à plataforma continental, estipulando 200 milhas marítimas para a Zona Econômica Exclusiva, onde o Estado costeiro exerce direitos de soberania em relação à administração dos recursos nacionais, vivos ou não, nas águas, no fundo do mar e no subsolo.<sup>23</sup>

Alem dos direitos territoriais assegurados pelo tratado, alguns deveres têm que ser cumpridos, como conservar o estoque pesqueiro na tentativa de se evitar uma exploração desordenada, e proteger os ambientes marinhos nas áreas sob o controle destes Estados.

Outro aspecto importante da Lei do Mar, foi um acordo para considerar a região de alto-mar, ou seja, fora do limite territorial de 200 milhas, como " herança comum da humanidade. " Somente ao Continente Antártico foi deferido o mesmo *status*, através do Tratado da Antártica, assinado por 12 países, em 1959, que assegura a proteção daquele Continente "...para o benefício de toda a humanidade."24

Estas foram as mais marcantes medidas implementadas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente desde a sua criação, pois tentaram segurar a desenfreada exploração de áreas de extrema importância para a sobrevivência do homem na Terra.

A partir da década de 80, a humanidade presenciou uma série de desastres ou acidentes ligados, de alguma forma, ao descaso com o meio ambiente. Segundo relatório da CMMAD entre outubro de 1984 e abril de 1987, ocorreram:

- na Africa, a crise ligada ao meio ambiente e ao desenvolvimento, desencadeada pela seca, atingiu o auge, pondo em risco 35 milhões de pessoas e matando aproximadamente 1 milhão;

- em Bhopal, na Índia, um vazamento numa fábrica de pesticidas matou mais de 2 mil pessoas, deixando outras 200 mil cegas ou feridas;

- na Cidade do México, tanques de gás liquefeito explodiram, matando mil pessoas e deixando milhares desabrigados;

- em Chernobyl, antiga URSS, a explosão de um reator nuclear espalhou radiação por toda a Europa, aumentando o risco de incidência de câncer humano;

- na Suíça, durante o incêndio de um depósito, foram despejados no rio Reno produtos químicos agrícolas, solventes e mercúrio, matando milhões de peixes e ameaçando o abastecimento de água potável na Antiga República Federal da Alemanha e Holanda;

- cerca de 60 milhões de pessoas morreram de doenças intestinais decorrentes de desnutrição e da ingestão de água imprópria para o consumo; as vítimas, na maioria, eram crianças.<sup>25</sup>

A constatação a que se chega, é que nestes vinte anos que se passaram desde a Conferência de Estocolmo, poucos países poderiam afirmar que não sofreram com algum tipo de problema ambiental, como observa McCormick:

*" Rica ou pobre, industrial ou agrária, autoritária ou democrática, socialista ou capitalista, quase todas as sociedades sentiam-se compelidas a reavaliar suas atitudes em relação à administração de recursos e à condição do meio ambiente."*<sup>26</sup>



As questões referentes ao meio ambiente adquiriram a relevância devida no decorrer destes vinte anos, muito embora haja, até hoje, inúmeras dificuldades para a implementação de mecanismos de proteção, ou melhor, de conciliação entre o desenvolver sem destruir.

A conscientização de que muitos problemas sócio-econômicos ocorrem em virtude da degradação do meio ambiente, fez-se graças a instituições como o PNUMA e ao inestimável trabalho feito pelas ONGs em todo o mundo.

Os problemas ambientais não se restringem à esfera de um só país, adquiriram uma dimensão transnacional e até mesmo global. E é nesse sentido que a cooperação internacional surge como a resposta óbvia para lidar com questões como a poluição marinha, caça às baleias ( espécie em extinção, se não for coibida a pesca predatória ), produção pesqueira, desertificação, poluição ácida, destruição da camada de ozônio e a escalada do dióxido de carbono;<sup>27</sup> caso não seja esta a resposta que o homem encontrará, estaremos todos condenados, como alerta o ecólogo Garrett Hardin :

*" A ruína é o destino para o qual todos os homens se dirigem, cada um interessado em si próprio, numa sociedade que acredita na liberdade de uso do que é patrimônio de todos. Esta liberdade trará a ruína para todos nós. "*<sup>28</sup>

Para alguns autores, a mudança de atitude em relação às questões ambientais pode ser entendida como uma "revolução silenciosa", que se caracteriza por um deslocamento da ênfase sobre valores materiais e segurança física para uma maior valorização da qualidade de vida.<sup>29</sup>

Em Rumo ao Paraíso - A História do Movimento Ambientalista, o autor, John McCormick, aborda a questão tendo como base para a sua argumentação, o respaldo de vários estudiosos, os quais entendem, que a unidade tradicional, que servia como diretriz para se medir o progresso nas sociedades industriais, isto é, o crescimento econômico, teve que ser redimensionada em face do agravamento da crise ecológica.

Não era, portanto, mais apropriado persistir priorizando o paradigma social dominante, que era o que norteava a sociedade industrial, através de :

*"...um conjunto de crenças e valores que incluía os direitos de propriedade privada, a fé na ciência e na tecnologia, o individualismo, o crescimento econômico, a sujeição da natureza e a exploração de recursos naturais."*<sup>30</sup>

Com o agravamento dos problemas sócio-econômicos em muitos países, como a inflação, o desemprego e a recessão econômica, era imprescindível uma mudança no paradigma social dominante. O receio com os limites da natureza, propiciou o nascimento de um novo paradigma, que segundo McCormick, caracteriza-se por uma "nova visão de mundo."

Essa visão pode ser entendida como ideologia, se prevalecer o ensinamento de Gramsci que define ideologia como :

*" uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva. "31*

De acordo com Inglehart, Pirages & Milbrath - autores que foram utilizados por John McCormick, - essa nova maneira de viver e de se relacionar com o mundo recebeu o nome de Novo Paradigma Ambiental, cujo grande desejo é concretizar um tipo de sociedade inteiramente nova :

*"...baseada na produção e consumo cuidadosamente considerados, conservação de recursos, na proteção ambiental e nos valores básicos de compaixão, justiça e qualidade de vida. "32*

O legado de Estocolmo forjou várias mudanças comportamentais, e, talvez, a mais importante seja a constatação de uma verdade inexorável que foi relegada durante muito tempo em função de progressos mais emergentes como o desenvolvimento industrial. Entretanto, o fato é que a humanidade é totalmente dependente de um meio ambiente natural saudável, <sup>33</sup> e é na aceitação dessa realidade, que reside o desafio de conciliar os compromissos do desenvolvimento com a administração ambiental.

### 1.3 A INTIMA LIGAÇÃO ENTRE A ECONOMIA DO MUNDO E A ECOLOGIA DA TERRA : ALGUNS ASPECTOS DA COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

A estreita relação, que há entre a economia do mundo e o meio ambiente, é algo que sempre foi compreendido como o caminho natural para capacitar o desenvolvimento de um país. Desde sempre a natureza serviu de alicerce para sustentar a economia do mundo.

O descobrimento da América, em 1492, por Cristóvão Colombo, foi impulsionado e financiado pelos reis católicos da Espanha, para suprir a carência do mercado europeu de especiarias e "metais preciosos," necessários para pagamento no já tumultuado tráfico comercial da Europa Renascentista; necessitava-se de prata, uma vez que os filões da Boêmia, Saxônia e Tirol, fornecedores deste metal, estavam praticamente exaustos.<sup>34</sup>

Os desbravadores, que aqui chegaram, acreditavam que os recursos naturais no Novo Mundo eram infinitos : "...possuem ouro em enorme abundância, e as minas onde o encontram não se esgotam jamais".<sup>35</sup> E crenças da infinidade de nossos recursos, usurparam tudo que pudesse fomentar a incipiente, porém, nascente acumulação capitalista que, sem dúvida, estimulou e até mesmo tornou possível o desenvolvimento europeu.

*" A Europa necessitava de ouro e prata. Os meios de pagamentos em circulação se multiplicavam sem cessar e era preciso alimentar os movimentos do capitalismo na hora do parto : os burgueses se apoderavam das cidades e fundavam bancos, produziam e trocavam mercadorias, conquistavam novos mercados. Ouro, prata, açúcar : a economia colonial, mais abastecedora do que consumidora, estruturou-se em função das necessidades do mercado europeu, e a seu serviço. " 36*

Segundo Galeano, este é o retrato da colonização européia na América que não renega o destino que foi traçado para as colônias americanas: foram descobertas, conquistadas e colonizadas dentro do processo de expansão do capital comercial, tendo como mola propulsora para o progresso do continente descobridor, um meio ambiente rico, com solo fértil, uma natureza pródiga, mas com recursos finitos, como comprovaram mais tarde os exploradores da América.

As minas de Guanajuato e Zacatecas, no México, Potosí, na Bolívia, Cuzco, no Peru, Vila Rica de Ouro Preto, no Brasil, são cidades que viveram seus momentos de apogeu durante o ciclo do ouro e da prata nos séculos XVI, XVII e XVIII; hoje vivem de lembranças do passado, e o que alimenta a economia dessas cidades, são os turistas que ali afluem para contemplar o esplendor dos velhos tempos, pois, são estes juntamente com as obras de arte, os remanescentes do período mais rico dessas cidades.

O extrativismo mineral deixou um rastro de desolação em todas essas cidades que viveram o ápice do ciclo do ouro e da prata.

O próspero ciclo do açúcar antecedeu a idade do ouro de Minas Gerais, que trasladou para o Sudeste os interesses econômicos nos idos de 1700.

A incessante busca por metais, para saciar a demanda do mercado europeu, incentivou a criação dos movimentos conhecidos como entradas e bandeiras, cujo objetivo era encontrar pedras e metais preciosos no interior do Brasil. A dinâmica desses movimentos era o interesse metalista, que considerava o "metal" a única riqueza autêntica. A esse respeito, Michel Foucault é sagaz ao definir a importância deferida ao metal:

*"O metal precioso era, por si, a medida da riqueza; seu resplendor oculto indicava, ao mesmo tempo, que era presença oculta e marca visível de todas as riquezas do mundo. Por esta razão, tem um preço, por esta razão mede todos os preços; e, por último, por esta razão pode-se trocá-lo por qualquer coisa que tenha um preço. Era o precioso por excelência."*<sup>37</sup>

O preço pago pelas cidades que viveram a ostentação e o desperdício do ouro e da prata, desvaneceu-se no horizonte das montanhas que sangraram para aplacar o anseio de crescimento das nações colonizadoras.

O açúcar era um artigo cobiçado pelos europeus, e, durante mais de três séculos não houve, para o comércio da Europa, produto agrícola mais importante que o açúcar cultivado no Nordeste do Brasil. O ciclo da cana-de-açúcar, na Bahia e em Pernambuco, deixou, como legado para esta região do Brasil, a infelicidade de ser hoje uma das regiões mais subdesenvolvidas do hemisfério ocidental.<sup>38</sup> A cana-de-açúcar foi introduzida no Brasil no século XVI e encontrou condições ecológicas muito favoráveis à sua produção: solos férteis e ricos em húmus e sais minerais - cobertos pela Mata Atlântica, planície costeira, rede hidrográfica e boa distribuição de chuvas. Para a produção do açúcar, a cana era a matéria prima principal, mas a lenha, como único combustível empregado, era essencial, além do barro e da cinza, que eram utilizados na purificação do produto final.<sup>39</sup>

Apesar de toda a opulência dos senhores de engenho, "o açúcar arrasou o Nordeste." Aquela região que outrora fora coberta por matas tropicais, transformou-se numa região de savanas. Galeano é impiedoso ao relatar a devastação que se abateu sobre o Nordeste :

" Naturalmente nascida para produzir alimentos, passou a ser uma região de fome. Onde tudo germinava com exuberante vigor, o latifúndio açucareiro, destrutivo, avassalador, deixou rochas estéreis, solos lavados, terras erodidas.(...) Os incêndios que abriam terras aos canaviais devastaram a floresta e com ela a fauna; desapareceram os cervos, os javalis, as toupeiras, os coelhos, as pacas e os tatus. O tapete vegetal, a flora e a fauna foram sacrificadas, nos altares da monocultura, à cana-de-açúcar. A produção extensiva esgotou rapidamente os solos."<sup>40</sup>

E ainda mais desolador constatar que a lenha que servia de combustível para aquecer a economia daqueles que viviam do lucro do plantio da cana-de-açúcar, ajudou a destruir a reserva florestal da Mata Atlântica.

A Mata Atlântica já foi uma das grandes florestas do mundo. Na época do Brasil-Colônia ela ocupava cerca de 1,1 milhão de km<sup>2</sup>, ou seja, 12% do território; ela se estendia por todo o litoral, desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul, adentrando as regiões Sul e Sudeste. Atualmente, ela se restringe a apenas 95.641 km<sup>2</sup>, e vive sob a ameaça de perder o que ainda lhe resta.<sup>41</sup>

O relato da degradação ambiental na América Latina durante a colonização é triste, porém verdadeiro, pois foi através da espoliação de uma terra que se impulsionou, de forma direta ou não, o desenvolvimento industrial de nações européias como Holanda, França e Inglaterra.<sup>42</sup>



#### 1.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL : A PERSPECTIVA DA MUDANÇA

Que pressões o crescimento econômico poderá exercer sobre o meio ambiente nos próximos anos. E quais seriam as consequências para a saúde do meio ambiente. Estas são indagações que mais geram dúvidas e incertezas quando se fala sobre o futuro do meio ambiente .

Segundo o relatório do Instituto WorldWatch em sua edição de 1992, "*...o relacionamento terrivelmente lesado entre a humanidade e seu lar terrestre...*" torna urgente a adoção de medidas para reparar os danos já causados antes que estes se tornem mais duradouros e trágicos.<sup>43</sup>

E, com o propósito de alertar sobre as tendências ambientais em vigor, apresenta alguns dados sobre a deterioração das condições de vida em todo o mundo :

- a camada protetora de ozônio sobre extensões altamente populosas do hemisfério norte está se estreitando duas vezes mais rápido do que os cientistas pensavam há pouco anos atrás;

- um mínimo de 140 espécies de plantas e animais estão condenadas à extinção a cada dia;

- as florestas estão desaparecendo a um ritmo de 17 milhões de hectares por ano;

- a população do mundo está crescendo em 92 milhões de pessoas ( um México ) por ano, dos quais 88 milhões nos países em desenvolvimento;

- em 1990 a superfície da Terra esteve mais quente do que em qualquer ano desde que o registro começou a ser feito em meados do século XIX; seis dos sete anos mais quentes registrados ocorreram depois de 1980.<sup>44</sup>

As "fontes" da Terra são limitadas, bem como sua capacidade de absorção. Contudo, restringir o crescimento humano sem prerrogativas que tenham como objetivo definir os limites e as bases para um desenvolvimento, que não comprometa em excesso os recursos naturais, hoje e no futuro, é inviável e inadmissível.

O desafio que se apresenta é o de conciliar crescimento econômico e qualidade ambiental, pois na verdade estes dois conceitos sempre estiveram juntos, numa sinergia positiva que não deve mais ser subestimada.

Dessa necessidade de crescer, porém sem destruir, surgiu a denominação "*desenvolvimento sustentável*", expressão que foi incorporada ao vocabulário corrente pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Comissão Brundtland - em seu relatório *Nosso Futuro Comum*.<sup>45</sup>

Segundo o *Nosso Futuro Comum*:

*"desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades".<sup>46</sup>*

Para justificar a adoção deste conceito, o Relatório sobre Desenvolvimento Mundial de 1992, alega que:

*"... a idéia de sustentar a Terra é uma metáfora forte para despertar a conscientização pública e focalizar a necessidade de um melhor manejo do meio ambiente".<sup>47</sup>*

Neste sentido o *Nosso Futuro Comum* determina quais são os dois conceitos-chave que auxiliam na melhor apreensão do que seja *desenvolvimento sustentável* :

- o conceito de "necessidades", sobretudo as necessidades essenciais dos mais pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade;

- a noção de limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras;

Portanto, ainda de acordo com o Relatório *Nosso Futuro Comum*, ao se definirem as metas do desenvolvimento econômico e social, é necessário estar atento para sua sustentabilidade em todos os países - desenvolvidos ou em desenvolvimento.<sup>48</sup>

Entretanto, apesar de todos os esforços no sentido de aclarar este conceito, a verdade é que é muito difícil definir "sustentabilidade". Não é plausível argumentar que todos os recursos naturais devam ser preservados. O desenvolvimento, inevitavelmente, implicará desmatamento, exploração de petróleo, construção de represas nos rios e drenagens em pântanos.

O que se propõe na realidade é que as necessidades e aspirações do homem de hoje sejam atendidas, sem que com isso se comprometa o futuro das próximas gerações. E o que significa atender as necessidades do homem de hoje ? ?

Esta pergunta é respondida mediante uma análise das carências e anseios de uma determinada população, levando-se em conta as peculiaridades de cada região, cada país, cada continente.

Em países como o Brasil, as necessidades de uma grande parcela da população, restringem-se ao atendimento de condições mínimas de sobrevivência. Ao brasileiro marginalizado, é negado o acesso à educação, ao emprego, à saúde, à habitação. Essas seriam as necessidades mais prementes do brasileiro que figura nas estatísticas de órgãos como o IBGE.

Segundo o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia - IBGE -, em 1990, enquanto os 10% mais pobres respondiam por 0,8% da riqueza pessoal, os 10% mais ricos detinham 48,7% das posses; dos cerca de 62 milhões de brasileiros que compõem a população economicamente ativa, 24% recebem até um salário-mínimo, 8% nada recebem pelo trabalho e 11,6% é o equivalente ao percentual de crianças e adolescentes que trabalham. De 1000 alunos que ingressam no primeiro grau, apenas 22% se formam, taxa que cai para 12,3% no Nordeste. A realidade da educação no Brasil é ingrata e cruel : o percentual de analfabetismo corresponde a 19,6%, o que equivale a duas São Paulo, ou quase à população da Argentina, ou seja 30 milhões de brasileiros não sabem ler ou escrever.

Somente 8% dos municípios brasileiros têm esgoto tratado, e a situação se agrava ainda mais nas regiões Norte e Nordeste com desumanos 2% e 4% respectivamente, de acordo com os dados coletados pelo IBGE em 1990. No quesito " esgoto tratado ", a rica região Sudeste apresenta o incrível percentual de apenas 15%.

Ao se falar em moradia, os dados são ainda mais alarmantes : São Paulo, cidade metrópole considerada o carro-chefe da economia nacional, com uma população de 15 milhões de habitantes ( incluindo a Grande São Paulo ), apresenta 2,4 milhões de pessoas morando em loteamentos clandestinos, 1 milhão de favelados, 3 milhões de cortiços e 10 mil vivendo nas ruas. 49

A proliferação dos chamados "lixões" é o resultado desse processo de favelização que se vive hoje em muitas cidades brasileiras.

Com 75% do lixo exposto a céu aberto, o índice de epidemias aumenta, além da contaminação do solo e da água subterrânea. No Nordeste, esta taxa chega a 90%, e os nordestinos só não sofrem mais com essa ameaça, porque morrem antes, de seca e de fome.<sup>50</sup>

Os números e estatísticas falam de um Brasil que muitos desconhecem, mas que existe e é real.

Diante de um resumo do quadro degenerativo de uma sociedade, com altos índices de concentração de renda, empobrecimento e estagnação da economia por mais de uma década, a conclusão a que se chega, é de que as necessidades deste povo, passam pela erradicação da pobreza, maior número de empregos, acesso à educação, principalmente para crianças, moradia, saúde, saneamento básico, água potável.

É importante demonstrar como a falta de condições mínimas para uma vida digna afeta e interage com o meio ambiente.

No Brasil, destruição ecológica e degradação social são as duas faces da mesma moeda. Os pobres são os que mais sofrem e na maioria das vezes são eles os próprios agentes poluidores. Por não terem condições adequadas de saneamento e abastecimento de água, estão mais propícios a doenças; dependem, para sua subsistência, de recursos ambientais, por isso destroem as matas, cortam as árvores.

Sem o atendimento das necessidades básicas não há como se falar em desenvolvimento sustentável, e para que isto ocorra, é preciso que haja crescimento econômico, notadamente nos países em desenvolvimento, onde a pobreza é mais disseminada.

A proposta do desenvolvimento sustentável consiste na retomada do crescimento econômico, evitando as atuais tendências de estagnação e o alargamento da distância entre os países industrializados e os em desenvolvimento; uso racional dos recursos naturais, procurando não por em risco os sistemas que sustentam a Terra : atmosfera, águas, solos e os seres vivos.

Para a efetivação desta proposta seria necessário a adoção de formas alternativas de produção e consumo, que se caracterizariam por uma mudança para um novo estilo de vida mais compatível com a manutenção dos recursos ambientais do planeta.

A estabilização dos contingentes populacionais, bem como uma maior preocupação em relação a critérios econômicos e ambientais em todos os níveis de tomada de decisões, além da firme vontade política, são os caminhos em direção ao desenvolvimento sustentável.

A partir da consciência de que a exploração desenfreada dos recursos da Terra pode comprometer o futuro das próximas gerações, o derradeiro passo é a implantação de um processo contínuo de mudanças e adaptações. Será tão difícil agir em prol de um interesse comum ? ?

O ceticismo seria a resposta dos incredulos, e talvez o homem realmente se submestime e se considere incapaz de mudar ou de se adpatar a um novo tempo, a um novo ritmo.

Porém, a verdade é que temos a nossa carga de responsabillidade para com os que virão depois de nós, e neste sentido é bom ter sempre em mente a recomendação de Liszt Vieira :

*" Somos governados pelos vivos, tanto quanto pelos mortos. Carregamos as cicatrizes dos que passaram, tanto quanto os que virão carregarão as consequências das nossas caminhadas pelas trilhas que escolhermos. Dividimos o planeta não apenas com os que nele transitam : somos parte de uma história que herdamos, nossas pegadas serão herança dos que nos seguirão. "61*



### 1.5 A RIO-92 E A DIVISÃO NORTE-SUL NO UNIVERSO ECOLÓGICO

Vinte anos após a Conferência de Estocolmo, a cidade do Rio de Janeiro sediou, entre os dias 1 a 12 de junho de 1992, "... a *maior reunião ecológica jamais realizada no planeta*." Era desta forma, com indisfarçável exaltação que se anunciava o evento que se realizou no Rio em 1992.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, também chamada de Reunião de Cúpula da Terra ou Rio-92, reuniu cerca de 8.500 pessoas, entre delegados das Nações Unidas - ONU, organizações-não-governamentais, jornalistas e chefes de Estado, todos imbuidos de um espírito de preservação do Planeta; profeticamente acreditavam que iriam definir o futuro ambiental da humanidade e estabelecer uma nova ordem econômica.

Talvez todos, que participaram daquele evento, estivessem realmente preocupados e crédulos de que a solução estava em suas mãos. E talvez estivesse.

A questão que gerava mais dúvidas quanto ao sucesso da Rio-92, era como conciliar crescimento econômico e como satisfazer o crescente consumismo no mundo, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades, em outras palavras, como implementar o desenvolvimento sustentável.

Dois documentos foram assinados por delegados da ONU e chefes de Estado durante a Rio-92 : a Carta da Terra e a Agenda 21. A primeira era uma espécie de Declaração dos Direitos Humanos da Ecologia, e, a segunda, a Agenda 21, procurava detalhar os princípios enunciados na Carta da Terra, que eram os mandamentos sem efeito legal para se chegar ao século XXI por um caminho de sustentabilidade, indicando estratégias e ações para os governos.<sup>52</sup>

As metas eram bastante ousadas : encontrar soluções concretas para o excesso de queima de combustíveis fósseis que leva ao efeito estufa, para a redução da camada de ozônio que aumenta os casos de câncer e elimina espécies e para o perigo dos resíduos tóxicos e nucleares. Além desses problemas, ainda havia a necessidade de se reverter o processo de envenenamento progressivo dos mares, a escassez de água no mundo, a grave perda de solo agricultável devido à erosão, desmatamentos, extinção de espécies...enfim, todos os problemas decorrentes do modelo de desenvolvimento perseguido até agora.

E nessa perspectiva crítica do modelo de desenvolvimento vigente, há que se constatar que a crise ambiental, que vive hoje a humanidade, tem suas raízes no modelo de desenvolvimento capitalista que não consegue mais disfarçar ou esconder a miséria da humanidade e da Terra.

O curioso é perceber que, de certa forma somos levados a crer que o modelo de desenvolvimento é algo independente, exterior ao homem, inexoravelmente invisível, ditando regras e normas. Como salienta Jean-Pierre Leroy :

*" Esquece-se que este modelo de desenvolvimento que conhecemos é fruto amargo de um longo embate de forças sociais ao longo de vários séculos da história humana, nos quais certos valores, certas formas de conhecimento e de exercício de poder se impuseram sobre outros. "53*

Durante a Rio-92, a questão que mais gerou polêmica, esteve de certa forma ligada a este " desenvolvimento " - a Convenção sobre a Biodiversidade.

Os Estados Unidos, através do Presidente Bush, ameaçaram não participar da Rio-92 e procuraram, desta forma, pressionar as demais nações para que não incluíssem restrições e sistemas de controles na " Convenção sobre a Diversidade Biológica ", que, à época, não foi sequer assinada pelos Estados Unidos.

Segundo Petersen e Silvio Valle, a posição dos Estados Unidos procurava, tão somente, encobrir a proteção de bilhões de dólares de empresas norte-americanas ligadas à biotecnologia, ou seja, o que na verdade o Presidente Bush desejava era defender os interesses econômicos das grandes indústrias farmacêuticas, implantando :

*"... as patentes biotecnológicas para assumir definitivamente o domínio econômico mundial, com a utilização do patrimônio genético localizado no terceiro mundo e que representa mais de 50% do total do planeta..."54*

O que é Diversidade Biológica ? ? ? A diversidade biológica, como o próprio nome já diz, " *é a variedade total de vida sobre a Terra* ", de acordo com o relatório de 1992 do *Worldwatch Institute* <sup>55</sup>.

É extremamente complexa e seu valor é inestimável; tanto que é impossível para o homem determinar com quantas espécies, formas de vida, ecossistemas e genes ele divide a Terra.

A biodiversidade é normalmente estudada em três níveis: a variedade de comunidades e ecossistemas em cujo âmbito os organismos vivem e evoluem, a variedade de espécies e a variedade genética dentro dessas espécies. A degradação de ecossistemas inteiros, como florestas, os manguezais, pântanos e águas litorâneas, representa, em si mesma, a principal perda de biodiversidade e o fator mais importante por trás da atual extinção em massa de espécies vivas.<sup>56</sup>

Esta diversificação ou diversidade biológica é absolutamente essencial para a defesa, evolução e a sustentabilidade de todas as formas de vida que convivem em comunidades e se alimentam umas das outras em ecossistemas no mundo inteiro.<sup>57</sup> Por estar sofrendo um empobrecimento assustador, com o desmoronamento de ecossistemas que suportam a vida na Terra, a biodiversidade foi objeto de intensos trabalhos e esforços no sentido de preservar e limitar o livre acesso à fauna e à flora.

Entretanto, não são assim tão nobres e conservacionistas os motivos que hoje impulsionam a preservação e a intocabilidade de muitos ecossistemas, como a Amazônia.

De repente, revelou-se o potencial econômico que esses ecossistemas escondem : os recursos genéticos, pois é através da informação contida nos genes dos seres vivos, que se pode manipular o melhoramento de plantas e animais para agropecuária e, diretamente, para certas aplicações industriais que substituem os processos produtivos da própria natureza.<sup>58</sup>

No fundo, a preservação da biodiversidade ganha defensores de vários matizes, com interesses altamente diversos.

Segundo o Relatório do Fórum de ONGs Brasileiras, muitos preservam a biodiversidade pelo seu valor intrínseco, outros, acreditam que além deste valor, a biodiversidade representa um patrimônio e um recurso em potencial para toda a humanidade, e, para outros tantos a biodiversidade significa a possibilidade de lucro, seja através do garimpo de suas potencialidades, seja pela apropriação e exploração de recursos extraídos em quantidades mínimas, que não afetem os ecossistemas e impossibilitem o eterno ganho.

Mais uma vez, os interesses econômicos falam mais alto, e as nações desenvolvidas, a exemplo dos Estados Unidos, lutam ferozmente para defender os lucros de suas empresas transnacionais - notadamente as bioquímicas e farmacêuticas - que mudaram o enfoque sobre a questão ambiental, trazendo para a pauta das negociações internacionais temas sobre transferência de biotecnologias e a restrição ao livre acesso aos recursos genéticos.

A Convenção sobre a Biodiversidade trata exatamente destes temas polêmicos que têm acirrado ainda mais o conflito Norte-Sul, pois somos nós, os subdesenvolvidos do Hemisfério Sul, os detentores da matéria-prima que alimenta a biotecnologia, que sem sombra de dúvida, *"... introduz profundas mudanças no sistema de produção e abre novos espaços à expansão capitalista."*<sup>58</sup>

Na véspera do Dia Mundial do Meio Ambiente, o Presidente Bill Clinton, assinou a Convenção sobre Biodiversidade, que o seu antecessor recusara-se a endossar durante a Rio-92, pelas razões que já foram mencionadas. Apesar deste impeto generoso, as ressalvas feitas pelo Governo dos Estados Unidos à Convenção não escondem a prepotência que lhes é peculiar.

Conforme matéria publicada no Jornal do Brasil no dia 5.06.93, a adesão dos Estados Unidos ao Tratado, não significa a aceitação das normas e caminhos previstos no acordo para a preservação da biodiversidade.

Mediante uma "declaração interpretativa", espera-se que as objeções norte-americanas sejam referentes aos itens que levaram o ex-Presidente Bush a rejeitar o acordo, ou seja, o *acesso à tecnologia desenvolvida pelos países ricos no processamento dos recursos naturais fornecidos pelas nações em desenvolvimento.*

O que se torna cada vez mais óbvio e impiedosamente verdadeiro, é que no palco da Ecologia a cooperação internacional, que se faz necessária e urgente para a não destruição dos recursos da Terra, cada vez mais se distancia e se transforma em mera figura de linguagem, uma simples retórica.

A questão sobre a biodiversidade é apenas um entre tantos outros exemplos que se pode utilizar para demonstrar a vilania de um sistema que corrompe e que não se cansa de usurpar dos mais pobres a riqueza que ainda lhes resta.

A recusa do homem em aceitar que - em termos ecológicos - estamos todos, ricos e pobres, no mesmo barco planetário, acabará impossibilitando o efetivo sucesso de qualquer medida que venha a ser adotada para a não degradação da vida na Terra.

O Relatório do Worldwatch Institute sobre o Progresso em Direção a uma Sociedade Sustentável, edição de 1992, apresenta um panorama contundente sobre como os problemas de países em desenvolvimento dificultam e até mesmo agravam a já tão difícil questão ambiental.

Dívidas externas com valores astronômicos fazem com que muitos países devastem suas florestas, explorando ao máximo seus recursos naturais para compensar déficits na balança comercial, para aumentar as exportações, e, como se não bastassem todas estas medidas retritivas ao crescimento sócio-econômico, ainda existe, no cenário mundial, um mercado altamente competitivo que faz com que muitas nações adotem padrões ambientais mínimos, não impossibilitando, assim, as chances de lucro no famigerado jogo econômico internacional.

Estes são problemas inerentes à devastação do meio ambiente; não há mais como mitigar a pobreza, esquecer as desigualdades sociais, desculpar o consumismo exarcebado de alguns países, justificar o abismo econômico entre o Sul e o Norte, e, simplisticamente, alegar que estas são questões independentes da problemática ecológica. Para o Worldwatch Institute:

*" Poucos países ricos têm reconhecido que são eles os causadores preponderantes de danos ao meio ambiente e que, portanto, é deles a maior parte da responsabilidade de garantir a transição para a sustentabilidade global. "80*

Esta é sem dúvida uma grande responsabilidade, mas talvez resida aí, nesta responsabilidade moral, a possibilidade de redenção de todas as agressões praticadas contra a vida no Planeta Terra.



## NOTAS

1. BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar - A aventura da Modernidade. Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria Ioriatti, São Paulo, Companhia das Letras, 1986, p.15
2. MACNEILL, Jim, WINSEMIUS, Pieter & YAKUSHIJI, Taizo. Para Além da Interdependência - A Relação entre a Economia Mundial e a Ecologia da Terra. Trad. Alvaro Cabral, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992, p.42
3. McCORMICK, John. Rumo ao Paraíso - A História do Movimento Ambientalista. Trad. Marco Antonio Esteves e Renato Aguiar, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1992, p. 88.
4. op. cit. p. 89
5. id. ibid. p. 90
6. id. ibid. p. 90.
7. VIEIRA, Liszt. Consituição e Meio Ambiente : As raízes e o sonho...In : PADUA, José Augusto. Ecologia e Política no Brasil, Rio de Janeiro, IUPERJ e Editora Espaço e Tempo, 1987, p. 143.

8. McCORMICK, John. op. cit. p. 97

9. id. ibid. p. 105.

10. id. ibid. p. 105

11. id. ibid. p. 111

12. id. ibid. p. 114

13. EARTHWATCH, que traduzindo literalmente significa : o *relogio da Terra* era uma agência patrocinada pela ONU, planejada para pesquisar, monitorar, e avaliar os processos ambientais em curso.

14. Sobre biodiversidade e recursos genéticos ver **Relatório do Fórum de ONGs Brasileiras**, Rio de Janeiro, 1992.

Biodiversidade é o conjunto de seres vivos nos ecossistemas, cuja tendência é a de se diversificar em muitas espécies, muitas variedades, raças de uma mesma espécie biológica. Sua importância, para a sustentabilidade, defesa e evolução de todas as formas de vida, que convivem em comunidades e que se alimentam umas das outras em ecossistemas do mundo inteiro, é valiosa e essencial para a perpetuação de todas as espécies na Terra.

Os recursos genéticos podem ser entendidos como a informação que os genes dos seres vivos fornecem e que possibilitam o melhoramento de plantas e animais, bem como, em certas aplicações industriais que substituem os processos produtivos da natureza.

15. McCORMICK, John. op. cit. p. 115.

16. id. ibid. p. 127.

17. FRENCH, Hilary. O Fortalecimento da Política Ambiental do Planeta. In: BROWN, Lester ( org. ) **Qualidade de Vida 1992 - Salve o Planeta. Relatório do Worldwatch Institute sobre o Progresso em Direção a uma Sociedade Sustentável.**, Trad. Newton Eichenberg e Marco Antonio F. Bueno, São Paulo, Editora Globo, 1992, p. 205.

18. op. cit. p. 216.

19. McCORMICK, John. op. cit. p. 185.

20. FRENCH, Hilary. op. cit. p. 208. Sobre o aquecimento da Terra, além da obra citada, o assunto é objeto de vários artigos e alguns vão na contramão das comprovadas evidências sobre o super aquecimento do globo; dentre estes, um artigo publicado pelo **Jornal do Brasil** no dia 25.05.93, cujo título era "*Cientistas*

*afirmam que ozônio está normal na Europa Central* ";  
apenas para dar um caráter mais científico ao presente  
trabalho, o referido artigo está sendo mencionado.

21. COMISSAO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.  
**Nosso Futuro Comum**, Rio de Janeiro, Editora da Fundação  
Getúlio Vargas, 1991, p. 294.
22. op. cit. p. 294.
23. id. ibid. p. 306.
24. FRENCH, Hilary. op. cit. p. 207.
25. COMISSAO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.  
op. cit. p. 3.
26. McCORMICK John. op. cit. p. 171.
27. id. ibid. p. 171.
28. FRENCH, Hilary. op. cit. p. 206.
29. McCORMICK, John. op. cit. p. 192.
30. id. ibid. p. 192.

31. Sobre ideologia como concepção de mundo, ver PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Trad. Angelina Peralva, Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 23. A concepção gramsciniana de ideologia é bastante extensiva, como salienta Portelli. Para Gramsci só são essenciais as ideologias " orgânicas ", ou seja, as que estão vinculadas a uma classe fundamental e neste sentido propagam-se "... à medida que se desenvolve a hegemonia sobre todas as atividades do grupo dirigente."

32. McCORMICK, John. op. cit. p. 192.

33. id. ibid. p. 191.

34. ALBUQUERQUE, Manoel Mauricio. *Pequena História da Formação Social Brasileira.*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986, p. 76.

35. GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina.*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 23.

36. op. cit. p. 41.

37. FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo, 6a edição, Martins Fontes, 1992 p. 187-188.

38. GALEANO, Eduardo. op. cit. p. 75.

39. ALBUQUERQUE, Manoel Mauricio. op. cit. p. 58.

40. GALEANO, Eduardo. op. cit. p. 74.

41. Com referência aos dados apresentados sobre a Mata Atlântica, ver Meio Ambiente e Desenvolvimento - Uma visão das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros. Relatório do Fórum de ONGs Brasileiras preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, FASE, Rio de Janeiro, 1992, p. 96-97.

42. GALEANO, Eduardo. op. cit. p. 72.

43. POSTEL, Sandra. A Recusa da Década Decisiva. In : Qualidade de Vida 1992, Salve o Planeta - Relatório do Worldwatch Institute sobre o Progresso em Direção a uma sociedade Sustentável., São Paulo, Editora Globo, 1992, p. 19.

44. op. cit. p. 19.

45. Estudo detalhado sobre os aspectos sócio-ambientais e a importância de se assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento econômico mundial, é o trabalho intitulado Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1992 - Desenvolvimento e Meio Ambiente, desenvolvido pelo Banco Mundial, Washington, D.C., p. 8, para demonstrar como se apresentam os principais indicadores sócio-econômicos mundiais e a necessidade de se reverter o quadro de degradação ambiental, principalmente nos países mais pobres.

O Relatório aponta os principais problemas no contexto internacional, onde a falsa dicotomia existente entre desenvolvimento e meio ambiente não pode mais perdurar sob o risco de se agravarem os problemas decorrentes dessa simbiose.

46. COMISSAO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.  
op. cit. 46.

47. Relatório sobre Desenvolvimento Mundial 1992, op. cit. p. 8.

48. COMISSAO MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE.  
op. cit. p. 46.

49. Sobre a situação habitacional da Grande São Paulo, ver artigo de Silvia Czapski, cujo título é : Pobre cidade rica - Os problemas econômicos e a falta de consciência ambiental pioram a qualidade de vida na maior cidade da América Latina, publicado na revista Ecologia e Desenvolvimento, Editora Terceiro Mundo, maio de 1993.

50. Os dados sobre educação, analfabetismo, saneamento básico, água potável, concentração de renda, foram retirados de reportagem publicada no Jornal do Brasil, no dia 23.03.93, intitulada : Renda dos brasileiros caiu 5,3% em dez anos.

Todas as informações coletadas pelo jornal foram conseguidas no Anuário Estatístico do Brasil, 52a edição, IBGE. O Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia mostra que um décimo da população detém metade da riqueza nacional e que a economia do país estagnou por uma década, além de apresentar dados referentes à péssima qualidade de vida do brasileiro.

51. VIEIRA, Liszt. op. cit. p. 143.

52. Quanto aos preparativos e objetivos da Rio-92, ver artigo publicado no caderno Ecologia do Jornal do Brasil, de 6.01.1992.

53. Para uma crítica do modelo de desenvolvimento capitalista, ver artigo de Jean-Pierre Leroy publicado na revista *Proposta* cujo título é : *Modelo de desenvolvimento : mudança real ou adaptação ?* Editora FASE, maio de 1992.

54. Sobre a biodiversidade e a emergência deste tema ligado mais diretamente às biotecnologias, vale ressaltar o esforço de Petersen & Silvio Valle, na proposta apresentada ao Deputado Federal Sérgio Arouca, relator do substitutivo nº 114/91, em tramitação na Câmara dos Deputados, DF, intitulada : *Por uma Lei de Biossegurança*.



Os autores de forma brilhante procuram elucidar o tema, trazendo para o universo do cidadão comum mais um assunto que revela a discrepante utilização de recursos genéticos de países do Terceiro Mundo, para capacitar as indústrias farmacêuticas e bioquímicas das nações ricas, além de chamar a atenção para o desenvolvimento tecnológico e a não transferência deste " know how ", a expansão econômica e os aspectos morais e éticos intrínsecos ao tema.

55. RYAN, John. **Qualidade de vida - 1992, Salve o Planeta.**

op. cit. p. 27.

56. op. cit. p. 28.

57. Relatório do Fórum de ONGs Brasileiras. op. cit. p. 58.

58. id. ibid. p. 62.

59. PETERSEN & VALLE. op. cit. p. 2.

60. POSTEL, Sandra. op. cit. p. 21.

## CAPITULO II

### A INTEGRAÇÃO NA AMERICA LATINA : OS ANTECEDENTES DO MERCOSUL

#### INTRODUÇÃO

*" Tudo nos une, nada nos separa. "*

Luis Saenz Peña

O mundo dança a música da integração : num ritmo marcado de controvérsias e assimetrias encontram-se Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, que há dois anos tentam acertar o compasso com o MERCOSUL.

Este será o tema deste capítulo, onde tentar-se-á fazer um levantamento dos precedentes históricos da Integração Latino-Americana, para então proceder-se a uma análise do que é, o que pretende, e como surgiu o MERCOSUL.

Através desta abordagem histórica da evolução do Projeto de Integração, será possível perceber as mudanças qualitativas sofridas desde as iniciativas, principalmente dos Governos Sarney e Alfonsín a partir de 1985 até os dias de hoje.

Desde a década de 1950, mais precisamente março de 1957, com o início da Comunidade Econômica Européia, através do Tratado de Roma, tem-se buscado meios e fórmulas para a concretização de uma integração econômica na América Latina.

Porém, "...obstáculos *estruturais, conjunturais, circunstanciais, geográficos, políticos, econômicos e históricos atuaram contra esse processo*"<sup>1</sup>, como bem salienta Alfredo da Mota Menezes.

Para os defensores da integração, esta significava a forma ideal para se trabalhar e defender em grupo, o que acarretaria, conseqüentemente, o bem-estar e a efetiva melhora na qualidade de vida dos povos integrados.

O órgão da ONU - CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina, criado em 1948, foi, o que mais se destacou na luta para a integração econômica regional. A CEPAL propunha a industrialização como base primeira para o desenvolvimento<sup>2</sup>; acreditava que sem indústrias para substituir importações, o crescimento econômico da região nunca ocorreria. Todavia, o modelo de substituição de importações não deu certo durante muito tempo devido ao tamanho do mercado. Necessitava-se de mercados mais amplos para se produzir em condições de custo razoáveis, pois, do contrário, era mais barato comprar manufaturas fora da região, do que as produzidas nas economias nacionais. Com mercados diversificados, seria possível um crescimento autônomo, sustentado e favorável às exportações, e, dessa forma o mercado latino-americano poderia, enfim, ser a base para o desenvolvimento.<sup>3</sup>

Os benefícios da integração seriam para todos, inclusive para os países menos desenvolvidos, em processo de industrialização.

Em *Do Sonho à Realidade-A Integração Econômica Latino-Americana*, Alfredo da Mota Menezes afirma que :

*" Durante as décadas de 1950 e 1960, os defensores da integração perguntavam qual perspectiva de crescimento teriam, por exemplo, as economias paraguaia e boliviana ?*

*Quais as perspectivas para os próximos 50 anos ? A população crescia; a migração interna e o abandono do campo eram uma realidade, e a expectativa de melhora de vida, um fato natural; os recursos internos para investimentos eram escassos, as poucas indústrias não geravam empregos suficientes e, por fim, o mercado mundial comprava cada vez menos produtos primários."*

O autor finaliza concluindo que *" A saída, portanto, para o futuro das economias menores, estaria em um mercado integrado e amplo."*<sup>4</sup>

No que concerne a economias um pouco maiores, como Brasil e Argentina, a questão seria inversa. Com uma produção muito diversificada, os mercados internos não seriam suficientes para dar conta dessa produção.

Graças a uma visão e comportamento, caracterizados por um forte monopólio protecionista, nossos produtos não seriam competitivos no mercado internacional, e, como se não bastasse, ainda persiste no imaginário sócio-cultural do povo latino, a concepção de que os melhores produtos são sempre os que vêm de fora.

Todos esses fatores juntos, contribuíam e argumentavam a favor de uma integração econômica regional, que possibilitaria transformar economias obsoletas em mercados mais competitivos e eficientes.

Resta claro que o grande benefício oriundo da integração seria a industrialização da América Latina.

Um grande mercado comum poderia gerar novas fábricas, com uma produção mais adequada às demandas do mercado externo; conseqüentemente, isto levaria ao crescimento da oferta de empregos, o que num crescente, proporcionaria um bem-estar social generalizado para todos os povos integrados.

Contudo, não se pode esquecer que uma integração econômica, ao trazer benefícios, implicará, sem dúvida, em mudanças de hábitos. Hábitos estes, por demais arraigados para os que terão que alterar estruturas internas e sociais de todo um país. Para estes, isto pode significar prejuízos, e segundo Alfredo da Mota Menezes *"O receio do novo, de perder privilégios, e a forma protecionista do nosso capitalismo"* são fatores que não ajudam na tentativa de integração".<sup>5</sup>

Apesar do desejo de ver a América Latina integrada, as propostas nesse sentido só começaram a vingar a partir de 1956. Até então, como foi demonstrado acima, os projetos para a integração econômica no Continente orbitavam em torno da CEPAL, e esses estavam voltados para a questão econômica regional, como o aumento do mercado interno e conseqüente desenvolvimento econômico.

Ainda na<sup>o</sup> se havia cogitado da criação de um mercado comum, de uma zona de livre comércio, ou de uma união alfandegária.

Somente entre 1958 e 1959, é que a CEPAL, através de um grupo de trabalho criado com o objetivo específico de elaborar um projeto para a criação de um mercado comum, saiu do papel para concretizar a integração regional, com a assinatura do Tratado de Montevidéu.

Em 18 de fevereiro de 1960, criava-se a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, cujos signatários iniciais foram : Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

A Colômbia, bem como o Equador só aderiram ao Tratado mais tarde; em 30 de setembro e em 3 de novembro de 1961 respectivamente. Os demais países, a saber : Bolívia, Cuba, Venezuela e os da América Central estavam mais voltados para a criação do Mercado Comum Centro-Americano-MCCA; mercado este, que o próprio Tratado de Montevidéu apoiava, no intuito de que este fosse mais tarde incorporado num mercado latino-americano de maior abrangência.

A Bolívia, como a Venezuela relutaram em participar da ALALC, por motivos diversos e peculiares a cada país. A Bolívia alegava que sua exportação era toda feita para países fora da América Latina e que com o parceiro Estados Unidos podia comprar produtos mais baratos e de melhor qualidade.

Em resumo, os bolivianos se recusavam a subsidiar e a auxiliar no crescimento das indústrias argentina, brasileira e mexicana, tidas como as mais desenvolvidas.

A Venezuela também não via nenhuma vantagem em participar da ALALC, uma vez que era auto-suficiente na produção de petróleo e ferro; mas, no tocante a outros setores comerciais teria uma enorme desvantagem, pois seus produtos não seriam competitivos, por exemplo : sua produção cafeeira não teria condições de competir com a colombiana ou com a brasileira, bem como a carne, que não se equipararia à uruguaia. Além do que, sua parceria comercial com os Estados Unidos, ( como a Bolívia ) lhe garantia a compra de produtos a preços melhores e mais acessíveis para os venezuelanos.

Entretanto, apesar de todos estes argumentos serem válidos e lógicos, tanto a Bolívia como a Venezuela aderiram à ALALC em 1967.

Cuba foi um caso à parte, pois solicitou sua adesão ao Tratado em 1962, e teve, contudo, seu pedido negado por motivos que fogem aos aspectos meramente comerciais. No Tratado não havia diretrizes que estabelecessem qualquer tipo de restrição a economias planificadas ou regimes políticos diferentes dos demais signatários.

O Tratado era, sem duvida, favorável à iniciativa privada. Entretanto, o que ocorreu com Cuba, foi muito mais uma decisão política do que econômica, como ressalta Alfredo da Mota Menezes:

*" A administração Kennedy (...) era mais favorável à iniciativa de integração da América Latina, e até acenava com ajuda futura para a região. Entre a possível ajuda americana e a adesão de Cuba, os membros da ALALC optaram pelo primeiro."*

Ainda conforme o autor :

*" Certa ou errada, a decisão foi mantida e os motivos mais fortes, apesar de não ditos explicitamente, eram mais de ordem política do que econômica." 6*



## 2.1 A DISTANCIA ENTRE A REALIDADE E O DESEJO DE INTEGRAÇÃO

A meta do Tratado de Montevideu estipulava a criação de uma zona de livre comércio, na qual as restrições comerciais de toda ordem deveriam ser progressivamente eliminadas.<sup>7</sup> Essa zona de livre comércio teria o prazo máximo de 12 anos para se aperfeiçoar, isto é, até 1973 a área de livre comércio deveria estar estabelecida.

Entretanto, devido às dificuldades operacionais encontradas por vários países para efetivar esta meta dentro do prazo exigido, a data limite foi postergada até 31 de dezembro de 1980. Tudo que onerasse as importações deveria ser eliminado, como direitos alfandegários, fiscais, monetários ou cambiais.

O que se buscava alcançar, era um intercâmbio sempre crescente : que os produtos de um país tivessem o mesmo tratamento que os provenientes de outra Parte Contratante. Não haveria discriminação, impostos ou qualquer espécie de embargo ao produto de um país que pudesse competir com o similar nacional.

Todas essas medidas tinham o mais sincero desejo de promover o crescimento da região, todavia, as desigualdades econômicas entre as Partes Contratantes e os problemas e diferenças estruturais e históricos existentes inviabilizavam qualquer possibilidade de sucesso.

No emaranhado desse desejo integracionista, ha que se levar em conta a debilidade de nossas instituições políticas, o exacerbado protecionismo que permeia todas as atividades econômicas, além do fato de que, àquela época, vivia-se um momento conturbado da história política latino-americana.<sup>8</sup> A maioria dos países pressentia a possibilidade de mudanças políticas por vias não democráticas, o que mais tarde efetivamente ocorreu.

O Tratado de Montevideu, embora tivesse no seu bojo o anseio de integrar as economias e proporcionar desta forma um crescimento mais ordenado e produtivo para a região, não logrou sucesso. De fato, houve um incremento no comércio da região, mas não o suficiente para provocar mudanças profundas na economia.

Sobre o insucesso do Tratado de Montevideu, Alfredo da Mota Menezes pondera de forma bastante elucidativa :

*" Mas acreditar que o Tratado, por sua simples existência, do dia para a noite, fosse alterar substancialmente a vida econômica dos povos integrados seria não entender a realidade latino-americana. Como poderiam ser alteradas a geografia, as distâncias físicas, as desigualdades entre países, as distâncias econômicas e sociais internas, o problema de transporte inadequado, o protecionismo e a falta de competitividade nos setores industrial, primário, o problema do déficit comercial e a balança de pagamento ? ? ? "*

Esses fatores eram conhecidos e inalteráveis a curto prazo. O objetivo do Tratado era estimular e liberar o comércio regional <sup>10</sup>, e caso isto fosse conseguido em profundidade, as alterações seriam uma medida natural. As reduções alfandegárias defendidas pelo Tratado não seriam automáticas e deveriam ser negociadas produto por produto e de tempos em tempos. <sup>11</sup>

No que concerne à economia latino-americana, essas reduções não obedeciam a um programa predeterminado e obrigatório, o que permitiria que setores produtivos de uma economia nacional pressionassem seu governo em busca de exceções que os protegessem contra as ditas restrições.

Além disso, faltavam estímulos e incentivos entre muitos países membros a respeito do processo integrativo. Os países menores não tinham garantia alguma de que o processo de industrialização, que o Tratado intencionava deflagrar na região, lhes traria benefícios. Havia o temor de que as indústrias desses países fossem sufocadas pela produção mais competitiva de países maiores <sup>12</sup>; o que era, até certo ponto justificável.

Enfim, como salienta Mota Menezes :

*" Sem um programa garantido e planificado para toda a região, para beneficiar as economias menores, sob o aspecto industrial, ou até mesmo no crescimento geral, não haveria muito incentivo a suas participações. "*<sup>13</sup>

Face a esta situação de indefinição, a ALALC tornou-se inoperante e sem eficácia e a razão para este imobilismo, afirma Celson J. da Silva, está relacionada com uma excessiva rigidez imposta pela negociação produto por produto.

Esclarece o autor :

*" A negociação produto por produto introduziu uma rigidez muito grande no sistema proposto, e a dependência da "boa vontade" dos governos da área em fazer concessões de redução alfandegária e em promover a inclusão de produtos nas Listas Nacionais e na Lista Comum retirava da ALALC o dinamismo próprio de um processo de integração desta natureza. É natural e perfeitamente compreensível que as negociações produto por produto só tenham apresentado resultados relativamente satisfatórios até o ponto em que estas liberações não afetassem as estruturas produtivas nacionais. "14*

Em 1980, surgia a ALADI - Associação Latino-Americana de Integração, em substituição à ALALC, que acabou sendo considerada como um projeto fracassado e imaturo face ao contexto latino-americano.

A ALADI parecia ser mais flexível, procurando evitar os erros cometidos pela ALALC; propunha uma integração de forma gradual e progressiva, não se restringindo ao mero cumprimento de prazos e datas previamente estabelecidos.

Outro aspecto interessante no tocante às diretrizes adotadas pela ALADI, é o princípio do pluralismo. Como ressalta Mota Menezes, "*...Não há que se importar mais com o tipo de regime econômico e político existente na região;*"<sup>15</sup> o que possibilitou o comércio com os países em desenvolvimento em todo o mundo, como América Central e Caribe.

## 2.2 A CRIAÇÃO DO MERCADO COMUM CENTRO-AMERICANO E A INFLUENCIA DOS ESTADOS UNIDOS

Ainda nesta perspectiva integracionista, houve a proposta, também da CEPAL, de criação de um Mercado Comum Centro-Americano - MCCA. O Mercado Comum Centro-Americano foi o resultado de um longo período de gestação, que se iniciou em 1951 e recebeu, por parte da CEPAL, um tratamento diferenciado e mais voltado para as peculiaridades daquela região. Com economias pequenas e uma população que em 1954 estava em torno de 8,5 milhões de habitantes, o comércio exterior desta região era, segundo J.da Silva "...em sua totalidade bem menor do que o de vários países latino-americanos isoladamente."<sup>16</sup>

Em função dessas particularidades econômicas, geográficas, políticas e sociais, é que o programa de integração para a América Central fez-se de forma mais lenta e gradual.

Somente em 10 de junho de 1958, em Tegucigalpa, é que foi assinado o Tratado Multilateral de Livre Comércio e Integração Econômica Centro-Americana, que teve significativa importância, pois marcava a mudança de um *bilateralismo* para uma situação de *multilateralismo*<sup>17</sup> dentro do programa de integração.

Nesta mesma data foi assinado o Convênio sobre Regime de Indústrias Centro-Americanas de Integração, que visava a estimular e promover o estabelecimento de indústrias novas que necessitassem de mercados ampliados para *"...operarem em condições de eficiência e competitividade"*<sup>18</sup>.

Entretanto, vale salientar que o processo de integração que se intentava iniciar na América Central, teve a ingerência da política externa norte-americana, o que alterou substancialmente os planos que a CEPAL tinha para uma integração paulatina e progressiva para a região.

Como afirmam J.da Silva e Mota Menezes respectivamente :

*" A marcha dos acontecimentos parece confirmar o êxito da missão do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Sob o argumento de que desejavam acelerar o programa de integração ( e a oferta de 100 milhões de dólares deve ter desempenhado seu papel ), El Salvador, Honduras e Guatemala, iniciaram, ainda em 1959, negociações para assinatura de um acordo tripartite."*

Ainda sobre a "intervenção branca"<sup>19</sup> dos Estados Unidos, relata Mota Menezes :

*" No dia 6 de fevereiro de 1960, El Salvador, Guatemala e Honduras assinaram, inteiramente fora do caminho que vinha sendo percorrido, um Tratado de Associação Econômica entre si. Esse Tratado Tripartite foi feito e assinado totalmente à margem da Cepal e com a ajuda, apoio e incentivo da Agência para o Desenvolvimento Internacional-AID, dos Estados Unidos."*

" 20

Essa intervenção desestabilizou tudo que vinha sendo feito no tocante à integração centro-americana e os motivos não são nada nobres ou altruístas.

Os Estados Unidos sempre tiveram uma tradição intervencionista em relação aos países mais ao sul, e tal afirmação é sustentada por diversos autores estudiosos dos problemas latino e centro-americanos.

Em *As Veias Abertas da América Latina*, Eduardo Galeano traça um perfil histórico, porém cruel de como nós, habitantes dos ditos "países periféricos"<sup>21</sup>, fomos e somos até hoje os fomentadores da riqueza e do desenvolvimento dos grandes centros do capitalismo. De certa forma a existência de um não se explica sem a existência do outro e fazemos parte do mesmo sistema perverso que estipula o progresso de uns em detrimento da miséria de outros.

No tocante à América Latina, Galeano é categórico ao afirmar :

*"...a América é para o mundo, nada mais que os Estados Unidos: nós habitamos, no máximo, uma sub-América, numa América de segunda classe, de nebulosa identificação. E a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo : a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos."*<sup>22</sup>

Passando das constatações históricas ao que efetivamente ocorreu no programa de integração centro-americana, percebe-se que os princípios defendidos pelos Estados Unidos passaram a vigorar abertamente com a assinatura do Tratado Tripartite, princípios esses que contrariavam as diretrizes que a CEPAL procurava seguir para impulsionar a integração.



Até então, a CEPAL vinha desenvolvendo um programa baseado num gradualismo e na reciprocidade dos benefícios, no controle e programação política industrial e na formação de indústrias de integração. Os Estados Unidos propunham o estabelecimento imediato e irrestrito do livre comércio, além de defenderem o princípio da livre competição absoluta e o máximo de liberdade para a inversão estrangeira. <sup>23</sup>

Face a todas essas mudanças, tornava-se urgente uma reavaliação da proposta primeira da CEPAL, e, em 13 de dezembro de 1960, foi assinado o Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana, firmado em Manágua pela Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua. Somente em 1962 é que a Costa Rica aderiu ao Tratado Geral.

O Tratado procurava aproveitar tudo o que havia sido feito em relação à integração centro-americana e estipulava que o prazo para a integração seria, a partir de então, de 5 anos. Deixava-se de lado a proposta para uma integração gradual e progressiva.

Ficava também determinado que nenhum país poderia assinar, unilateralmente, quaisquer outros acordos que pudessem contrariar os princípios da integração.

A década de 60 foi de significativa importância para o Mercado Comum Centro-Americano, tanto que durante o período de 1961 a 1968 a integração teve um efeito positivo em todos os países centro-americanos, permitindo que a região obtivesse um crescimento de 1,5% anual a mais.<sup>24</sup>

No entanto, esses dados da SIECA-Secretaria Permanente do Tratado <sup>25</sup>, organismo criado junto com a assinatura do Tratado Geral, foram contestados por diversos autores que alegam que se de fato a economia centro-americana alcançou a pujança que a SIECA procura demonstrar, o maior beneficiário foi, sem dúvida, o capital estrangeiro, representado de forma mais acentuada pelos Estados Unidos.<sup>26</sup>

Com a brusca mudança nas diretrizes primeiras da integração e com a entrada em cena do novo "coadjuvante" - os Estados Unidos, os resultados do programa de integração, ao invés de satisfazerem as necessidades da região, passaram a beneficiar interesses outros. E na hipótese de ter realmente havido um crescimento econômico para a região, este se fez ao preço de um elevado custo social e um implacável desinteresse pelas questões mais relevantes para a região, como : o desemprego, a falta de distribuição de renda, a dependência de exportação de produtos primários, o aumento da dívida externa, a remessa incontrolada de lucros para o exterior, a situação agrária e a miserável condição de vida da população rural.<sup>27</sup>

O Mercado Comum Centro-Americano, no final da década de 60, já dava sinais de estagnação e esta situação agravou-se com o conflito armado entre Honduras e El Salvador em julho de 1969. O comércio entre ambos foi suspenso, e Honduras proibiu, por seu território, o trânsito de produtos salvadorenhos que fossem destinados a outros países integrantes da zona de livre comércio.

Entretanto, na visão de Mota Menezes, a guerra, que sem dúvida foi um acontecimento de repercussão internacional, não foi a única culpada pela inércia que se abateu sobre o processo de desenvolvimento do mercado comum. Salienta o autor :

*" Porém, a causa mais importante pela perda de dinamismo do MCCA, foi o crescente descontentamento regional referente à distribuição de custos e benefícios. Ligado a isso, olhando para trás, as expectativas gerais existentes no início da integração econômica eram exageradas em relação ao que o processo em si poderia oferecer. "28*

Em suma, o que se pode notar é que o processo de integração, da forma como foi implementado na América Central, não poderia, jamais, passar ao largo dos antecedentes históricos daquela região, marcada por um discrepante subdesenvolvimento. Nesse sentido, Cláudio Accurso afirma :

*" Os que pensam em reproduzir na periferia as sociedades desenvolvidas esquecem a história, não se dando conta de que subdesenvolvimento não é etapa como se apregoa, antes é um subproduto histórico, cristalização que ficou do desenvolvimento conhecido a partir do século XVI. "29*

### 2.3 O PACTO ANDINO E O RESGATE DA PROPOSTA DE UM MERCADO COMUM LATINO-AMERICANO

No decorrer da década de 60, além dos programas de integração da ALALC e do MCCA, outros eventos ocorreram com o mesmo propósito, com uma relevância em muitos casos mais simbólica do que de real importância para a efetiva integração.

O Pacto Andino, por sua vez, foi de especial significado, pois proporcionou mudanças de caráter político-ideológico, além dos efeitos econômicos, e também por reavivar o debate sobre a criação de um Mercado Comum Latino-Americano.

Em suas proposições iniciais, a integração latino-americana, surgia como " *...um instrumento de proteção às atividades industriais locais e como instrumento para promover o " desenvolvimento econômico regional.*"<sup>30</sup>

Além disso, o que se buscava eram oportunidades reais para que os países latino-americanos pudessem participar no mercado internacional de forma mais competitiva. Entretanto, como foi demonstrado anteriormente, nas tentativas de integração que precederam ao Pacto Andino, o que se pode observar é exatamente o inverso da proposta para a integração latino-americana.

Graças à interferência constante dos Estados Unidos nos processos de integração, os objetivos que sempre nortearam este processo não foram concluídos.

Em 14 de abril de 1967, os Presidentes dos Estados Americanos e o Primeiro Ministro de Trinidad Tobago reuniram-se em Punta del Este, Uruguai, com o objetivo de acelerar a criação de um Mercado Comum Latino-Americano, e, para tanto, concordavam em impulsionar a Aliança para o Progresso, que era nada mais nada menos, do que uma iniciativa do Governo Kennedy com o intuito de incrementar a integração latino-americana.

Vale salientar, para efeitos elucidativos, que a " Aliança para o Progresso " era um programa de incentivo à integração econômica na América Latina sustentado pelo Governo dos Estados Unidos, cujo Presidente na ocasião era John Kennedy.

Em março de 1961, o Governo Kennedy convida todos os Estados Americanos a se unirem em uma nova " Aliança para o Progresso ", conforme relato de Celson J. da Silva :

*" As delegações que aprovaram a " Aliança " em Punta del Este, em 17 de agosto de 1961, dirigiram a " Declaração aos Povos da América ", na qual se estipulava que um dos seus objetivos seria acelerar a integração da América Latina, dando-se maior vigor à ALALC e ao MCCA. "31*

Entretanto, apesar das propaladas intenções altruístas, o Governo Kennedy acabou transformando aquela iniciativa em um programa assistencial, o que não modificava em nada a relação de dependência entre os povos latinos e os Estados Unidos, além de ter facilitado a defesa dos interesses daquele país nos processos de integração, através da USAID ( Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional ) e do BID ( Banco Interamericano de Desenvolvimento ). Dessa forma, como se observou na tentativa de integração do MCCA, a ingerência norte-americana, desempenhou um papel decisivo para desestabilizar o processo que estava em curso.

Em agosto de 1966, os Presidentes da Colômbia, do Chile e da Venezuela, bem como os representantes dos Presidentes do Equador e do Peru, emitiram a " Declaração de Bogotá " que propunha medidas que atendessem melhor às condições dos países menores, ou com mercados ainda insuficientes, e o objetivo era conseguir o desenvolvimento harmônico e equilibrado para a região.

A " Declaração de Bogotá ", juntamente com a " Declaração dos Presidentes dos Estados Americanos " de 1967, em Punta del Este, podem ser consideradas como embrionárias do projeto de criação do Pacto Andino, que só foi efetivado em 26 de maio de 1969, com a assinatura do " Acordo de Integração Sub-Regional " ( Acordo de Cartagena ) pelos governos da Colômbia, da Bolívia, do Chile, do Equador e do Peru. A Venezuela firmou o acordo somente em 13 de fevereiro de 1973. 32

A grande inovação do Pacto Andino é a proposta formalizada através da Decisão 24, de 31 de dezembro de 1970, que estabelecia o Regime Comum de Tratamento ao Capital Estrangeiro. Essa medida, não tinha caráter protecionista e não rejeitava a presença do capital estrangeiro na região, apenas adotava normas que restringiam ou condicionavam a presença do capital externo a determinados setores da economia obedecendo a certos parâmetros que não prejudicassem a economia regional.

A existência de um regime comum de tratamento à inversão estrangeira, no contexto de um programa de integração, traz benefícios e vantagens inúmeras para os países que se integram, como atesta Celson J. da Silva :

*" O regime comum pode aumentar o poder de negociação por parte da região frente aos investidores estrangeiros, uma vez que limita as vantagens e os benefícios que um país pode oferecer isoladamente, a fim de atrair para si o maior volume de capital externo. Depois que chega à área integrada, o capital estrangeiro passa a contar com os benefícios da proteção alfandegária e tem livre acesso ao mercado de outros países membros. Por isto, as vantagens e os benefícios adicionais que o investidor estrangeiro obtém em determinado país significam desvantagens para os investidores nacionais de todos os outros países membros. "33*

Não obstante, o regime comum de tratamento ao capital estrangeiro foi o centro de controvérsias dentro da integração andina, e a mais séria ocorreu em 1976, quando o Chile propôs modificações substanciais na Decisão 24.

O Chile solicitava a eliminação da cláusula que estipulava a transformação das empresas estrangeiras em nacionais ou mistas, requeria um aumento na taxa permitida para remessa de lucros ao exterior, bem como autorização para vender ao capital estrangeiro empresas privatizadas pelo governo Allende.<sup>34</sup>

A conturbada situação financeira dos países andinos, juntamente com o impasse criado pelo Chile, acabaram por enfraquecer a proposta do Pacto Andino, e o capital monopolista internacional viu-se, mais uma vez, como o grande favorecido pela integração andina.<sup>35</sup>



## 2.4 ARGENTINA E BRASIL : UM PASSO EM DIREÇÃO A INTEGRAÇÃO

As relações entre Brasil e Argentina sempre foram marcadas por divergências. Durante a primeira metade deste século, a Argentina, com sua ascendente urbanização, com uma população mais culta e com um surpreendente aumento na economia, parecia ser o mais dinâmico e o mais forte entre os dois países. O Brasil, por sua vez, via aquele desenvolvimento como parte de uma política expansionista almejando dominar a região através de alianças com os outros países de origem hispânica. A Argentina, contudo, via o Brasil como um instrumento da política externa norte-americana no Continente, face às estreitas relações que o Brasil mantinha com aquele país.<sup>36</sup>

Na década de 60, as relações tiveram alguma melhora, por ocasião da criação da ALALC, da qual os dois países faziam parte. A política externa dava o tom da prática da "boa vizinhança", e, no final da década, havia um considerável contato entre os dois países, proveniente da acentuada identidade ideológica que surgiu entre os dois regimes militares.

Em 1964, houve um golpe militar no Brasil e dois anos depois, foi a vez de a Argentina ter os militares no poder. Na visão de David Collier :

*" Estes golpes inauguraram períodos de domínio pelos militares como instituição, durante os quais as forças armadas procuraram promover o crescimento industrial acelerado baseado em novos investimentos estrangeiros maciços "37*

O saldo das ditaduras militares foi diferente nos dois países, o que pode ter agravado a disputa pela hegemonia<sup>38</sup> no Continente. A Argentina, no final da década de 60, e com mais rapidez nos anos seguintes, teve seu parque industrial sucateado, as fábricas foram envelhecendo e pouco se investia em infra-estrutura. O país começou a parar.

O Brasil, no entanto, vivia o auge do período identificado como o " milagre econômico ". <sup>39</sup> Havia um incremento na economia, e durante o período de 1968 a 1973, o país conheceu taxas de crescimento de dois dígitos avaliadas segundo o Produto Interno Bruto.<sup>40</sup> Era a época da política "produtivista", que acreditava que um país subdesenvolvido precisa criar condições para o investimento estrangeiro de modo a acumular capital suficiente para promover a arrancada do desenvolvimento econômico. Mas era também a época do "Brasil : ame-o ou deixe-o ", e, tanto a repressão quanto a tortura eram práticas corriqueiras nos famosos " porões da ditadura militar " que se instalara no Brasil.

No cômputo geral, pode-se dizer que o Brasil investiu mais em infra-estrutura para o crescimento industrial do que a Argentina; apesar desse ter sido o período da história brasileira em que os índices de concentração de renda atingiram patamares dramáticos, a pobreza cresceu na mesma proporção que os lucros da elite que apoiava o golpe militar, e o processo de empobrecimento da população brasileira persiste até os dias de hoje.

No decorrer dos anos 70, as relações tomaram um novo direcionamento, e, novamente, as diferenças se acirraram, principalmente com a assinatura do Tratado de Itaipu entre o Brasil e o Paraguai para a construção da hidrelétrica no rio Paraná. A Argentina alegava que este projeto afetaria seus interesses e pressentia o crescimento da hegemonia brasileira na região.<sup>41</sup>

Finalmente, em outubro de 1979, o primeiro passo para a reaproximação entre os dois países é tomado com a assinatura de um Acordo Tripartite, que incluía também o Paraguai e liquidava a divergência sobre o melhor uso dos recursos do rio Paraná.

O mais importante, todavia, foi a reinstauração do governo democrático no Brasil e na Argentina, o que, sem sombra de dúvida, deu um novo ímpeto às tentativas de reaproximação entre os dois países. Com os Presidentes civis, Sarney e Alfonsín, a relação entre os dois países tomou um rumo diferente e mais promissor para uma retomada do projeto de integração econômica.

Em 29 de novembro de 1985, é inaugurada a ponte "Tancredo Neves", ligando Porto Meira no Brasil a Puerto Iguazu na Argentina.

A partir dessa data desencadeou-se um processo intensivo de reaproximação entre os dois países, culminando na assinatura da "Declaração de Iguazu", em 30 de novembro de 1985.

Pela primeira vez, em muitos anos, os dois países, através de comunicados e declarações oficiais, emitiram pontos de vista comuns sobre vários assuntos. Era o passo inicial para uma atuação conjunta no contexto internacional. Em 30 de julho de 1986 :

*" Alfonsín e Sarney assinaram em Buenos Aires, a Ata para a Integração Argentino-Brasileira e Protocolos, convencidos da necessidade de convocar seus povos no esforço comum para enfrentar os obstáculos de hoje e os desafios do século XXI; conscientes da importância do momento, principalmente na consolidação da democracia como sistema de vida e de governo; seguros que a criação de um espaço econômico comum amplia as perspectivas de crescimento e bem-estar de seus povos e que tal programa é importante para a integração da América Latina "*<sup>42</sup> narra Mota Menezes.

Dessa forma, os dois Presidentes decidem trabalhar para o sucesso da integração e convidam o Presidente do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti, para participar das discussões, visando sua futura associação no Projeto de Integração para a América Latina.

Essa proposta de integração, comparada às anteriores, apresenta uma mudança radical : nesta parece haver vontade política e os empresários são co-participantes para se chegar de fato a uma futura integração econômica.

O Pacto para a integração é composto de 12 Protocolos, que tratam dos mais diversos temas, como : bens de capital, trigo, complementação de abastecimento de alimentação, expansão do comércio, empresas binacionais, fundos de inversões, assuntos financeiros, energia, biotecnologia, estudos econômicos, informações imediatas e assistência recíproca em caso de acidentes nucleares, emergência radiológicas e cooperação no setor aeronáutico. Outros protocolos sobre siderurgia, transportes terrestres e marítimo, comunicação cooperação nuclear, foram assinados mais tarde, o que perfaz um total de 24 Protocolos até 1988.

Mediante esse Acordo entre Brasil e Argentina, o que se pretende alcançar, segundo os Protocolos assinados, é um aumento e um equilíbrio no comércio bilateral, e um crescente e estável desenvolvimento nos dois países; superar os obstáculos para uma efetiva cooperação, especificamente aqueles concernentes à economia; aumentar a capacidade dos dois países de encontrar o caminho para uma economia mais autônoma com avanço tecnológico; concretizar a democracia nos dois países e implementar um processo para o desenvolvimento social, proporcionando, assim, melhores condições de vida aos povos integrados; fortalecer a influência dos dois países no campo internacional e incentivar o processo para a Integração Latino-Americana.<sup>43</sup>

Em resumo, os Protocolos de Integração Econômica, assinados entre Brasil e Argentina, propunham um processo de integração global e gradual, ou seja a integração se faria de forma progressiva e englobaria diversos aspectos, não somente aqueles concernentes a abertura de mercados.

Além disso, a integração era pensada de forma mais abrangente, levando-se em conta as continuas transformações no cenário internacional. Assim, uma compreensão da situação mundial era necessária face à crescente competitividade e ao surgimento de blocos econômicos cada vez mais fechados. A abertura que se propunha na integração Brasil-Argentina era bilateral e preservava certa fronteira em relação ao mercado externo.

No final dos anos 80, esse quadro muda radicalmente com as mudanças políticas ocorridas tanto no Brasil quanto na Argentina. Collor é o novo Presidente do Brasil e Menem assume o poder na Argentina; em 1990 os dois Presidentes subscrevem a Ata de Buenos Aires, embrião do Projeto MERCOSUL, que mais tarde envolveria também o Uruguai e o Paraguai.

Inicialmente, a data estabelecida por Sarney e Alfonsín ao assinarem a "Ata para a Integração Argentino-Brasileira", era até 31 de dezembro de 1999. Collor e Menem antecipam esta data para 31 de dezembro de 1994.

Com a ascensão de forças políticas identificadas com um modelo econômico mais liberal<sup>44</sup>, muda-se o encaminhamento político-econômico do processo integracionista, ou seja, tanto Collor quanto Menem, assim como Lacalle, Presidente do Uruguai e Rodriguez, Presidente do Paraguai :

*"enquadram-se num perfil político com as teses de redução do Estado, de desregulamentação, de privatizações e, fundamentalmente, de abertura indiscriminada das nossas economias com relação ao mercado mundial"*<sup>45</sup> adverte Tarson Nuñez.

E dentro desse novo contexto político, que em 26 de março de 1991, é firmado o Tratado de Assunção pelos Presidentes Fernando Collor - Brasil, Carlos Menem - Argentina, André Rodriguez - Paraguai e Alberto Lacalle - Uruguai, constituindo o " Mercado Comum do Sul " - MERCOSUL, que deverá estar confirmado a 31 de dezembro de 1994 entre Brasil e Argentina, como foi dito anteriormente, e a 31 de dezembro de 1995 entre os quatro países.

O Projeto de Integração, a partir desta nova iniciativa, sofre uma inflexão, com uma aceleração das metas a serem alcançadas e uma redução dos prazos.

Na visão de Tarson Nuñez, ocorre uma mudança profunda no conteúdo do projeto. Diz o autor :

*" A integração passa a ser abordada a partir dos princípios liberais. A competitividade passa a ser o paradigma que norteia toda a condução política e a definição dos marcos que definirão o futuro mercado unificado. Além disso, a visão da articulação do processo de integração com a economia mundial também se altera radicalmente. Ao contrário do projeto anterior, a integração é entendida como um processo de abertura completa das nossas economias. "46*

Essa busca da competitividade como fator essencial para nossa inserção na economia mundial e diretriz primeira para a retomada do crescimento, pode ser observada nas iniciativas do Governo Menem ( abertura da economia, dolarização, privatizações, condições privilegiadas ao capital norte-americano ) bem como nos discursos do Governo Collor.

No tocante ao prazo para a criação da zona de livre comércio entre Brasil e Argentina, Seitenfus é polêmico ao abordar esta questão :

*" O início do processo integracionista teve como horizonte factível de criação de uma zona de livre comércio entre Argentina e Brasil o limiar do novo século. Por razões estritamente políticas, diria mais, de pequena política, pois trata-se unicamente de prestígio, os presidentes Menem e Collor reduziram os prazos para a criação dessa zona de livre comércio para 31 de dezembro de 1994, para que sejam eles, dentro de seus respectivos mandatos, a serem os signatários deste importante ato internacional. "47*



Tanta urgência na execução de medidas que englobam economias distintas, diferenças estruturais, históricas, conjunturais, como ficou constatado com as tentativas integracionistas anteriores, só pode levar à conclusão de que efetivamente não houve nenhum embasamento teórico para a definição deste prazo.

É importante, portanto, que os governos envolvidos nesse processo tenham consciência e bom senso para aceitar a idéia de salvaguardas temporais e setoriais.<sup>48</sup>

Apesar de todos os entraves iniciais, o Projeto MERCOSUL tem como princípios e propósitos iniciais promover :

- a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através de um programa de liberação comercial que promoverá ;
- reduções tarifárias progressivas ;
- eliminação de restrições não-tarifárias ;
- tarifa zero em 31/12/1994 entre Brasil e Argentina e 31/12/1995 entre Paraguai e Uruguai ;
- estabelecimento de uma tarifa externa de política comercial comuns ;
- harmonizar legislação nas áreas de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial, bem como, capitais, serviços, alfândega, transporte e comunicações ;
- legislações nacionais para inibir importações cujos preços estejam influenciados por subsídios, *dumping*<sup>49</sup> ou qualquer outra prática desleal.<sup>50</sup>

Os governos, que integram o MERCOSUL, tem que reconhecer que um dos aspectos relevantes da realidade internacional no momento é a formação de espaços econômicos preferenciais, e que :

*"...para nós, o jogo do MERCOSUL é o único que podemos jogar na cena internacional com razoável chance de sucesso ."*<sup>51</sup> adverte Seitenfus

Por outro lado, num mundo em que prevalece a lógica da globalização e da integração produtiva, pode parecer extremamente difícil, num primeiro momento, que se possa fazer a integração levando-se em conta os custos sócio-ambientais inerentes a este processo.

Todavia, somente através da mudança do enfoque mercantilista, a partir da não submissão aos desejos neoliberais - enfraquecimento do Estado - e aos ditames norte-americanos através da Iniciativa das Américas <sup>52</sup>, o MERCOSUL poderá favorecer o desenvolvimento econômico, social e cultural de nossas sociedades, promovendo a auto-sustentação e a auto-determinação dos Estados Componentes. Não parece haver, de fato, uma preocupação séria com a destruição da natureza dentro das propostas do MERCOSUL, e isto revela uma incoerência atroz, pois, como já foi exposto no capítulo 10 , a produção intensiva com olhos unicamente voltados para o mercado externo, ou seja, a produção em massa para exportar, que não busca reduzir ou amenizar os danos decorrentes deste processo destrutivo do meio ambiente, só gera mais degradação, numa escala que aterroriza e aprofunda cada vez mais a crise sócio-ambiental vigente em países como o Brasil.

A proposta de trabalho no próximo capítulo será a de tentar demonstrar a importância de se adotar o paradigma ambiental como parte inerente do Projeto de Integração; este seria um passo relevante para a tomada de consciência e para uma melhor compreensão da problemática ambiental

Uma vez inserida esta questão no contexto do MERCOSUL, a adoção de práticas não poluentes e de políticas de proteção e preservação dos recursos ambientais, poderia se tornar uma realidade para as sociedades envolvidas no Projeto MERCOSUL.

## NOTAS

1. MENEZES, Alfredo da Mota. **Do Sonho a Realidade - A Integração Econômica Latino-Americana.** São Paulo, Editora Alfa Omega, 1990, p. 13.
2. id. *ibid.* p. 13.
3. id. *ibid.* p. 15.
4. id. *ibid.* p. 15.
5. id. *ibid.* p. 24.
6. id. *ibid.* p. 36.
7. id. *ibid.* p. 40.
8. Sobre a recente história política da América Latina, mais especificamente sobre os golpes militares na década de 60, ver : COLLIER, David ( org. ). **O Novo Autoritarismo na América Latina.** Trad. de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, 407 p.
9. MENEZES, Alfredo da Mota. *op. cit.* p. 45.
10. id. *ibid.* p. 40.

11. id. ibid. p. 45.

12. id. ibid. p. 43.

13. id. ibid. p. 45.

14. SILVA, Celson J. Antecedentes Históricos do Processo de Integração Latina-Americana : ALALC, MCCA, Pacto Andino. In : SEINTENFUS, Vera M. e DE BONI, Luis. **Temas de Integração Latino-Americana**. Porto Alegre, Vozes, 1990, p. 48.

15. MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit. p. 64.

16. SILVA, Celson J. op. cit. p. 49.

17. MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit. p. 53.

18. id. ibid. p. 109.

19. id. ibid. p. 111

20. id. ibid. p. 111 e SILVA, Celson J. op. cit. p. 56, respectivamente.

21. A definição de países periféricos pode ser encontrada em obras sobre geopolítica, neste sentido, mencionamos: ANDRADE, Manuel Correia. **Imperialismo e Fragmentação do Espaço**. São Paulo, Contexto, Ed. Universidade de São Paulo, 1988, 94 p.

Esta questão também pode ser observada em publicações em jornais, como o artigo de Antonio Houaiss e Roberto Amaral Vieira, intitulado " Rumo ao Quarto Mundo ", Jornal do Brasil, Caderno Ideias-Ensaio de 5 de maio de 1991.

22. GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**., Trad. de Galeno de Freitas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 14.

23. SILVA, Celson J. op. cit. p. 57.

24. id. ibid. p. 59.

25. A sigla SIECA não é definida e explicitada pelos autores utilizados no decorrer deste capítulo; tanto Alfredo da Mota Menezes, como Celson J. da Silva, apenas fazem menção a SIECA como um organismo criado por ocasião da assinatura do Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana, entendido como uma Secretaria Permanente do Tratado. MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit. p. 117 & SILVA, Celson J. op. cit. p. 59.

26. id. ibid. p. 60.

27. id. ibid. p. 62.
28. MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit. p. 130.
29. ACCURSO, Claudio. Integrações Regionais na Periferia. In:  
SEITENFUS, Vera M. e DE BONI, Luis. op. cit. p. 91.
30. SILVA, Celson J. op. cit. p. 65.
31. id. ibid. p. 66.
32. id. ibid. p. 68.
33. id. ibid. p. 71.
34. id. ibid. p. 73.
35. id. ibid. p. 74.
36. A New Phase in Latin American Integration ? : The 1986  
Agreements between Argentina and Brazil. Dossier no. 8,  
December 1986, Institute for European-Latin American  
Relations. p. 4.
37. COLLIER, David. op. cit. p. 11.

38. Hegemonia no contexto histórico da América Latina, adquire o sentido de "supremacia de um Estado-nação ou de uma comunidade político-territorial dentro de um sistema. E neste sentido que a potência hegemônica exerce sobre as demais uma preeminência não só militar, como também frequentemente econômica e cultural, inspirando-lhes e condicionando-lhes as opções, tanto por força de seu prestígio, como em virtude do seu elevado potencial de intimidação e coerção; chega mesmo a ponto de constituir um modelo para as comunidades sob sua Hegemonia." BOBBIO, Norberto et alli. *Dicionário de Política.*, Trad. de João Ferreira et alli, Brasília, Ed. UnB, 2a edição, 1986, p. 579.

39. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil ( 1964-1984 )* >, Petrópolis, Vozes, 1987, p. 145.

40. id. *ibid.* p. 146.

41. A New Phase in Latin American Integration ? : The 1986 Agreements between Argentina and Brazil. p. 17

42. MENEZES, Alfredo da Mota. *op. cit.* p. 223.

43. A New Phase in Latin American Integration ? *op. cit.* p. 18.



44. O termo liberal associa-se a práticas políticas desestatizantes, conforme a definição de Norberto Bobbio, "*...nunca foi própria do Liberalismo a idéia do Estado administrativo...*". Em muitos aspectos, a expressão adquire por vezes, uma conotação pejorativa, imputando àquele tido como "liberal" o gravame de não estar preocupado com questões mais relevantes, como os problemas sociais. op. cit. p. 698.

45. NUNEZ, Tarson. Os Impactos Sociais da Integração Regional. In: *Análise Conjuntural, Indicadores Econômicos*. Porto Alegre, 1o Trimestre de 1992, RSV20, N1. p. 132.

46. id. *ibid.* p. 133.

47. SEITENFUS, Ricardo A. S. O Governo Itamar e o MERCOSUL. Folha de São Paulo.

48. id. *ibid.*

49. *dumping* pode ser entendido com uma forma de venda em que o produto é comercializado abaixo do seu valor nominal.

50. TRATADO DE ASSUNÇÃO, de 26 de março de 1991. ( Tratado para a constituição de um Mercado Comum entre a Republica Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai. )

51. SEITENFUS, Ricardo A. S. op. cit.

52. A Iniciativa para as Americas foi um plano proposto em junho de 1990, pelo Presidente George Bush, como solução para o desenvolvimento latino-americano. Entretanto, esta proposta estava em consonância com os interesses dos Estados Unidos para o Continente Latino-Americano, logo, mais parece ter sido um plano arquitetado com o intuito de assegurar e consolidar ainda mais os interesses dos grandes grupos econômicos transnacionais na América Latina, do que simplesmente impulsionar o já tão atrasado crescimento econômico e social das Américas mais ao *sul*.

## CAPÍTULO III

## O MERCOSUL E O PARADIGMA AMBIENTAL

*" Um pensamento de organização que não compreende a relação auto-eco-organizadora, isto é, a relação profunda e íntima com o meio ambiente, (...) que não compreende o princípio de recursividade, um tal pensamento está condenado à insipidez, à trivialidade, isto é, ao erro. "*

Edgar Morin

## INTRODUÇÃO

Este final de século, revela uma fase singular e desafiadora para o futuro da humanidade. É um período extremamente denso de conteúdo e de transformações para o homem contemporâneo.

No atual contexto político-econômico mundial, o surgimento dos blocos econômicos regionais denota mais uma faceta do momento de transição e de mudanças do século XX.

A dinâmica de poder é um elemento que sempre esteve presente na cena internacional. No que diz respeito às potências mundiais, estas sempre foram impulsionadas pelo poder na incessante busca de hegemonia política, militar ou até mesmo econômica. Com o fim da Guerra Fria, os protagonistas mais famosos desse cenário : URSS e E.U.A. deixaram de ser o foco das atenções. O cerne da questão parecia ter se deslocado para o conflito Norte-Sul, o que ficou flagrante durante a Rio-92.<sup>1</sup>

A relação Norte-Sul tende a se caracterizar por um *apartheid* tecnológico, que divide o mundo entre "...o lento e o rápido a partir do domínio das redes de comunicação, de circulação, de novos processos e produtos da organização de mercados supranacionais."<sup>2</sup>

Essa nova reestruturação, política e econômica, afeta países semiperiféricos, como o Brasil, onde coexistem economias centrais e periféricas; e os mecanismos utilizados para ocupar as áreas de influência desses países, bem como para dismantelar as estratégias nacionais de desenvolvimento, vão desde pressões de fora e reais como a dívida externa, o jogo do Fundo Monetário Internacional, até discursos pregando o "*devoir d'ingérence*" para defender a Amazônia, mantê-la intocada e preservar o patrimônio genético que ela contém, pois dessa forma, pode-se sustentar a matriz energética dominante por muito mais tempo, ou seja, a poluição do Norte, até que se encontre um outro caminho para gerar energia, sem contudo comprometer os padrões de consumo das sociedades do Hemisfério Norte.

Na verdade, esse processo de integração econômica supranacional que se delinea no horizonte da década de 90, como bem observa Paulo Fagundes Vizentini :

*"...está longe de significar uma harmonização de interesses dentro de mercados abertos, representa precisamente o contrário : o estabelecimento de um protecionismo ainda maior dentro de áreas geo-econômicas ampliadas, ou seja, é parte integrante da acirrada competição econômica contemporânea "*<sup>3</sup>

Nesse sentido, diante do que se vislumbra no contexto internacional para o próximo século, com o fortalecimento dos novos blocos econômicos, a incessante busca por hegemonia dentro desses espaços políticos, a importância da problemática ambiental e suas implicações sócio-econômicas, o desenvolvimento tecnológico/científico, enfim, em face de todos os avanços e recuos, o Projeto de Integração em curso na América Latina - MERCOSUL, não pode se restringir a uma integração de base artesanal, não pode se omitir e perseverar numa integração unicamente de mercados, que relega as dimensões sócio-culturais, ambientais e científicas, também necessárias e relevantes num processo de integração supranacional.

E é dentro desse cenário em permanente ebulição, que se enquadra o Projeto MERCOSUL, com limitações, deficiências e propostas de crescimento econômico e bem-estar social para os quatro países que o compõem.

Procurando-se levar em conta o surgimento de novos ditames econômicos e geopolíticos, o objetivo deste 3º capítulo será o de contextualizar o MERCOSUL dentro do espaço político-econômico mundial que se caracteriza por um crescente processo de regionalização da economia; tentar-se-á analisar, se há de fato, uma preocupação com a melhora da qualidade de vida dos povos integrados; assim sendo, verificar em que medida e qual a prioridade dada pelo MERCOSUL à questão ambiental, ou se esta é apenas mais um tópico entre tantos outros dentro do emaranhado de resoluções e sub-grupos de trabalho.

Nesta perspectiva, buscar-se-á, mais uma vez, salientar a importância e a necessidade de se atentar para os problemas decorrentes da exploração desordenada dos recursos naturais, uma vez que os elos, que unem desenvolvimento econômico e qualidade de vida, não negam e insistem em revitalizar a temática ecológica.

### 3.1 O CONTEXTO MUNDIAL E O MERCOSUL

O mundo parece estar vivendo em constante mutação nesta virada do milênio. Os fatos mais recentes da História da humanidade só fazem confirmar esse processo de esgotamento dos grandes paradigmas que norteavam as relações internacionais desde o Segundo Pós-Guerra.

A "velha ordem mundial", entendida como a bipolarização das superpotências, URSS e E.U.A., que persistiam numa rivalidade lendária visando assegurar uma hegemonia política e econômica, numa eterna disputa ideológica que dividia o mundo em Leste-Oeste, ruiu de forma surpreendente, deixando a humanidade perplexa diante do desfacelamento de regimes políticos.

Segundo Paulo Nogueira Batista o colapso da "velha ordem" ocorreu em dois planos :

*" Por um lado, de forma controlada, através de entendimentos entre as duas superpotências a respeito de desarmamento nuclear e de cooperação política na solução de conflitos regionais (...) Por outro, pelo desmoronamento acelerado e surpreendente do comunismo na Europa central e pela liberação dos países da Europa oriental da influência soviética, pondo um termo à divisão da Europa, e por assim dizer, do próprio mundo, em duas grandes áreas de influência, evento particularmente simbolizado pela queda do muro de Berlim. " 4*

Com o termino da rivalidade entre E.U.A e URSS e do desmantelamento do regime comunista, o mundo vive hoje um processo de reorganização da economia mundial e de redefinição dos espaços geopolíticos de influência.

Nessa tentativa de reformulação da ordem internacional, a formação de blocos geoeconômicos parece despontar com especial vigor.

Esse fenômeno de regionalização do espaço econômico mundial é um processo que se acentuou com o fim da Guerra Fria, exceto pela Comunidade Econômica Européia, cujas primeiras discussões e iniciativas para a formação de um mercado integrado e único iniciaram-se ainda na década de 70.<sup>5</sup>

Durante o período de acirrado antagonismo ideológico entre as duas superpotências, os blocos econômicos regionais não despertavam tanto interesse; eram encarados como parte integrante das negociações multilaterais, tanto que as diversas tentativas de integração na América Latina jamais prosperaram, e a nascente Comunidade Européia só foi efetivamente impulsionada em meados da década de 80, mais precisamente em 1986, com a ratificação do Ato Único Europeu que propiciava uma estrutura legal para o incremento da União Européia.<sup>6</sup>



O que norteava a economia mundial nos anos da Guerra Fria era a abertura comercial multilateral, tendo à frente os Estados Unidos; e o único modelo de comércio regional, restringia-se aos países do bloco soviético, que por imposição do próprio regime comunista, mantinham-se isolados do resto do mundo em alguns aspectos.

Com o colapso do império soviético e a decadência do poder dos Estados Unidos, o caminho, que está sendo hoje percorrido pela grande maioria de países no mundo, confirma a opção preferencial pela integração regional.

Essa opção por uma nova diretriz econômica, que se despede do multilateralismo nas negociações comerciais, e que aplaude o aparecimento dos chamados *megablocos*, demonstra que a perspectiva da mudança pode se tornar cada vez mais alentadora para aqueles - crédulos ou ingênuos - que entendem esse processo como parte de um grande cisma entre o homem e os antigos e arcaicos jogos econômicos de dominação.

De fato, o multilateralismo econômico está em desuso, tanto que as negociações da Rodada Uruguai 7 no âmbito do GATT ( *General Agreement on Tariffs and Trade* ) não parecem ter prosperado como se desejava :

*" O movimento geral na direção de um sistema mais aberto parece ter emperrado. Isso é mais do que evidente na Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais. Pela primeira vez, os países importantes no comércio exterior têm demonstrado vontade de afastar-se da mesa de negociações. Falharam os esforços iniciais para submeter o intercâmbio de serviços do mesmo tipo de princípios e regras do comércio de bens..."* observa Stephen Krasner.

Com o advento dos recentes blocos econômicos regionais, a Comunidade Econômica Européia - CEE, o Nafta - Área Norte-Americana de Livre Comércio, que inclui Estados Unidos, México e Canadá, além do Japão e demais países do Sudoeste Asiático,<sup>9</sup> e com a redução da importância sempre atribuída aos acordos comerciais multilaterais, o Brasil, como os demais países da América Latina, têm poucas escolhas : ou permanecem como *outsiders* dentro deste processo de unificação de mercados, que juntos ( CEE mais E.U.A. ) absorvem cerca de 50 a 60% de suas exportações - no caso do Brasil -, <sup>10</sup> ou partem para o desafio de implementar, de forma lúcida e coerente, o seu próprio projeto de integração.

E é nesse quadro internacional, cuja tendência parece caminhar para a consolidação dos blocos econômicos, na tentativa de poderem fazer frente à impiedosa concorrência mundial, que está sendo implementado o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, cujo grande desafio será o de inserir-se num mundo em permanente mudança.

### 3.2 MERCOSUL E O FALSO DILEMA : DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E MEIO AMBIENTE

Num mundo em que acontecimentos de grande importância geopolítica ocorrem simultaneamente a inúmeras outras mutações e rupturas internacionais, como o ressurgimento de um trágico ciclo de guerras étnicas, a exemplo da ex-Iugoslávia, a guerra do Golfo que precedeu ao anúncio da " nova ordem internacional ", o Tratado de Maastricht relativo à União Européia, Conferência do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), a América Latina não pode se furtar a integrar esse processo de mudança de paradigmas e diretrizes que, numa perspectiva mais ampla, definirão novos rumos para a humanidade.

Ao se buscar delinear um papel para a América Latina dentro desse conturbado processo de mutação vigente hoje no cenário internacional, há que se contabilizar as perdas e os atrasos de um Continente, cujo destino parecia estar atrelado a um estigma de subdesenvolvimento e dependência em relação aos países centrais.

Nesse sentido, os anos 80 foram marcantes para o Continente Latino-Americano, com mudanças positivas como a democratização política, e negativas, como a estagnação econômica, acompanhada de elevadas taxas inflacionárias, além das políticas neoliberais de abertura de mercados.<sup>11</sup>

Ao se analisar a situação latino-americana nesse período, fica claro que a crise econômica pode ser explicada, em parte, pelo grande endividamento externo, pelo deficit público e pelo acentuado declínio dos preços dos produtos primários nos mercados internacionais.<sup>12</sup>

Tendo em vista o contexto político-econômico no qual se insere hoje a economia do Cone Sul, o esforço integracionista de países como o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, adquiriu ânimo novo mediante a assinatura do Tratado de Assunção, objeto de estudo no capítulo anterior, cujo objetivo-fim era a criação de um mercado comum entre esses quatro países, consolidado através do MERCOSUL.

De fato, houve uma mudança significativa na estrutura e nos objetivos da integração que se pretende realizar hoje na América Latina.

Nas tentativas anteriores, como foi demonstrado no 2º capítulo, o que direcionava a integração regional era a "substituição de importações", o "nacionalismo desenvolvimentista" e a necessidade de atender às demandas do mercado interno através de sua ampliação.

*"Embora sejam incertos os rumos da integração, o MERCOSUL não é repetição do passado."*  
<sup>13</sup> afirma Antonio Kandir.

Ainda segundo Kandir :

*"...as tentativas anteriores ocorreram em plena etapa de substituição de importações e fracassaram porque eram incompatíveis com a lógica interna do desenvolvimento dos países da região."*<sup>14</sup>

O MERCOSUL, apesar das lacunas que apresenta, é indubitavelmente a nossa chance de inserção num processo mais amplo de formação de blocos supranacionais.

Dessa maneira, a constituição do MERCOSUL, como ressalta Nuñez:

*" ... faz parte desse conjunto de transformações em escala mundial, que tendem a modificar não apenas os padrões de acumulação de capital como também as formas através das quais a sociedade é organizada, de forma a garantir a reprodução desses padrões. São, portanto, mudanças de caráter estrutural, que não se resumem a mudanças em termos de mercado, mas atingem a própria organização da sociedade e a relação entre os grupos que a compõem. " 15*

Apesar de todas as previsões otimistas para o MERCOSUL, há que se ter cuidado com um excessivo triunfalismo, característico de uma visão exclusivamente economicista, que entende o Projeto de Integração como um grande balcão de negócios, com possibilidades lucrativas para os quatro países.

As propostas defendidas pelo MERCOSUL reforçam o caráter estritamente econômico da Integração. Segundo Marco Aurélio Diniz Brandão, chefe da Divisão do Mercado Comum do Sul do Ministério das Relações Exteriores, a própria criação do MERCOSUL surge da necessidade de se fazer frente às constantes inovações tecnológicas, que impulsionam, de certa forma, as possibilidades de inserção econômica, num mundo marcado por uma excessiva competitividade :

*" Os conceitos econômicos que inspiraram o Tratado de Assunção fundam-se na avaliação contemporânea do cenário econômico mundial. Como se sabe, o ritmo crescente de inovação tecnológica tem profundo impacto nos fatores de produção, modificando seu interrelacionamento de tal maneira que se modificam também as escalas de competitividade. Nesse quadro, a formação de blocos econômicos que otimizem os fatores de produtividade, é consequência lógica." 16*

O viés econômico parece ser a síntese do que pretende objetivar o MERCOSUL, tanto que a otimização dos mencionados "fatores de produtividade", ocorrerá, ainda conforme Marco Aurélio Brandão :

*"...através da adoção de mecanismos de mercado, com reduzida interferência estatal, em um quadro de condições econômicas e administrativas semelhantes nos quatro países, de forma as que se proporcionam condições similares aos agentes econômicos." 17*

O MERCOSUL se constitui por sub-grupos técnicos de trabalho, por uma Comissão Parlamentar Conjunta, composta por 64 parlamentares, 16 de cada país; e sua função é harmonizar as leis e recomendar soluções para os problemas e conflitos decorrentes da legislação interna de cada Estado Parte. Possui ainda subcomissões para tratar de diversos assuntos.

O Grupo Mercado Comum, cuja sede é em Montevidéu, é composto por um órgão executivo, coordenado pelos respectivos Ministérios das Relações Exteriores, integrado por 4 membros titulares e 4 suplentes por país, além de contar com uma Secretaria Executiva.

O órgão máximo na hierarquia da Integração é o Conselho do Mercado Comum, encarregado da condução política do Projeto, e integrado pelos Ministros da Economia e Relações Exteriores de cada Estado membro.

Sendo esta a estrutura orgânica do MERCOSUL, cabe aos sub-grupos técnicos de trabalho operacionalizar as metas e os objetivos que foram definidos e que devem ser alcançados.

Existem, no momento, 11 sub-grupos de trabalho envolvidos e responsáveis pela análise do assunto objeto de cada sub-grupo nos quatro países, identificação dos possíveis problemas, comparação das legislações em casos pertinentes, elaboração de propostas finais e encaminhamento ao GMC - Grupo Mercado Comum, ou a um outro sub-grupo de trabalho.

O curioso é constatar que, dentre os 11 sub-grupos, nenhum está de forma direta envolvido com a problemática ambiental. E, no tocante às subcomissões da Comissão Parlamentar, há uma encarregada de assuntos pertinentes ao meio ambiente.

Os sub-grupos de trabalho tratam de Assuntos Comerciais, Aduaneiros, Normas Técnicas, Política Fiscal e Monetária, Transporte Terrestre, Transporte Marítimo, Política Industrial e Tecnológica, Política Agrícola e Agroindustrial, Política Energética, Políticas Macroeconômicas e Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social.

A inexistência de um sub-grupo de trabalho vinculado à questão ambiental e seus problemas mais emergenciais, dentro deste intrincado procedimento hierárquico, parece denotar a não aceitação de uma realidade inexorável : a urgência e a necessidade de se adotar um outro modelo de desenvolvimento que compatibilize os programas de crescimento econômico - tão prementes para os países que integram o MERCOSUL - com políticas ambientais.

Na visão das ecólogas e sociólogas Lúcia & Leila Ferreira :

*" O modelo de desenvolvimento predominante na América Latina não é sustentável ecológica, social ou economicamente, graças a seus efeitos destrutivos sobre os sistemas naturais e sobre a sociedade. "18*

Ao persistir nesse padrão desenvolvimentista, a América Latina, mais uma vez, continuará inerte; acreditando estar "a caminho do Primeiro Mundo", estará reproduzindo, aqui, um processo de desenvolvimento que comprovadamente só acirra nossas desigualdades sociais e incrementa ainda mais o nosso subdesenvolvimento.

Movida por uma ideologia neoliberal, que prega a abertura incondicional dos espaços econômicos e a produção competitiva, se está, na verdade, privilegiando um tipo de desenvolvimento que não prioriza ou sequer leva em conta os danos ambientais.



É a lógica do *"desenvolvimento predatório"*, que não considera a complexidade crescente e inevitável das demandas sócio-ambientais.

*"Diante da mundialização, a aplicação de modelos de desenvolvimento baseados em indicadores agregados e homogeneizantes representa uma perspectiva de derrota inquietante."*<sup>19</sup> assinalam Lúcia & Leila Ferreira.

Para as autoras, o desafio implica que os atores do desenvolvimento estejam de fato empenhados nessa cruzada e que sejam capazes de priorizar as reais necessidades humanas, no sentido de reorientar suas ações.

As autoras persistem afirmando a estreita correlação entre as calamidades sociais e ambientais, que não mais se expressam como problemas independentes e isolados.

Nas declarações do Boletim de Integração Latino-Americana- Março de 1993, a confissão de descuido com o Meio Ambiente no MERCOSUL é clara, e a tentativa de redenção não consegue dissimular que, na prática, o discurso se transforma em mera figura de linguagem...:

*"A questão do Meio Ambiente vinha sendo tratada de forma dispersa e tópica no processo de integração do MERCOSUL. (...) Os Subgrupos Técnicos que tratem de temas vinculados com o Meio Ambiente participarão da REMA por intermédio de representantes. (...) Do lado brasileiro, caberá ao Ministro do Meio Ambiente uniformizar as diversas posições que são assumidas por seus funcionários que integram a Delegação brasileira às reuniões dos Subgrupos Técnicos envolvidos na questão.*

*Esse trabalho de coordenação é fundamental para o processo de implementação do Cronograma de Las Leñas, sobretudo no que diz respeito às políticas industrial, agrícola e energética do MERCOSUL, nas quais a questão do Meio Ambiente exerce forte influência."*<sup>20</sup>

Em relação a este diminuto texto sobre a problemática ambiental, que consta do **Boletim de Integração Latino-Americana**, cabe salientar alguns aspectos :

Antes de mais nada, é imprescindível que, " o *primado dos dogmas econômicos da abundância e do progresso material* "21, não seja mais a tônica de qualquer tentativa de integração na América Latina.

Somente a partir da constatação e da tomada de consciência de que o estilo de desenvolvimento econômico que se pretende instaurar hoje através do MERCOSUL é um modelo de crescimento que tem se mostrado " *ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto* "22 de acordo com o Relatório do Brasil para a Rio-92, é que se poderá lograr algum sucesso com a proposta de integração.

A questão ambiental há algum tempo deixou de significar a antítese do desenvolvimento.

No limiar de uma nova era, crescimento econômico e meio ambiente estão entrelaçados por uma cadeia de causa e efeito que não permite mais que se encare a questão ambiental como uma " *especificidade* ".

A dimensão, adquirida pela temática ecológica, faz com que esta esteja presente "...na reflexão global sobre a sociedade",23 segundo Lúcia & Leila Ferreira.

E inegável, ainda em relação à exposição do **Boletim de Integração** sobre o Meio Ambiente no MERCOSUL, que a urgência em se atender aos possíveis apelos ambientais que se farão ouvir, no que diz respeito às políticas industriais, energéticas e agrícolas, está calcada na necessidade de se cumprir as metas estabelecidas no Cronograma de Las Leñas - formalizado na VI- Reunião do Grupo Mercado Comum, realizado no Vale de Las Leñas, Província de Mendonza, Argentina, entre os dias 26 e 27 de junho de 1992 - <sup>24</sup>, que estipula uma série de medidas que viabilizarão o MERCOSUL dentro do prazo previsto, ou seja, entre Brasil e Argentina 31 de dezembro de 1994 e 31 de dezembro de 1995 entre os quatro países.

A preocupação é de se cumprir metas e prazos que foram previamente estabelecidos, e nesse sentido, torna-se espantosamente coerente a necessidade de se atentar para as "*políticas industriais, energéticas e agrícolas do MERCOSUL, nas quais a questão do Meio Ambiente exerce forte influência ...*", uma vez que o que se pretende é evitar que qualquer problema decorrente da má gestão dessas políticas, possa inviabilizar ou retardar a finalização do Projeto de Integração.

Em suma, a atenção não está voltada para a existência de políticas nocivas ao meio ambiente, mas sim para a concretização dessas políticas, procurando amenizar os prováveis danos que possam ocorrer ao meio ambiente.

Na verdade, na<sub>o</sub> é o meio ambiente que exerce forte influência sobre as políticas industriais, energéticas e agrícolas, mas sim, o inverso, isto é, são as políticas com fins exclusivamente econômicos que não contabilizam os custos da degradação ambiental, que exercem uma influência perniciosa sobre o meio ambiente.

A "suposta" coerência não tem como perdurar, pois a lógica, que parece impulsionar o MERCOSUL, despreza as variáveis que intervêm de forma indireta nas relações entre economia/ecologia. Dentre estas variáveis, o Relatório do Brasil para a Rio-92, aponta as que mais se destacam : " os padrões de desigualdade que caracterizaram o estilo de desenvolvimento atual, com suas seqüelas de marginalização e desintegração social..."<sup>25</sup>

E infelizmente, no que concerne ao Brasil, o círculo vicioso da degradação sócio-ambiental é uma realidade que impinge a milhares de brasileiros uma vida à margem de qualquer padrão mínimo de qualidade e, acima de tudo, de dignidade humana.

No que diz respeito à superação desses problemas, vale ressaltar que o crescimento econômico é, em si, uma meta positiva que possibilitaria o resgate de uma vida melhor, e quanto a isso não resta dúvida; a questão, mais uma vez, é saber que tipo de desenvolvimento será efetivamente construtivo para a América Latina. Insistir em reproduzir padrões exógenos de consumo em um Continente onde milhares de pessoas morrem de fome, é, no mínimo uma crueldade.

No que concerne à problemática sócio-ambiental, não há como evitar a conexão entre aspectos econômicos e ambientais; de certa forma, a raiz da crise ecológica brasileira, talvez resida no modelo de desenvolvimento aqui implantado a partir do século XX, cujos padrões de urbanização e industrialização seguem a herança histórica.

Para José Augusto Pádua, o estilo de desenvolvimento perseguido e em vigor no Brasil acompanhou o da modernidade ocidental, marcado por uma economia de alto consumo de energia e recursos naturais, o que gerava e ainda gera uma fabulosa produção de lixo e de poluição. Como se não bastassem tais antecedentes poluidores, a ênfase atribuída ao transporte rodoviário, além da concentração na escala e na distribuição geográfica das atividades industriais, são fatores que só fizeram agravar a situação do meio ambiente brasileiro.<sup>26</sup>

Em resumo, ainda segundo a compreensão de Pádua :

*" A explosão de problemas sócio-ambientais na cena nacional brasileira, é resultante da conjugação de uma formação histórica ecologicamente perversa com o processo acelerado de urbano-industrialização nas últimas quatro décadas, o que potencializou ao extremo a crise ecológica no Brasil." 27*

A existência de problemas sócio-ambientais, provocada por um padrão de desenvolvimento econômico que não considera em todos os âmbitos as especificidades de um país como o Brasil, incide de forma brutal sobre os mais pobres.

Segundo o PNUMA ( Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente ), a pobreza e o mau uso da riqueza estão na base da crise ambiental :

*" Os pobres são compelidos a destruir, no curto prazo, precisamente os recursos nos quais se baseiam as suas perspectivas de subsistência a longo prazo, enquanto a minoria rica provoca demandas à base de recursos que em última instância são insustentáveis, transferindo os custos uma vez mais para os pobres. "28*

Retomando a análise crítica do item dedicado ao meio ambiente no Boletim de Integração, cumpre atentar para as incumbências que são delegadas ao Ministério do Meio Ambiente, e nesse sentido, deve-se questionar o papel deste Ministério.

Eduardo Viola e Héctor Leis, ambos professores da Universidade Federal de Santa Catarina, num trabalho apresentado e debatido na Sessão Sociedade Civil e Meio Ambiente do Primeiro Seminário do Projeto " Diretrizes de Ação para o Meio Ambiente no Brasil ", realizado de 24 a 25 de 1992, no Auditório da Câmara dos Deputados em Brasília, são de um rigor exemplar ao avaliar a institucionalização da questão ambiental no Brasil.

Para os autores, não há, dentro das esferas de poder, uma real consideração com a sustentabilidade ambiental. Apesar da criação do Ministério do Meio Ambiente, não houve, de fato, segundo Viola & Leis, um avanço para propiciar uma efetiva capacidade de se ambientalizar as políticas públicas setoriais.<sup>29</sup>

Na compreensão de Jim MacNeill, Pieter Winsemius & Taizo Yakushiji, os órgãos responsáveis pela gestão dos recursos naturais deveriam ter mais acesso aos processos de tomada de decisão e orçamentos que possibilitassem uma maior autonomia frente aos interesses econômicos. Defendem os autores :

*" Para que os interesses econômicos a curto prazo e a mais longo prazo se reconciliem nos níveis supremos do governo e da indústria de um modo não tradicional, os órgãos ambientais e de administração de recursos naturais devem ter um status ministerial comparável ao do ministério das finanças, participação plena nas reuniões dos conselhos de ministros e nas comissões que planejam os programas de ação governamental, ministros politicamente poderosos e bem relacionados, e maiores orçamentos que reflitam a crescente prioridade econômica de suas áreas tradicionais de responsabilidade. "30*

A realidade brasileira é outra e a forma tópica como a problemática ambiental está sendo tratada no Projeto MERCOSUL, só confirma a pouca importância dada a esta questão.

E notório e incontestável, que a sociedade brasileira vive, hoje, uma profunda crise social, e nesta perspectiva se insere a questão ambiental. A interação entre os dois problemas conduz à constatação de que a crise, hoje vivenciada pela sociedade brasileira, tem sua origem no momento em que surge o desprezo pela exploração desenfreada do meio ambiente.

E ilusão acreditar que estes são problemas distintos, com matrizes diversas; é persistir no devaneio que não permite ver além do que os olhos alcançam.

Levaria tempo enumerar todos os problemas sociais e demonstrar a interdependência destes com a problemática ambiental. Entretanto, vale apontar alguns problemas que têm sua origem na questão ambiental com reflexos e efeitos sociais, ou vice-versa.

Como já foi mencionado no decorrer do primeiro capítulo deste trabalho, o Brasil é um país marcado pela usurpação e exploração predatória dos seus recursos naturais. O estilo de desenvolvimento implementado aqui e vigente até hoje, prima pela concentração de renda e acentua as desigualdades sociais; os pobres devastam, queimam as florestas para delas tirar a sua subsistência, uma vez que não têm acesso a padrões mínimos de educação, emprego, saúde, saneamento, moradia.

Além disso, a política agrícola e agrária em vigor, só tem aumentado a miséria, a concentração de terras, o êxodo rural e o conseqüente *inchaço* dos grandes centros urbanos, a erosão e a degradação dos solos, a devastação sistemática das florestas e o comprometimento da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos.<sup>31</sup>



Este poderia ser considerado um breve e sucinto resumo do quadro degenerativo da sociedade brasileira.

Talvez a consciência de que estes são problemas reais, que de fato existem pessoas passando fome, sem ter onde morar, o que vestir, enfim, miseravelmente pobres por culpa de um sistema econômico que não as insere no seu padrão de desenvolvimento, possa ser o início de um longo processo de maturação, para que então se defina uma nova sociedade, com bases ecologicamente mais solidárias e justas para todos.

Mesmo após ter sediado a maior Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento desde Estocolmo, a impressão que se tem é a de que os governantes brasileiros fogem ou se escondem do desafio de incorporar o paradigma ambiental ao processo de decisões das políticas públicas.

No Relatório do Brasil elaborado para a Rio-92, a adoção de práticas, que conciliem o homem com seu meio, é mais que um imperativo moral :

*" A incorporação do marco ecológico ao processo de decisões governamentais - para levar em conta as implicações das políticas públicas sobre a rede de relações que opera nos ecossistemas - constitui mais do que uma aspiração, uma necessidade biológica para a própria manutenção dos sistemas naturais que tornam possível a vida. Esta faceta do momento atual impõe o reconhecimento de que a humanidade atravessa um período de autêntica transição ecológica. "32*

A discussão sobre o meio ambiente traduz e reafirma o desejo de mudança.

O homem sempre foi impulsionado para alcançar o bem-estar social e econômico, e, talvez, por estar de tal forma condicionado pelo paradigma de uma sociedade liberal e de consumo, que privilegia o controle da natureza pela tecnologia como condição *sine qua non* para se conseguir o tão almejado padrão econômico, não consiga identificar a razão de uma certa desconfiança em relação *"...às categorias sóciocêntricas que indicavam com certeza e segurança o caminho do desenvolvimento, do progresso e do bem-estar humanos."*<sup>33</sup> como observa Silviano Santiago.

Esse processo de desgaste do paradigma vigente, e ainda predominante, está fundamentado na percepção de que a natureza e seus recursos não são infinitos. O medo da escassez dos recursos naturais, do esgotamento das potencialidades de mares e atmosfera, talvez seja um motivo mais do que suficiente para se tentar explicar a desilusão que assola o homem contemporâneo no que diz respeito aos modelos de crescimento econômico que persistem no cenário mundial.

Um dos pressupostos básicos da idéia moderna de progresso, segundo **Santiago**, está claramente representado na fé inabalável no caráter invariável da natureza.<sup>34</sup>

Porém, não se pode mais conceber e perseverar acreditando-se que a natureza amanhã será igual a que é hoje e a que foi ontem. Todas as análises e evidências científicas comprovam que, muito provavelmente, o que se destrói hoje, amanhã não mais existirá.

O momento é mais do que propício para uma reflexão sobre os rumos da natureza no MERCOSUL.

Negar a importância deste momento e as possibilidades e potencialidades de uma Integração que incorpore a preservação à vida, que harmonize e pacifique as relações do homem com o seu lar, que implante um estilo de desenvolvimento sustentável, que possibilite o crescimento econômico, com melhorias sociais e intercâmbios culturais, que preze os valores da América Latina, uma Integração sem essas propostas, seria um erro que tornaria inviável o resgate de nossas expectativas de uma vida melhor.

### 3.3 ECODESENVOLVIMENTO : A SÍNTESE DO PARADIGMA AMBIENTAL

Segundo Ignacy Sachs, deixar de crescer para ficar livre dos impactos ambientais causados pelo crescimento econômico, "... é uma proposição intelectualmente simplista e politicamente suicida." <sup>35</sup>. O autor acredita em um desenvolvimento conciliatório com a gestão dos recursos naturais. Diz o autor:

*" A aposta em um desenvolvimento econômico e social contínuo, harmonizado com a gestão racional do meio ambiente, passa pela redefinição de todos os objetivos e de todas as modalidades de ação. O ambiente é na realidade, uma dimensão do desenvolvimento; deve, pois ser internalizado em todos os níveis de decisão."* <sup>36</sup>.

A proposta mais sensata não se apresenta como uma encruzilhada onde o homem tem apenas dois caminhos, duas escolhas a fazer. A harmonização dos objetivos sócio-econômicos e ambientais, - consolidados na incorporação do paradigma ambiental - através da redefinição de novos padrões de uso de recursos e das finalidades do crescimento, não é uma utopia. Pode tornar-se real, viável, possível e concreta, além de estar se tornando, a cada dia, imprescindível para a sobrevivência do próprio homem.

No debate sobre desenvolvimento econômico, várias definições e propostas surgem como dogmas, verdades irrefutáveis.

Todavia, tais verdades tornam-se passíveis de contestação mediante o surgimento de um profundo questionamento de valores por parte de uma sociedade cansada de *dogmas*, à procura de novos referenciais ideológicos para problemas ainda insolúveis, apesar dos incontestáveis e fantásticos progressos conseguidos ou até mesmo provocados pelo desenvolvimento econômico e material durante todo o século XX.

De fato, profundas mudanças de caráter comportamental parecem estar ocorrendo em todo o mundo, e nessa perspectiva se insere a temática ecológica, que trouxe, para o centro da discussão, a necessidade de reflexão sobre o estilo de desenvolvimento adotado até então. As questões ambientais, como já foi demonstrado no primeiro capítulo, tornaram-se de súbito extremamente sérias e relevantes.

Contudo, apesar da realidade dos fatos que coloca a problemática ambiental na ordem do dia, a maioria das pessoas, governos e indústrias toma decisões de caráter econômico sem contabilizar ou sequer considerar os possíveis danos ao meio ambiente. Parecem persistir na ilusão que desvincula ecologia e economia.

Para Sachs, o crescimento econômico é necessário, porém não é, em absoluto, condição suficiente para o desenvolvimento. Nesse aspecto há que se levar em conta que tipo de desenvolvimento está em jogo.

Esclarece o autor a respeito de sua compreensão sobre o crescimento econômico :

*" Dependendo das circunstâncias, tanto pode trazer consigo o bom desenvolvimento, como também pode acarretar o chamado maldesenvolvimento, expressos ambos em função dos impactos que provocam na qualidade de vida do povo. Não há dúvida de que o crescimento possa coexistir com a desigualdade social, reproduzindo o caminho histórico dos novos países industrializados. Mas, nesse caso, só poderá levar ao maldesenvolvimento, que beneficia uma pequena minoria e marginaliza o resto da população. "37*

Trilhando o mesmo raciocínio de Sachs, é importante atentar para o fato de que em países como o Brasil, o maldesenvolvimento tende a agravar e aprofundar problemas já existentes, sejam estes sociais, econômicos ou ambientais.

A questão que parece surgir, a partir da análise de Sachs, não é propriamente o questionamento do crescimento econômico, mas sim do seu caráter selvagem.<sup>38</sup>

A distinção entre esses dois modelos de desenvolvimento é sutil, pois ambos podem ser sustentados pela mesma taxa de crescimento econômico, mas *"...diferenciam-se acentuadamente pela composição do produto final, pelas "taxas de exploração da natureza", pela espécie, intensidade e distribuição dos custos sociais. "39.*

A proposta de um *ecodesenvolvimento* cunhado por Sachs, que muito se assemelha a ideia do *desenvolvimento sustentável* defendida pela Comissão Bruntland, traz em seu bojo a defesa de um estilo de desenvolvimento que preze as particularidades de cada *ecorregião*, respeitando seus valores ecológicos, culturais e suas necessidades mais prementes, bem como as que estão por vir, fugindo das soluções pretensamente universalistas e genéricas.<sup>40</sup>

O desafio que se impõe é o de se tentar redimensionar este processo de transição que vive hoje a humanidade, aproveitando este momento único para se fazer uma opção por um outro estilo de desenvolvimento, que seja economicamente viável e ecologicamente sustentável.

Nessa perspectiva, ao se adotar ou priorizar a proposta de Sachs, se estará, na verdade incorporando o paradigma ambiental ao processo de tomada de decisões como uma diretriz capaz de redefinir novos rumos de sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico.

A simbiose homem/natureza, através da utilização ordenada de recursos renováveis e da redução do desgaste do capital ecológico, desponta como o caminho a ser seguido para que se possa ter uma equidade maior nas relações do homem com seu meio.

Nesse sentido, a gestão dos recursos renováveis da Terra, é uma condição impar para que se possa alcançar um desenvolvimento sustentável.

Ainda, segundo a visão de Sachs, esta é uma questão que transcende a escolha por tecnologias apropriadas, com implicações de âmbito social, político e institucional. E, portanto, como afirma o próprio Ignacy Sachs :

*" Não se pode confiar tal gestão ao irrestrito jogo de forças do mercado; entregues a si mesmas, as empresas tendem a internalizar os lucros e a externalizar os custos. "41*

Esta é indubitavelmente uma verdade cristalina, pois apesar do meio ambiente ser sobrecarregado por bilhões de decisões econômicas todos os dias, as consequências destas decisões - certas ou erradas - não se refletem no preço pago por um determinado bem ou serviço, não estão expressas nos rótulos de um produto, ou no *marketing* de uma empresa.

Assim sendo, as consequências ambientais, ou melhor, os danos ambientais, que ocorrem em função das *bilhões de decisões econômicas*, tendem a ser subestimados por pessoas, empresas e governos, acarretando, desta forma, o superconsumo de capital em recursos e a degradação ambiental.<sup>42</sup>

Ao se chegar ao término deste capítulo, cuja tentativa era a de demonstrar, que em função do declínio da concepção social-liberal que sempre norteou os rumos e ritmos da dominação da natureza em prol do desenvolvimento, a possibilidade de se conciliar crescimento econômico com preservação ambiental, não é de todo tão improvável como muitos querem crer.



A análise dessa proposta tem como pano de fundo para a incorporação desse novo paradigma, que privilegia as relações do homem com o planeta Terra, o Projeto de Integração em curso na América Latina - MERCOSUL.

O que se propõe, seguindo a lição de Ignacy Sachs, é introduzir a questão ambiental dentro do processo de planejamento e de tomada de decisão, como um componente pertinente e passível de administração; essa seria a síntese do paradigma ambiental, configurado na proposta de um *ecodesenvolvimento*.

Todavia, parece que para que o homem assimile os conceitos de um *ecodesenvolvimento* lançado por Sachs, será preciso que ele aprenda a construir outras formas de desenvolvimento, para só então poder concretizar "...*futuros possíveis*."43

A impressão que se tem é que a humanidade terá um longo e árduo caminho a percorrer para, enfim, reaprender a conviver em paz e harmonia com seu *habitat* natural.

Não há como predizer como será este caminho; o que se pode dizer é que o homem terá em suas mãos o desafio de inventá-lo e a possibilidade de torná-lo melhor. Só depende do tipo de sociedade que se tentará construir, e nesse sentido vale parodiar a advertência do gato de Lewis Carroll feita a Alice, quando esta o indaga sobre qual o caminho que ela deve seguir : "\_ *Isto depende muito de onde você quer chegar*."44

Tendo em vista que os temas e assuntos, abordados e analisados no decorrer do presente capítulo, levam à reflexão final de que, de fato, a humanidade vive um momento de descrédito em relação a antigos padrões *desenvolvimentistas*; que a questão do meio ambiente desponta com especial vigor neste final de milênio; que a temática ecológica é relevante e não pode mais ser ignorada ou subestimada; que o Projeto MERCOSUL marca a inserção da América Latina num mundo marcado por uma crescente regionalização da economia; que o paradigma ambiental é uma possibilidade real, concreta, que tiraria do meio ambiente esse caráter romanesco e sentimental e o colocá-lo-ia no centro do processo de decisões e planejamento de políticas públicas, faz-se necessário proceder-se a um levantamento de como se processa e de que forma é encarada a problemática do meio ambiente nos quatro países que compõem o MERCOSUL, uma vez que este debate se caracteriza por ser a temática central da presente dissertação.

Durante o quarto e último capítulo, tentar-se-á trabalhar com alguns elementos que diagnosticam a discussão ecológica no âmbito do MERCOSUL.

Para tanto, a análise das propostas políticas e legislações ambientais de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, serão privilegiadas no curso do próximo capítulo, para que então, se possa de fato verificar a importância e consideração conferidas à questão ambiental.

## NOTAS

1. Revista Política Externa Brasileira, vol. I nº 2 SET/OUT/NOV/ 92. Artigo intitulado :Eco-92 - Primeira Avaliação da Conferência, fruto de um debate entre alguns participantes brasileiros da Eco-92. p. 40.
2. op. cit. p. 40.
3. VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Crise e Transição : O Contexto Internacional das Integrações Regionais. In : STEINFUS, Vera & DE BONI, Luis. **Temas de Integração Latino Americana**. Porto Alegre, Vozes, 1990. p. 22.
4. BATISTA, Paulo Nogueira. Nova Ordem ou Desordem Internacional ?In: **Política Externa**, São Paulo, Editora Paz e Terra, vol. I, Junho de 1992, p. 31.
5. Sobre a data em que se iniciaram, de forma efetiva, as negociações para a consolidação da Comunidade Econômica Europeia, ver : Bulletin des Communautés Européennes - L' Union européenne, rapport de M. Leo Tindemans au Conseil européen, p. 12 " *Les conférences de Paris de 1972 et de 1974 ont choisi l'Union européenne pour être, dans la phase présente de la construction européenne, l' instrument de cette action.*"

6. BATISTA, Paulo Nogueira. op. cit. p. 40.
7. Sobre a Rodada Uruguai, ver: OHLIN, Goran. O Sistema Multilateral de Comércio e a Formação de Blocos. In : Política Externa, São Paulo, Editora Paz e Terra, vol. II, Setembro de 1992, p. 55.
8. KRASNER, Stephen. Blocos Econômicos Regionais e o Fim da Guerra Fria. In: op. cit. p. 68.
9. Os países do Sudoeste Asiático que, integram o chamado "Tigres Asiáticos", são Indonésia, Cingapura, Brunei, Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan.
10. PRADO, Luiz Carlos Delorme. Integração Regional, Mercosul e o desenvolvimento da América Latina. In: ARRUDA, Marcos, GONÇALVES, Reinaldo & PRADO, Luiz Carlos. MERCOSUL ou a Integração dos Povos do Cone Sul, Co-edição Pacs - Fase - UFRJ, Rio de Janeiro, 1992, p. 11.
11. TERUCHKIN, Sônia Unikowsky. Desafios da Integração do Cone Sul. In: Indicadores Econômicos, Conjuntural, Porto Alegre, 1º Trimestre 1992, RSV20, N1, p. 111.

12. Sobre produtos primários, *commodities*, ou seja, café, cacau, etc...ver op. cit. p. 111.

13. KANDIR, Antônio, Folha de São Paulo, Caderno Finanças de 30.05.1993.

14. op. cit.

15. NUNEZ, Tarson. Os Impactos Sociais da Integração Regional. In: Indicadores Econômicos, op. cit. p. 129.

16. Boletim de Integração Latino-Americana, Especial de 2 anos de Tratado de Assunção, Ministério das Relações Exteriores, Secretaria Geral das Relações Exteriores, Subsecretaria Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Núcleo de Assessoramento Técnico, Março de 1993, artigo nº 1.

17. op. cit. artigo nº 1.

18. FERREIRA, Leila & FERREIRA, Lucia. Limites ecossistêmicos : novos dilemas e desafios para o Estado e para a Sociedade. In : HOGAN, Daniel Joseph & VIEIRA, Paulo Freire. Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável, Campinas, Editora da UNICAMP, São Paulo, 1992. p. 25.

19. \_\_\_\_\_. op. cit. p. 25.
20. Boletim de Integração Latino-Americana, artigo nº 9.
21. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável, Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p. 15.
22. op. cit. p. 13
23. FERREIRA, Leila & FERREIRA Lucia. op. cit. p. 26.
24. Movimento pela Integração dos Povos do Cone Sul. Declaração de Porto Alegre: por um movimento pela integração dos povos do Cone Sul da América Latina. In: MERCOSUL ou a Integração dos Povos do Cone Sul, op. cit. p. 72.
25. Boletim de Integração Latino-Americano, op. cit. artigo nº 26.
26. PADUA, Jose Augusto. O nascimento da política verde no Brasil : fatores exógenos e endógenos. In : LEIS, Héctor (org.) Ecologia e Política Mundial, Rio de Janeiro, FASE, 1991. p. 145.

27. \_\_\_\_\_. op. cit. p. 144.
28. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. op. cit. p. 22.
29. VIOLA, Eduardo & LEIS, Hector. O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para além da Rio-92: O Desafio de uma estratégia globalista viável, trabalho apresentado na Sessão Sociedade Civil e Meio Ambiente do Primeiro Seminário do Projeto " Diretrizes de Ação para o Meio Ambiente no Brasil ", realizado de 24 a 25 de novembro de 1992, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, em Brasília DF, p. 11.
30. MacNEILL, Jim, WINSEMIUS, Pieter & YAKUSHIJI, Taizo. Para Além da Interdependência - A Relação entre a Economia do Mundo e a Ecologia da Terra., Trad. Alvaro Cabral, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992. p. 63.
31. Relatório do Fórum de ONGs Brasileiras preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. op. cit. p. 17.
32. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável op. cit. p. 14.

33. SANTIAGO, Silviano. A Quarta-Feira de cinzas do homem.  
In : MACIEL, Tania ( org. ) O Ambiente Interno - A  
contribuição crítica da Universidade à questão  
ambiental., Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1992, p. 17.
34. \_\_\_\_\_. op. cit. p. 18.
35. SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento - Crescer sem Destruir.  
Trad. Eneida Araujo, São Paulo, Vértica, 1986. p. 71.
36. \_\_\_\_\_. op. cit. p. 10.
37. id. ibid. p. 72.
38. id. ibid. p. 29.
39. id. ibid. p. 133.
40. id. ibid. p. 18.
41. id. ibid. p. 137.
42. MacNEILL, Jim, WINSEMIUS, Pieter & YAKUSHIJI, Taizo. op.  
cit. p. 45.



43. SACHS, Ignacy. op. cit. p. 15. Sobre o significado de *recursos renováveis* cumpre informar a razão de tal denominação. Conforme reportagem : *Energia : A Chave da Vida*, publicada na revista *Ecologia e Desenvolvimento*, um recurso renovável é aquele que tem a capacidade de se recompor. No tocante às fontes de energia, por exemplo, os combustíveis fósseis, como o petróleo e o carvão, gerados através de decomposição do material orgânico, ao longo de milhares de anos, são fontes não-renováveis. A velocidade com que o combustível fóssil é produzido pela natureza não permite recompor as quantidades dele retiradas pela sociedade contemporânea. Já o álcool é um combustível renovável, pois provém do processamento de matéria orgânica viva, a cana-de-açúcar, e o ritmo de crescimento da cana acompanha o consumo do combustível. Além do álcool, a energia solar, a hidráulica ( quedas d' água ), a biomassa, a eólica ( energia proveniente dos ventos ) e a energia que se obtém através da força dos oceanos, são exemplos de recursos energéticos renováveis.

44. CAROLL, Lewis. *As Aventuras de Alice no País das Maravilhas.*, Rio de Janeiro, Ed. Brasília, 1976, p. 144.

## CAPÍTULO IV

## MERCOSUL E A DIMENSÃO HOMEM - NATUREZA : ALGUNS ASPECTOS

## INSTITUCIONAIS

*" Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impõe-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."*

Art. 225, Cap. VI da Constituição da  
República Federativa do Brasil

## INTRODUÇÃO

E inegável que a percepção do mundo em relação aos problemas ambientais vem sofrendo modificações consideráveis; tanto que as mudanças ocorridas na agenda internacional entre a Conferência de Estocolmo e a Rio-92, denotam as alterações, pelo simples fato de que não mais se pode reduzir a crise ambiental a uma exclusiva preocupação em *"...manter limpos o ar que respiramos, a água que bebemos ou o solo que produz nossos alimentos."*<sup>1</sup>

Encarar os desafios sócio-ecológicos e superar a concepção que opõe meio ambiente e desenvolvimento é a grande mudança comportamental que se percebe duas décadas após Estocolmo. Parece estar claro que os problemas de preservação do meio ambiente são os problemas do desenvolvimento, e que a qualidade do primeiro, depende e é o resultado final da dinâmica do segundo.

No que diz respeito à América Latina, a *Plataforma de Tlatelolco sobre Medio Ambiente y Desarrollo*, pode ser considerada como a conclusão final a que chegaram os ministros e representantes dos países da região e do Caribe, bem como os membros da CEPAL, que participaram da Conferência Regional da América Latina e Caribe - preparatória para a Rio-92.

A temática preponderante de *Tlatelolco* parte da necessidade de se procurar tornar as economias latino-americanas mais competitivas, promovendo maior equidade social, propiciar a preservação do meio ambiente e a conservação dos recursos naturais.<sup>2</sup>

Durante os preparativos para a Conferência do Rio, todos os indicativos apontavam condições favoráveis para os países subdesenvolvidos, em especial os da América Latina, para que estes pudessem transformar a situação de crise em que se encontravam - e se encontram até hoje - em novas oportunidades de desenvolvimento conciliatório com a preservação ambiental.<sup>3</sup>

A Resolução 44/228, das Nações Unidas, que convocou a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio-92, reafirma a importância de se integrar a dimensão ambiental às políticas públicas e programas de governo; sendo categórica ao salientar que essa *integração, não deve introduzir " ...uma nova condicionalidade na ajuda ao desenvolvimento, ou constituir um pretexto para barreiras comerciais."*<sup>4</sup>

Partindo dessa perspectiva, a proposta deste 4º capítulo será a de tentar verificar se há, de fato, políticas públicas voltadas para a questão ambiental no âmbito dos países que integram o MERCOSUL.

E importante ressaltar que a ênfase não estará centrada na análise de todas as diferenças, semelhanças e assimetrias de caráter sócio-ambiental entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, dada a dificuldade de se conseguir todo o material suficiente e pertinente para a concretização de tal tarefa.

Entretanto, vale salientar a relevância da proposta objeto deste capítulo, uma vez que, através da verificação de dados e informações referentes aos aspectos ambientais nos quatro países, será possível constatar a existência, ou não, de políticas ambientais e em que medida haverá prioridade para a temática ambiental no contexto maior da Integração.

Inicialmente, proceder-se-á à análise da evolução da política ambiental no Brasil a partir da Conferência de Estocolmo; tentar-se-á demonstrar o hiato entre a legislação brasileira no que concerne à proteção do meio ambiente - definitivamente avançada e moderna - e o que se assiste na prática cotidiana da devastação da natureza.

No tocante aos demais países : Uruguai, Paraguai e Argentina, a análise estará restrita à comprovação da existência, ou não, de política e legislação ambiental e como estas se inserem na realidade do programa de governo dos aludidos países.

#### 4.1 A EVOLUÇÃO DA POLITICA AMBIENTAL NO BRASIL : O AVANÇO DA LEGISLAÇÃO E O DESCOMPASSO COM A REALIDADE

Nos anos que antecederam à Conferência sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, o Brasil estava sob os auspícios da ideologia do crescimento econômico acelerado, instaurada no Governo de Juscelino Kubitschek, cujo lema era " *avançar 50 anos em 5.* "

Com a instauração do regime militar no Brasil, a questão ambiental perde ainda mais espaço e vez na formulação das políticas públicas setoriais.

A total falta de interesse pela questão ambiental era até certo ponto explicável, uma vez que prevalecia o consenso de que crescimento econômico e harmonia ambiental eram incompatíveis; a discussão principal estava voltada para preocupações de cunho político-econômico, como o projeto "*Brasil Grande Potência.*"<sup>5</sup>

O modelo econômico vigente à época do Governo Médici só agrava as perspectivas de proteção ao meio ambiente. Havia um crescente estímulo à internacionalização da economia, através da expansão das exportações e da atração do capital estrangeiro - políticas que iam exatamente na contramão de qualquer medida ou proposta de preservação ambiental.

Nesse aspecto, os investimentos estrangeiros eram particularmente beneficiados e incentivados a atuarem em território nacional com o *slogan* que conclamava as indústrias poluidoras a se estabelecerem aqui: **"...o Brasil queria indústrias e tinha um grande espaço para ser poluído."**<sup>6</sup>

Graças à ausência de uma política ambiental, e em face da riqueza e abundância de recursos naturais, a inversão estrangeira dos setores de mineração, química e construção naval foram se expandindo no Brasil.<sup>7</sup>

Não parecia haver, de fato, uma preocupação com os problemas ambientais, tanto que o pronunciamento do representante da delegação brasileira presente à Conferência de Estocolmo, reafirma a postura desenvolvimentista dos governos militares : **"...o desenvolvimento poderia continuar de forma predatória, com preocupações secundárias em relação às agressões à natureza."**<sup>8</sup>

Essa era uma postura marcadamente defensiva e que era compartilhada por outros países do Terceiro Mundo, cujo argumento era de que a problemática ambiental havia sido *inventada* pelos países ricos para impedir a expansão industrial dos países em fase de desenvolvimento.<sup>9</sup>

A manifestação de tal pensamento e atitude nos dias de hoje, soaria irreal ou até mesmo surreal. Entretanto, em plena vigência do *milagre brasileiro* a questão ambiental era, sem sombra de dúvida, um assunto marginal e de pouca importância.

Essa postura manifesta do Governo brasileiro durante a Conferência de 72, permaneceu mesmo após os dois choques da crise do petróleo, em 1973 e 1979, como demonstra Dalia Maimon :

*" Os dois choques do petróleo, (...) também não significaram uma mudança na concepção do crescimento econômico brasileiro, em particular no que tange ao aproveitamento racional dos recursos naturais e do meio ambiente. Prevalecia o consenso de que estes recursos eram bem livres e sem valor econômico e social."*<sup>10</sup>

Ao contrário de países como o Japão, que procurou através da crise energética que havia sido deflagrada encontrar mecanismos e tecnologias poupadoras de recursos naturais, o Brasil saiu em busca de outras fontes de energia.

Todavia, as alternativas encontradas não consideravam os possíveis e prováveis danos ao meio ambiente. Nesse sentido, vale citar a crítica de Viola às medidas adotadas pelo Brasil :

*"...as três alternativas desenhadas pela tecnoburocracia para a crise do petróleo, foram predatórias : opção nuclear em grande escala através do acordo com a Alemanha; energia de biomassa através de uma de suas formas ecologicamente mais perigosas, o álcool da cana-de-açúcar; aceleração na construção de grandes usinas hidroelétricas sem avaliar precisamente seu impacto ambiental e pouco considerando as usinas de pequeno e médio porte (mais apropriadas ecologicamente)."*<sup>11</sup>



Cumpre salientar, no que concerne à gestão ambiental, que em 1973, através do Decreto 73.030, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA, subordinada ao Ministério do Interior, cujas atribuições eram a de examinar as implicações do desenvolvimento nacional e do progresso tecnológico sobre o meio ambiente; assessorar órgãos e entidades incumbidas da conservação do meio ambiente; elaborar normas e padrões de preservação ambiental e velar pelo cumprimento dessas diretrizes.

Ocorre que, apesar das tarefas que foram delegadas a SEMA, esta não contava com suficientes quadros e recursos, o que levava a crer que a sua criação era uma tentativa de atenuar o impacto negativo causado pelas infelizes declarações brasileiras por ocasião da Conferência de Estocolmo.

Juntamente com a SEMA, foram criadas agências estaduais, como a FEEMA ( Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente ) no Estado do Rio de Janeiro e a CETESB ( Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental ) no Estado de São Paulo.

A partir da segunda metade da década de 70, a temática ambiental passou a ser objeto da atenção governamental, através do II PND - Plano Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, com uma política que compreendia três áreas de atuação : política ambiental na área urbana e definição de áreas críticas de poluição, política de preservação de recursos naturais e política de proteção à saúde humana.<sup>12</sup>

Apesar dessas inovações políticas, a questão ambiental ainda era tratada de forma secundária e irrelevante.

No decorrer da década de oitenta, esta postura em relação à problemática ambiental sofre um processo de mutação através de uma maior difusão da consciência ambiental. Esse processo se deu em vários setores da sociedade, ocorrendo um crescimento considerável de organizações e associações trabalhando com problemas vinculados diretamente ao meio ambiente, bem como um maior espaço na mídia.

Em 1981, com a Lei 6.938 define-se a Política Nacional do Meio Ambiente, que incorporou, pela primeira vez, o preceito de conciliação do desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.<sup>13</sup>

A proposta da Lei 6.938 é clara e inovadora:

*"Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições de desenvolvimento sócio-econômico, (...) e à proteção da dignidade da vida humana (...);*

Segundo os fins previstos nesta Lei, considera-se o meio ambiente como:

*" Art.2º,I -(...) um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo(...);*

*Art.3º,I - meio ambiente : o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;<sup>14</sup>*

Além dessas importantes iniciativas, foram criados o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e o Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA. Este Conselho atua como o órgão superior, integrado pelos Ministros de estado, cuja função é a de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais.<sup>15</sup>

No que se refere ao CONAMA, vale ressaltar a Resolução nº 000001 de 23 de janeiro de 1986, que estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e a implementação da avaliação do impacto ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

Os Estudos de Avaliação de Impacto Ambiental - EIAS e os Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente - RIMAS, podem ser considerados como instrumentos legais para a adoção de critérios que procuram intervir para minimizar os possíveis e eventuais efeitos negativos provenientes das atividades econômicas.

Em 24 de julho de 1985 passa a vigorar a Lei nº 7.347, que disciplinou a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; cabendo ao Ministério Público a incumbência de organizar, nas cidades mais populosas, as curadorias do meio ambiente.

Tendo em vista esse novo cenário de mudanças que se delineava para a proteção do meio ambiente, durante a elaboração da Constituição de 1988, organizações-não-governamentais, comunidade científica e vários segmentos representativos da sociedade civil, mobilizaram-se para que a nova Carta da nação consagrasse o direito de todo brasileiro a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à qualidade de vida saudável.<sup>16</sup>

De fato, essas propostas foram consagradas pela Constituição, o que representa mais um marco na legislação ambiental brasileira, considerada como a primeira no mundo a prever a avaliação de impactos ambientais.<sup>17</sup>

O Título VI - *Da Ordem Social* - capítulo VI na Constituição Federal, está inteiramente dedicado ao meio ambiente, havendo, entretanto, outros capítulos em que a questão ambiental também está inserida.

No artigo 129, por exemplo, que define as *funções institucionais* do Ministério Público, no inciso III, está estabelecido que cabe a este, promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social e do meio ambiente. A defesa do meio ambiente é um dos princípios gerais da ordem econômica consagrado no Art. 170, inciso IV .

Além desses dois artigos mencionados, o art. 174, parágrafo 3º, no qual a atividade garimpeira é favorecida pelo Estado, levando-se em conta a proteção do meio ambiente, e o art. 186, inciso II que estabelece que a função social da propriedade agrícola é cumprida quando utiliza os recursos naturais de forma adequada preservando o meio ambiente, são outros exemplos de como a problemática ambiental está presente em vários preceitos constitucionais.<sup>18</sup>

Após a promulgação da Constituição, mais precisamente em 23 de janeiro de 1989, o então Presidente José Sarney, adota a Medida Provisória nº 34, que foi aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989, criando-se, assim, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA.

O IBAMA incorpora a antiga SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente instituída em 1973 e as agências federais na área de pesca, borracha e desenvolvimento florestal. Passa a ser o responsável pela execução da política nacional do meio ambiente, encarregado de fiscalizar, controlar e conservar o uso racional dos recursos naturais, estando vinculado a também recém criada - ainda na gestão Sarney - Secretaria do Meio Ambiente, órgão de assistência direta à Presidência.<sup>19</sup>

O final da década de oitenta no ambientalismo nacional é fortemente marcado pela pressão internacional, cada vez mais conscientizada da necessidade de *se pensar globalmente e agir localmente*. Emergem problemas mundiais, como envenenamento químico da água, do ar, do solo e de cadeias alimentares, efeito estufa, explosão demográfica, perda da biodiversidade, extinção de espécies; e em especial, surge uma preocupação sem precedentes com a devastação da floresta tropical úmida.<sup>20</sup>

Segundo dados informativos da Greenpeace do Brasil, as florestas tropicais são o lugar do planeta onde a vida se manifesta com maior riqueza e intensidade. Nelas estão concentradas 70% das espécies vegetais e animais hoje existentes. Todo esse esplendor de vida se localiza numa área de apenas 8,5 milhões de km<sup>2</sup> - cerca de 6% da superfície terrestre - distribuída por mais de 80 países ao longo da linha do Equador.

A Amazônia Brasileira, com seus 3,8 milhões de km<sup>2</sup>, é a maior área contínua de florestas tropicais existente em qualquer país, representando quase 40% do total mundial. Para se ter uma idéia da riqueza contida nesse verdadeiro tesouro ecológico basta observar que nele se encontra quase metade das espécies de vida e 20% da água doce do planeta.<sup>21</sup>

E exatamente no que diz respeito à preservação da Amazônia - crucial para o equilíbrio climático da Terra - que o Governo brasileiro passa a ser o alvo do repúdio internacional, cujas reações contrárias ao posicionamento nacional no tocante à floresta amazônica agravam-se ainda mais com o assassinato do líder seringueiro e ambientalista Chico Mendes.

Ao manifestar-se contra as reações externas e entendendo-as como uma interferência na soberania nacional, o Presidente Sarney lança o Programa Nossa Natureza, coordenado pelo Gabinete Militar, cujo objetivo, em linhas gerais, era a criação de legislações e aperfeiçoamento institucional, com ênfase na Amazônia.

Resta claro que, comparativamente à década de 70, os anos 80 foram expressivos e representativos de uma importante mudança comportamental em relação à temática ambiental.

A consolidação da Política Nacional do Meio Ambiente, bem como o avanço da legislação ambiental brasileira, configurada na Constituição de 1988, que assegura os direitos do cidadão ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, são conquistas da década de 80.

Todavia, apesar de toda a riqueza da legislação ambiental, não se observa de forma conclusiva e direta, a possibilidade de sua implementação. Como pondera Maimon :

*"...cabe registrar que a abundância e a riqueza da legislação ambiental brasileira não repercutiu diretamente na eficiência de sua implementação. A inadequação do dimensionamento das agências estaduais de controle de poluição é flagrante."*<sup>22</sup>

Há, de fato, uma carência de recursos humanos e financeiros em todas as agências estaduais do meio ambiente, além da falta de coordenação entre as políticas federais, estaduais e municipais no que concerne à implantação da política ambiental.<sup>23</sup>

Nesse sentido, existe um aspecto relevante e que cumpre apontar : todo o aparato legal da política do meio ambiente no Brasil, está fundamentado em mecanismos de controle e de comando, com pouca ênfase nos instrumentos econômicos, o que gera uma dependência de recursos para a implementação da política ambiental, como observa, mais uma vez, Dalia Maimon :



*"...há uma forte dependência de recursos orçamentários que são cada vez mais restritos em função da recessão atravessada na década de oitenta. Os instrumentos adotados têm forte vocação para questões decorrentes da poluição industrial, reforçando o caráter corretivo - " poluir para depois despoluir " - em detrimento do preventivo. Insiste-se em aceitar, a priori, incompatibilidade entre crescimento e equilíbrio ecológico, excluindo das políticas macroeconômicas e setoriais cláusulas ambientais."*<sup>24</sup>

Não obstante os sofisticados instrumentos legais criados e instituídos no decorrer dos anos 80, é inegável o hiato que se observa entre o que está disposto em um sem número de leis, decretos, preceitos constitucionais e resoluções do CONAMA e sua efetiva aplicabilidade.

A degradação do meio ambiente ainda era vista como algo formado por partes estanques - diferentes poluições - e que, portanto, deveria ser combatida de maneira isolada, adotando-se critérios meramente corretivos. Ao se adotar tal postura, incide-se em um erro de grave proporções, pois, ao se tentar solucionar um determinado problema de poluição, se estará, provavelmente criando outro. Por exemplo : o controle da poluição do ar e da água gera resíduos sólidos; os aterros sanitários para o lixo provocam poluição do ar. <sup>25</sup>

Dessa perspectiva, surge a constatação de que a política ambiental continuava a ser encarada como sinônimo de política de controle da poluição, o que limita e restringe a implementação efetiva dos mecanismos legais normativos de forma abrangente e plena.

O que foi acima exposto, pode ser o resumo do quadro socio-ambiental encontrado pelo Governo Collor em 1990.

Observava-se uma crescente devastação ecológica, em contrapartida existia um aumento da consciência ambiental e a avançada legislação brasileira sobre proteção ao meio ambiente. Além da pouca aplicabilidade desse aparato normativo, havia, também, uma pressão constante da comunidade internacional quanto aos rumos da política ambiental brasileira.

A tese defendida pelo Relatório Bruntland da CMUMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - *desenvolvimento sustentável* - passa a ser um dos pilares do discurso do novo Governo, juntamente com o neoliberalismo econômico.<sup>26</sup>

Logo após a posse do novo presidente, é promulgada a Lei nº 8.028 de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a organização da Presidência da República, criando a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República - SEMAM/ PR, que passa a ter a seguinte estrutura básica : Conselho Nacional do Meio Ambiente; Departamento de Planejamento e Coordenação da Política Ambiental; Departamento Técnico-Científico e de Cooperação e o Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente.<sup>27</sup>

E nomeado para a SEMAM/ PR, o Prêmio Nobel alternativo de Ecologia, reconhecido internacionalmente, o agrônomo José Lutzenberg.

Além dessas incontestáveis medidas pró meio ambiente, o Brasil confirma-se como o anfitrião da UNCED - United Nations Conference on Environment and Development ( CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Eco-92 )

O discurso ambiental do Governo Collor, bem como a política referente ao meio ambiente, traduzem o desejo de implementar o desenvolvimento sustentável, notando-se ainda uma preocupação com os ecossistemas naturais, com a preservação da biodiversidade e com a exploração das espécies nativas. 28

Entretanto, apesar da retórica ambiental fundamentar-se na tese do desenvolvimento sustentável, as ações concentraram-se em problemas isolados e que eram motivo da forte pressão internacional, como o desmatamento da Amazônia e a questão indígena, mais especificamente a demarcação das terras dos ianomâmis. 29.

Além dessas questões suscitadas, a conservação de ecossistemas e a política nuclear, também foram alvo específico das medidas governamentais, talvez, por serem consideradas como questões emergentes pela comunidade internacional.

Nesse sentido, deu-se continuidade as políticas conservacionistas através da criação de reservas ecológicas como as de Tabatinga, Uatumã, e da Mata Atlântica; e no que se refere à política nuclear, em setembro de 1990 foi desativado o programa de bomba nuclear na Serra do Cachimbo, no Pará, porém ainda pairando sobre Angra I o fantasma de um possível desastre nuclear, uma vez que esta usina continua em funcionamento, gerando apenas 1% do total de energia consumida no país.<sup>30</sup>

Em síntese, a política ambiental do Governo Collor avançou muito, mas apesar de discursos e propostas inovadoras, a prática revela o descompasso com a realidade, como analisa Dalia Maimon :

*" A política ambiental no governo Collor tem sido rica em termos do discurso e das pretensões, mas carece de implementação efetiva. Este descompasso entre o discurso e as medidas concretas decorre da crise política-econômica (...), da falta de coordenação das estratégias macroeconômica e ambiental, e da carência de recursos financeiros necessários para investimentos. "* <sup>31</sup>

Mais uma vez os sintomas que impossibilitam a efetiva implementação de políticas públicas de caráter ambiental, denotam a importância de uma interdisciplinariedade entre os diversos setores de planejamento e a inserção da problemática ambiental de forma definitiva no processo de tomada de decisões dentro da esfera governamental.

A Rio-92, realizada ainda na gestão Collor, viabilizou a expansão do movimento ambientalista brasileiro; a sociedade civil foi eficientemente informada sobre questões relevantes ligadas à problemática ambiental através de uma crescente e importante difusão de temas relacionados ao meio ambiente e sua proteção.

Porém, como observam Viola & Leis, ao se exagerar a importância da Conferência e o fato de o Brasil ser o país anfitrião, eclodiram efeitos não tão positivos :

*"...a Rio-92 fez com que o ambientalismo brasileiro acelerasse sua expansão e consolidação ideológica e organizativa, mas levou-o a sobredimensionar suas capacidades e possibilidades reais, criando-lhe a ilusão de que teria um papel decisivo em uma conferência decisiva. O que não aconteceu, nem em um caso nem no outro.<sup>32</sup>*

O saldo para o ambientalismo nacional, um ano após a Rio-92, ainda segundo a compreensão de Viola & Leis, é de "desorientação", resultado da perda de seu principal referencial " *simbólico e organizativo*",<sup>33</sup> configurado na Rio-92.

Trilhando o mesmo caminho que o governo anterior, o atual Governo de Itamar Franco, não apresenta, até o momento, grandes inovações, exceto pela criação do Ministério do Meio Ambiente.

A questão ambiental, apesar de ter sido alçada à categoria de *Ministério*, não parece estar tendo um tratamento à altura, tanto que, mais uma vez, não se percebe a ambientalização das políticas públicas setoriais como um mecanismo capaz de efetivar a sua implementação.<sup>34</sup>

#### 4.2 A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO URUGUAI

A República Oriental do Uruguai, é um país com uma superfície de aproximadamente 177.000 km<sup>2</sup> situado geograficamente sobre o Rio da Prata e tendo como países limítrofes a Argentina e o Brasil. Com uma população de apenas 3 milhões de habitantes,<sup>35</sup> a questão ecológica nunca teve grande repercussão.

De acordo com o *Relatório do Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente*, isto se deve ao fato do país não ter tido um grande desenvolvimento industrial, nem uma superpopulação, como também pelo fato de não ter tido um processo de colonização semelhante ao de outros países latino-americanos.

Os antecedentes históricos do Uruguai destoam dos demais países que foram explorados durante o período colonial. Nesse aspecto, o território uruguaio, foi relegado pela metrópole colonizadora por sua falta de metais preciosos, não tendo sido estabelecido naquele país, o mesmo tipo de colonização que caracterizou países como o Brasil, Peru, Bolívia, etc.

A história colonial do Uruguai está intimamente ligada à disputa do Rio da Prata entre portugueses e espanhóis.

O estuário platino era posição das mais invejáveis e por isso das mais disputadas àquela época. A Espanha o via como escoradouro da produção do Peru e Portugal como ponto estratégico do comércio no Atlântico Sul.

Porém, em função da inexistência de metais preciosos e graças às características geográficas propícias à pecuária, esta foi logo incentivada no território.<sup>36</sup>

Com o tempo a pecuária uruguaia foi se transformando em grande produtor de couro, produto de crescente valor na Europa do século XVIII, o que iria caracterizar para sempre o perfil econômico uruguaio, ou seja, um país voltado para a pecuária e agricultura.

O território uruguaio, continua, até hoje, sendo um grande pampa. Durante o século XX, o país permaneceu com uma baixa densidade populacional, na ordem de 16 habitantes por km<sup>2</sup>.

Aproximadamente 85% da população se encontra nos centros urbanos, o que determina uma escassa presença humana nos campos. Tal situação poderia ser sinônimo de êxodo rural, como ocorre no Brasil, ou ainda, segundo uma visão ecológica, poderia significar a não existência de condições ambientais favoráveis para a permanência do homem no campo.



Entretanto, no que se refere ao Uruguai, a situação é totalmente inversa, o que, *a priori*, seria um fator desfavorável, surge como um dado que demonstra a não ingerência do homem, como grande predador, no cenário natural do país.

Basta mencionar que dos 16 milhões de hectares produtivos do Uruguai, 14 são destinados à pecuária que ocupa uma área de pastagens naturais.

Não obstante, nos últimos anos, o país vem despertando para a questão ambiental, e isto, de certa forma, ocorreu em virtude da erosão dos solos e da contaminação das águas, em especial as do Rio da Prata, que afeta praticamente a maior parte do sistema fluvial uruguaio.

Em Montevidéu, capital do país, com uma população em torno 1.2 milhões de habitantes, podem ser identificados três tipos de problemas relacionados com o meio ambiente : o lixo, a contaminação das águas e a emissão de resíduos industriais.

No que diz respeito às águas, segundo estudo realizado e financiado pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento em 1989, todos os cursos de água que atravessam a cidade de Montevidéu, a saber : Pantanoso, Miguelete, Malvin e Carrasco, podem ser considerados como "*biologicamente mortos*".<sup>37</sup>

A poluição transfronteiriça é outro problema que assola o Uruguai; a Bacia do Rio Yaguarón vem sofrendo com a chuva ácida causada pela usina termoeletrica de Candiota, situada a 40 km da fronteira com o Brasil. Segundo estimativas, Candiota elimina cerca de 7 mil toneladas de cinzas por suas chaminés, provenientes da combustão do carvão usado para a geração de energia.

Entretanto, apesar da constatação de problemas ambientais, não existe na Constituição uruguaia dispositivo específico que assegure a preservação do meio ambiente.

A Consituição em vigor no Uruguai data de 1967, e como alega Rubens Correa Freitas em estudo intitulado *La Constitucion Uruguaya y la Proteccion del Medio Ambiente*, não há uma previsão expressa sobre a proteção do meio ambiente, uma vez que o movimento ecológico e a consciência internacional sobre este tema é posterior à vigência da Constituição.<sup>38</sup>

Sendo assim, a questão ambiental fica totalmente desamparada no que se refere aos aspectos legais. Contudo, ainda segundo a compreensão de Rubens Correa Freitas, existem três dispositivos normativos na Constituição uruguaia que contemplam, ainda que de forma indireta e não muito conclusiva, a proteção do meio ambiente.

O artigo 7º da Constituição uruguaia, bem como o 72 e o 332, de fato, não estão relacionados com a questão ambiental, porém segundo o estudo de Rubens Correa Freitas pode-se entender que os referidos artigos por estarem explicitando, de forma genérica, os direitos e deveres de todo cidadão, poderiam englobar dentre estes direitos, a temática ambiental, apesar desta não estar expressa em lei ou artigo que seja.

Desta forma, é bastabte salutar a tentativa de querer ver proteção ambiental em artigos que apenas asseguram os direitos individuais da pessoa humana, mas é, também, sem sombra de dúvida, uma maneira muita ingênua de encarar a problemática ambiental.

Por estar assegurando ao cidadão o direito *"...a ser protegidos en el goce de su vida, honor, libertad, seguridad, trabajo y propiedad"* ( art.7º ); ou por estar enumerando os deveres e direitos garantidos pela Constituição, que não excluem, entretanto, aqueles que são inerentes à pessoa humana ( art. 72 ); ou ainda ao estabelecer que por falta de regulamentação específica, não se deve deixar de cumprir direitos ou deveres, cabendo neste caso, recorrer à analogia, princípios gerais de direito ou jurisprudência ( art. 332 ) <sup>39</sup>, não se está, absolutamente, privilegiando a questão ambiental ou preservando o direito a um meio ambiente sadio e harmônico.

No que concerne a proteção do meio ambiente, ou ao direito que todo cidadão tem a um meio ambiente saudável e equilibrado, infelizmente, a legislação uruguaia, por mais que tente se utilizar de analogias ou combinação de artigos, não contempla esses aspectos e, portanto, não consagra a preservação do meio ambiente.

Sobre o ponto de vista institucional, o primeiro organismo oficial é o INPMA - *Instituto Nacional para la Preservación del Medio Ambiente*, criado pela lei nº 14.053 de 30 de dezembro de 1971. Este Instituto estava vinculado ao Ministério da Educação e Cultura até junho de 1990, data em que foi criado o *Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente*, que absorveu todas as funções.

Compete à *Dirección Nacional de Medio Ambiente* - DINAMA, que integra o *Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente* a formulação, execução, supervisão e avaliação dos projetos nacionais de proteção ao meio ambiente e implementação da política nacional do meio ambiente.<sup>40</sup> Entretanto, não fica claro, no Relatório do Uruguai elaborado por ocasião da Rio-92, de que forma e em que perspectiva é ou será implementada a política ambiental.

Em síntese, levando-se em conta a dificuldade de se fazer uma análise mais rigorosa sobre a existência - ou não - de problemas ambientais mais emergentes no Uruguai, como também pelo fato da referida análise ter estado restrita a aspectos e dados institucionais encontrados no Relatório intitulado *Medio Ambiente y Desarrollo - Uruguay y la Conferencia Mundial de Rio de Janeiro*, a reflexão final a que se chega, é a de que a temática ambiental ainda parece ser tratada de maneira pouco relevante, não havendo na legislação uruguaia preceito normativo que contemple a preservação do meio ambiente, e no tocante às políticas públicas ambientais, estas, se existem - o que não ficou claro no Relatório uruguaio para a Rio-92 utilizado como base para esta análise - não parecem trazer grandes avanços em termos de proteção ambiental, além de terem uma atuação incipiente no contexto maior de elaboração das políticas públicas setoriais.

#### 4.3 O PARAGUAI E A QUESTAO AMBIENTAL

Situado no centro da America do Sul e sem contato com o mar, o Paraguai limita-se ao norte e noroeste com a Bolívia; ao sul, sudoeste e sudeste com a Argentina e a leste e noroeste com o Brasil. Com uma área de 406.752 km<sup>2</sup>, o país está dividido geograficamente em duas regiões : a oriental, levemente acidentada, e a ocidental, plana.

No que diz respeito aos aspectos ambientais, o diagnóstico apresentado pelo Paraguai - *Informe Nacional Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo* - constata que o meio ambiente está afetado por um processo de deterioração contínuo que causa alterações consideráveis nos ecossistemas.<sup>41</sup>

Com referência à poluição do ar, estima-se que na capital, Assunção, nas horas do *rush*, o tráfego intenso gera um elevado número de partículas de dióxido de enxofre <sup>42</sup>, atingindo índices de poluição superiores aos admitidos e toleráveis pela saúde humana.

Atualmente existem sérios problemas sócio-ambientais no Paraguai, como a contaminação do solo, água e plantações, gerada pelo uso inadequado ou excessivo de agrotóxicos; diminuição da flora e fauna silvestre devido à expansão desenfreada e não ordenada da fronteira agrícola; danos à saúde pública pela contaminação de fontes de abastecimento de água potável; redução das áreas de assentamento dos indígenas - parcela considerável da população paraguaia - em virtude do processo de colonização e da transformação do seu *habitat* natural.

O modelo de desenvolvimento implementado no Paraguai, a exemplo de outros países latino-americanos, num primeiro momento pode ter significado crescimento econômico, porém não foi suficiente para incentivar a distribuição de renda com melhorias sociais; pelo contrário, agravou problemas sociais e acarretou sérios danos ao meio ambiente, conforme relata o *Informe Nacional do Paraguay para a Rio-92*:

" Así mismo, al no estar basado en un modelo de desarrollo sustentable de los recursos naturales, estos se han visto sobreexplotados y degradados, (...) La expansión de la frontera agrícola-ganadera a expensas de los bosques, la utilización de esquemas de producción basados en el crédito irrestricto, (...) y un mercado basado fundamentalmente en la exportación, ha desplazado al agricultor de su papel de protagonista del desarrollo (...) Así, la deforestación de los bosques naturales del país se han acelerado en las últimas décadas, (...) Con la pérdida de los bosques se verifica una alteración de la biodiversidad y la desaparición de importantes recursos genéticos. "43

No âmbito institucional, tendo em vista a emergência de tantos problemas de degradação ambiental, cabe ao Ministério da Agricultura e Pecuária definir a política agropecuária, bem como a dos recursos naturais e do meio ambiente.

Em relação a esse último aspecto, a Subsecretaria de Estado dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente - SSERNMA, vinculado ao Ministério da Agricultura e Pecuária, de acordo com o Relatório paraguaio para a Rio-92, lançou as bases para uma política específica do meio ambiente.

O que se observa é que são propostas e estratégias que procuram abarcar todos os aspectos intrínsecos para a efetivação da política ambiental, como o jurídico, o institucional e o operacional.

Não obstante, o que parece estar claro, é que o Paraguai não apresenta mecanismos efetivos e já consolidados de proteção ambiental no âmbito jurídico-institucional.

As propostas se efetivadas, trariam inovações e benefícios, pois procuram incorporar o paradigma ambiental como marco imprescindível na definição de planejamentos e políticas públicas, como se observa em alguns trechos do *Informe Nacional para a Rio-92* :



" ...serán objetivos específicos de la política :

- compatibilizar permanentemente el desarrollo socioeconómico con la preservación de la calidad ambiental y el equilibrio ecológico;

*En lo Jurídico:*

- la creación y implementación en el marco general en el área de los recursos naturales renovables y el ambiente, su reglamentación y su permanente actualización;

*En lo Institucional:*

- el fortalecimiento (...) de las estructuras ligadas a elaborar y ejecutar las políticas ambientales en le conjunto de las estructuras del Estado." 44

Exceto pelas propostas, não parece haver ações concretas de instituições governamentais paraguaias priorizando ou englobando, ainda que de forma parcial, a temática ambiental.

#### 4.4 A ARGENTINA E A PERSPECTIVA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PANORAMA ECOLÓGICO

Situada no extremo sul do Continente Sul-Americano, a Argentina, com uma população de 32,37 milhões de habitantes, ocupa uma área de 2.776.889 km<sup>2</sup> entre a Cordilheira dos Andes e o Oceano Atlântico. Limita-se ao norte com a Bolívia, Paraguai e Brasil; a nordeste com o Uruguai; a leste com o Atlântico; e a oeste com o Chile.

Dos quase 2,8 milhões de km<sup>2</sup> do território argentino, aproximadamente 90% corresponde a ecossistemas naturais com diversos e distintos níveis de degradação ambiental, podendo-se distingui-los entre a pecuária extensiva nas pastagens naturais, atividade florestal acompanhada de pecuária, atividade agropecuária e atividade exclusivamente agrícola. <sup>45</sup>

A atividade agropecuária concentra-se em quase sua totalidade em uma área que conjuga o melhor clima e os melhores solos : o Pampa Húmeda, que se situa a oeste e sul da capital Buenos Aires, sendo a região que agrupa a maior parte da população, do comércio e da indústria do país.

A origem dos problemas ambientais que atingem os centros urbanos da Argentina, tem procedência distinta.

O crescimento intensivo, descontínuo e em baixas densidades, e a ocupação de áreas inadequadas condicionam o perfil desses problemas ambientais urbanos, sendo que os mais frequentes são : deficiência no sistema de distribuição de água potável em quantidade e qualidade suficiente; carência de sistemas de tratamento de água; falta de controle sobre a poluição industrial; escassez de espaços verdes para o lazer.<sup>46</sup>

Os efeitos desses problemas, segundo o *Informe Nacional para a CNUMAD-92*, organizado e elaborado pela *Comision Nacional de Politica Ambiental* da Argentina, além de afetarem diretamente a saúde da população, acarretam a deterioração dos recursos naturais.<sup>47</sup>

E evidente que o resultado final desses problemas, tem o seu reflexo social através da falta de atendimento das condições básicas, como saúde, educação, alimentação, moradia, que numa perspectiva maior leva ao incremento da pobreza.

No tocante a esse aspecto, cumpre ressaltar que a Argentina, que era até pouco tempo atrás, o país latino-americano menos afetado pela pobreza, apresenta, hoje, uma situação totalmente inversa. A Argentina é o único país da região no qual o crescimento da pobreza se processou de forma sistemática e persistente a partir de 1986, segundo dados da CEPAL de 1991.<sup>48</sup>

No que concerne aos aspectos legislativos e institucionais, cumpre salientar que a Argentina apresenta uma estrutura federativa, na qual as províncias : *"...son las titulares originales de los poderes públicos, delegando ciertas y determinadas potestades en el Gobierno Nacional."*<sup>49</sup>

Tendo em vista essa organização política, a distribuição entre as competências nacionais e das províncias são todas oriundas da Constituição Nacional, que foi sancionada em 1853, e no que se refere à temática ecológica, àquela época, esta ainda não era considerada como uma questão relevante e passível de regulamentação.

Para que o teor do parágrafo que explicita esse tópico, não perca o seu fiel propósito em função da tradução, vale citar o mencionado trecho do relatório argentino para a Rio-92 :

*" En síntese, la cuestion ambiental cae dentro del amplio campo de situaciones, donde se reconoce que existen facultades concurrentes de la Nación y las Provincias, tornándose necesario cuando se requiere legislar en la mayoría de los aspectos ambientales, recurrir al mecanismo de las leyes de adhesión, dictada por el Gobierno Nacional, que son de aplicación obligatoria en la Capital Federal y abiertas a su adopción por las Legislaturas provinciales."*<sup>50</sup>

De forma conclusiva, percebe-se, num primeiro momento, não existirem preceitos normativos na legislação argentina que amparem de forma expressa, plena e abrangente a questão ambiental. O que há são leis específicas, voltadas para um tema em particular, como o aproveitamento e uso dos recursos naturais ou ainda *manuales* que regulam a operação ambiental das centrais hidroelétricas e térmicas.<sup>51</sup>

Com respeito à institucionalização da temática ambiental, esta só começa a ganhar espaço em 1985, com a criação do primeiro organismo ambiental argentino vinculado à Presidência da República : *la Subsecretaria de Política Ambiental*, cujo objetivo era :

*" entender en el asesoramiento al Primer Magistrado sobre el diseño y permanente actualización de la política del Poder Ejecutivo Nacional en materia de medio ambiente. "*<sup>52</sup>

Em 1989 entra em vigor a *Comisión Nacional de Política Ambiental - CONAPA*, com a missão de assessorar o Poder Executivo em assuntos pertinentes ao meio ambiente, bem como coordenar a aplicação das políticas ambientais nas distintas áreas da administração pública nacional.

Vale ressaltar que essas foram ações e medidas de cunho nacional. No que se refere às províncias, a criação da SERNAH - Secretaria de Estado de Recursos Naturais e Ambiente Humano em 1973, desencadeou o surgimento de repartições, cujo grande mérito foi o de difundir a consciência ambiental.

Como resultado imediato dessa tarefa, a partir da década de 80, com a reformulação das Constituições das Províncias argentinas, muitos preceitos ambientais foram consagrados. Não obstante, a situação institucional do meio ambiente na Argentina, não está consolidada, como consta do relatório para a Rio-92, base para a presente análise :

*"Como síntesis de la situación institucional, puede destacar-se que nos encontramos ante un proceso positivo y paulatino de consolidación (...) Resta concretar formas constitucionales eficaces de vinculación con los restantes organismos nacionales con incumbencia ambiental (...) eliminar las superposiciones de incumbencia y responsabilidades fortaleciendo al máximo organismo de política ambiental."*<sup>53</sup>

Dessa avaliação, surge uma perspectiva que torna ainda mais difícil verificar em que medida e de que forma se enquadra a atuação da política ambiental argentina.

A política ambiental está inserida num contexto político-econômico cuja ênfase está voltada para reverter o estado de estagnação da economia argentina.

Entretanto, por não ser o objetivo desse trabalho questionar as diretrizes econômicas da Argentina, essa questão não será prioritária, mas cumpre salientar que, apesar do enfoque *desenvolvimentista* anunciado, a tese do desenvolvimento sustentável está expressa no relatório para a Rio-92, como parte integrante de qualquer proposta de crescimento econômico.

O que resta verificar é como se processará a implementação do marco ambiental, uma vez que os mecanismos jurídico-institucionais não estão presentes - até o momento - na realidade sócio-político-econômica da Argentina.

Para tanto, a política ambiental está dividida em três segmentos : políticas corretivas, cujo objetivo é reverter os principais problemas ambientais encontrados no país; políticas de desenvolvimento, destinadas a transformar as atividades produtivas cuja base é a exploração do meio ambiente em atividades de preservação ambiental e por último, as políticas estruturais, cuja função é a de criar a infraestrutura político-jurídico-social para viabilizar a totalidade das políticas ambientais na Argentina.<sup>54</sup>

Todas essas ideias defendidas são válidas e louváveis. Porém, tendo em vista o objetivo do presente capítulo, que é o de verificar a existência de políticas ambientais no âmbito dos quatro países que integram o MERCOSUL, como estas se processam, atuam, sua aplicabilidade e viabilidade, bem como a existência de legislação pertinente ao tema, cumpre constatar que a Argentina - com base no *Informe Nacional* para a Rio-92 - não dispõe de uma política ambiental viável, exatamente por ainda não apresentar uma legislação uniforme que contemple a proteção ambiental. Como atesta o relatório argentino :

" ...hay que destacar algo ya expresado formalmente, la cuestión ambiental es ignorada como tal en la Constitución Nacional, a diferencia de numerosas Constituciones Provinciales, que por ser de dictado o reforma más reciente, la han incorporado de distinto modo y con diversa extensión. "55



#### 4.5 O FUTURO DO MEIO AMBIENTE NO CONTEXTO DO MERCOSUL

Da análise realizada sobre como se apresentam Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina no tocante à proteção do meio ambiente, a reflexão final é a constatação de que dentre os países que compõem o MERCOSUL, o Brasil, sem sombra de dúvida, e apesar de todos os tropeços e descompassos, apresenta-se como aquele que melhor ampara a preservação ambiental.

Não cumpre, entretanto, valer-se dessa prerrogativa para abandonar as medidas que ainda devem ser tomadas para mais e melhor proteger o meio ambiente.

Porém, caso não sejam adotados mecanismos que acelerem a incorporação do marco ambiental no âmbito político-legislativo de Argentina, Uruguai e Paraguai, o futuro do meio ambiente no cenário maior da Integração não terá grandes perspectivas de ser assimilado como parte importante e também passível de atenção dentro dos procedimentos hierárquico-burocráticos do MERCOSUL.

Para corroborar a necessidade de inserção de uma política ambiental comum de proteção ao meio ambiente no MERCOSUL, vale atentar para o esforço, talvez isolado, dos participantes da Conferência realizada na Província de Misiones, na Argentina sobre *El Mercosur, Medio Ambiente y Aspectos Transfronterizos - ECOSUR-93* entre os dias 30 de agosto e 3 de setembro de 1993.

Partindo da premissa de que os países membros do MERCOSUL compartilham ecossistemas e problemas ambientais entre si, e que, portanto, a preservação desse espaço físico comum, bem como a conservação de recursos naturais comuns como : água, flora, solo, fauna e ar, é um objetivo inadiável e relevante, a Conferência Ecosul procura traçar metas e propostas de ação voltadas para a proteção ambiental no âmbito da Integração.

Os problemas inerentes à qualidade da água, sedimentação e contaminação dos rios, diminuição da flora e fauna devido ao desmatamento indiscriminado, erosão dos solos, ocupação desordenada das áreas fronteiriças, poluição atmosférica, impacto ambiental das grandes obras, são os pilares das discussões que deverão ser travadas para solução de problemas ambientais comuns entre os quatro países que integram o MERCOSUL.<sup>56</sup>

A Bacia do Rio da Prata equivale a mais de 3 milhões de km<sup>2</sup> compartilhados entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, é, portanto, um ótimo exemplo que demonstra a imperiosa necessidade de se adotar uma política ambiental que incorpore a tese do *ecodesenvolvimento* como aquele que poderá reverter o processo de devastação ecológica na região.

Além da Bacia do Rio da Prata, existem outros aspectos que merecem atenção, como o uso excessivo de agrotóxicos na agricultura intensiva característica dos Estados do Sul do Brasil, como também do Uruguai, Paraguai e Argentina.

O desenvolvimento econômico de uma região geopolítica está, muitas vezes, diretamente relacionado com seus recursos energéticos.<sup>57</sup>

Esse é um outro aspecto que deve ser considerado para que se possa efetivar um devido controle da qualidade do meio ambiente, como consequência das atividades energéticas, uma vez que os quatro países componentes do MERCOSUL, dispõem de uma matriz energética diversificada, com presença de potencial hidroelétrico, carvão mineral, gás natural e petróleo.<sup>58</sup>

Com especial referência à questão energética, cumpre ressaltar que esta pode ser considerada em alguns casos, a causadora de problemas ambientais transfronteiriços, como no exemplo da termoelétrica brasileira de Candiota, responsável pela poluição da Bacia do Rio Yaguarón no Uruguai.

É incontestável que as precárias condições sócio-econômicas da saúde pública e do saneamento básico são importantes causas do nível de degradação nos quatro países - como foi demonstrado na sucinta análise do quadro sócio-ambiental de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai - em especial para as populações mais carentes que vivem em áreas periféricas e rurais.

A abertura imediata das fronteiras sem a existência de condições sanitárias adequadas poderá agravar ainda mais as deficiências já existentes, em função de uma lógica muito simples : o aumento do intercâmbio e do trânsito de pessoas e produtos comerciais.

Esses são apenas alguns itens que demonstram a urgência e a importância de se adotar critérios e padrões ambientais que zelem por um meio ambiente que é de todos que integram o MERCOSUL.

Levando-se em conta a existência de problemas comuns que afetam a região e que comprometem a conservação do meio ambiente, bem como o aproveitamento dos recursos renováveis, também deve ser considerada a possibilidade de se compatibilizar uma legislação ambiental entre os quatro países.

Finalizando, cumpre ressaltar que a formação do MERCOSUL deveria constituir-se de alternativas para a concretização de um novo modelo de desenvolvimento : " *...para que la conservación, y el desarrollo sustentable sean : socialmente justos, económicamente viables y ecológicamente aceptables.*"<sup>59</sup>

Através da cooperação entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, e da vontade política de cada governo, seria possível instituir na América Latina, uma nova ordem geopolítica, centrada na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento harmônico entre ecologia/economia.

## NOTAS

1. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1991. p. 19.
2. Plataforma de Tlatelolco sobre Medio Ambiente y Desarrollo. Conferência Regional da América Latina e Caribe preparatória da Conferência de 1992, promovida pela CEPAL segundo recomendação da Resolução AGNU 44/228.
3. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. op. cit. p. 20.
4. id. ibid. p. 20.
5. MAIMON, Daila. Mudança da Política Ambiental. In: MACIEL, Tânia (org.) et alli. O Ambiente Interno - Contribuição crítica da Universidade à questão ambiental. Rio de Janeiro, UFRJ, 1991. p. 266.

6. Sobre a problemática ecológica no decorrer da implemetação da teoria do crescimento econômico acelerado durante os governos militares ver : \_\_\_\_\_. op. cit. p. 266 e VIOLA, Eduardo. O Movimento Ecológico no Brasil ( 1974-1986 ) : Do ambientalismo à ecopolítica. In: PADUA, José Augusto (org.) et alli. **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro, IUPERJ e Ed. Espaço e Tempo, 1987. p. 83.

7. MAIMON, Dalia. op. cit. p. 267.

8. id. ibid. p. 266.

9. id. ibid. p. 267.

10. id. ibid. p. 267.

11. VIOLA, Eduardo. op. cit. p. 88. e MAIMON, Dalia. op. cit. p. 268. Vale informar que, segundo Maimon, foi, por mero acaso, que as opções adotadas pelo Brasil para fazer frente a crise energética repercutiram na diminuição da poluição do ar nos centros urbanos e industriais, ainda que extremamente poluidoras nas zonas de produção.

Entretanto, para dar a presente pesquisa um caráter mais científico, cumpre mencionar o artigo do físico nuclear José Walter B. Vidal e do geólogo Marcelo G. Mello, intitulado " *A Energia da Biomassa* ". No referido artigo, os autores consideram que o saldo do Proálcool é altamente positivo. Embora, tenham, num primeiro momento, uma postura favorável à adoção do álcool como alternativa energética, os autores indicam algumas insuficiências e deformações do programa, como por exemplo agressões ao meio ambiente relacionadas ao destino do vinhoto. Já o professor da UNICAMP, Rogério César Cerqueira, destaca extamente o inverso : o álcool, segundo o professor, como as hidrelétricas, não contribui para o efeito estufa. Revista *Ecologia e Desenvolvimento*, artigo *O álcool : prós e contras* de Cristina Palmeira, exemplar de setembro de 1993.

12. MAIMON, Dalia. op. cit. p. 268.

13. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. op. cit. p. 71.

14. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. *Coletânea da Legislação Federal de Meio Ambiente*. Brasília. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 1992. p. 221.

15. MAIMON, Dalia. op. cit. p. 271.



16. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável.** op. cit. p. 73.

17. Art. 225, parágrafo 1º, inciso IV da Constituição da República Federal do Brasil. 1988. p. 163.

18. MAIMON, Dalia. op. cit. p. 270 e Constituição da República Federal do Brasil. 1988. p. 106-135-137-143. Além dos artigos citados, cumpre informar que a Constituição Brasileira apresenta, ao todo, 24 artigos nos quais a questão ambiental está inserida, ainda que de forma indireta.

São os seguintes : no Título II, capítulo I - *Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos* - art. 5º, inciso LXXIII; título III, capítulo II - *Da União* - art. 20, incisos II ao XI e parágrafo 1º; art. 21, incisos IX, XII, alíneas a até f, inciso XV, XIX, XX, XXIII alíneas a até c, inciso XXV; arts. 22, 23, 24; capítulo III - *Dos Estados Federados* - art. 26; capítulo IV - *Dos Municípios* - art. 30, incisos VIII e IX; capítulo VII - *Da Administração Pública* - Seção IV *Das Regiões* art. 43, parágrafo 2º, inciso IV e parágrafo 3º; título IV, capítulo I - *Do Poder Legislativo* - Seção II *Das Atribuições do Congresso Nacional* art. 49, inciso XVI; capítulo II - *Do Poder Executivo* - Seção V *Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional* art. 91, parágrafo 1º, inciso III; título VII, capítulo I - *Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica* - art. 176, parágrafo 4º, art. 177, incisos I e

V, parágrafo 2º; capítulo II - *Da Política Urbana* - art. 182, parágrafo 1º ao 4º, incisos I, II, III; capítulo III - *Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária* - art. 187, parágrafo 1º; título VIII, capítulo II - *Da Seguridade Social* - Seção II *Da Saúde* art. 200; capítulo III - *Da Educação, da Cultura e do Desporto* - Seção II *Da Cultura* art. 216, incisos I, II, III, IV, V, parágrafos 1º ao 5º; capítulo V - *Da Comunicação Social* - art. 220, parágrafo 3º, incisos II, parágrafo 4º; capítulo VIII - *Dos Índios* - art. 231, parágrafo 1º e 3º.

19. Lei nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989. *Coletânea da Legislação Federal de Meio Ambiente*. op. cit. p. 259.

20. MAIMON, Dalia. op. cit. p. 272.

21. Sobre as florestas tropicais úmidas ver informativo da *Greenpeace do Brasil* intitulado : *Florestas Tropicais - Amazônia, a vida em perigo*. Neste artigo são esclarecidos vários temas ligados à vida na Amazônia brasileira e sua importância para o equilíbrio ecológico da Terra.

22. MAIMON, Dalia. op. cit. p. 271.

23. id. *ibid.* p. 271.

24. id. ibid. p. 271.

25. CARVALHO, Paulo Gonzaga. Meio Ambiente e Políticas Públicas: A Feema diante da poluição industrial. In: PADUA, José Augusto. op. cit. p. 193.

26. MAIMON, Dalia. op. cit. p. 274.

27. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Coletânea da Legislação Federal de Meio Ambiente. op. cit. p. 277.

28. MAIMON, Dalia. op. cit. p. 276.

29. Sobre os ianomâmis ver reportagem da revista *Veja* de 25 de agosto de 1993, cujo título é : *Um grito do fundo da selva*. Esta matéria foi realizada por ocasião do massacre dos índios ianomâmis por garimpeiros na Floresta Amazônica. Segundo a matéria da *Veja*, os ianomâmis são considerados como um dos povos mais primitivos do mundo, uma vez que vivem em pleno final do século XX, como viviam no período neolítico.

30. Sobre o programa de bomba nuclear, este, segundo Maimon op. cit. p. 276, de fato existiu, apesar de grande parcela da população brasileira nunca ter tomado conhecimento de experiências nucleares, exceto para fins pacíficos.

A desativação do referido programa, em função do desconhecimento de sua existência, causou grande surpresa e comoção à época, de acordo com a autora.

Sobre Angra I ver dados da **Greenpeace do Brasil**, no qual são apresentados 3 motivos para o fechamento da usina : riscos para a população, uma vez que Angra I está localizada entre os dois maiores centros urbanos do país - São Paulo e Rio de Janeiro, além de estar situada a dez km. em linha reta da cidade de Angra dos Reis, uma região cravada entre o mar e a montanha, o que em caso de acidente, seria um fator que dificultaria a capacidade de escoamento, devido a precária condição do tráfego rodoviário naquela área, em decorrência dos constantes deslizamentos de terra. Segundo a **Greenpeace**, em 1985, um laboratório de radioecologia, próximo à usina, que continha, entre outras coisas, seis cápsulas de césio-137 - o mesmo mineral radioativo que contaminou Goiânia - foi soterrado em função de um desmoronamento de terras.

Outro fator para o fechamento de Angra I, ainda conforme a **Greenpeace**, seria a questão do lixo atômico, uma vez que, todas as atividades do ciclo do combustível atômico, incluindo a mineração do urânio, produzem resíduos que podem provocar sérios danos aos seres vivos. No Brasil não há depósito definitivo para o material radioativo, tanto que até hoje, não se sabe que destino dar às toneladas de lixo atômico decorrentes do acidente em Goiânia.

O terceiro fator mencionado pela **Greenpeace** é a constatação de que a opção nuclear é cara e desnecessária. A mineração do urânio, a fabricação dos elementos combustíveis, a construção e operação das centrais, além da deposição do lixo, são processos que exigem elevados investimentos financeiros.

31. MAIMON, Dalia. op. cit. p. 278.

32. VIOLA, Eduardo & LEIS, Hector. **O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para além da Rio-92 : O Desafio de uma estratégia globalista viável.** Trabalho apresentado na Sessão Sociedade Civil e Meio Ambiente do Primeiro Seminário do Projeto " Diretrizes de Ação para o Meio Ambiente no Brasil ", realizado de 24 a 25 de novembro de 1992, no Auditorio Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, em Brasília DF, p. 9.

33. \_\_\_\_\_. op. cit. p. 9.

34. Devido a ocorrência de divergências politico-partidárias no Governo Itamar, o Ministério do Meio Ambiente, que era ocupado por Coutinho Jorge, passou a ter um novo representante, o ex-embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Rubens Ricupero, que já havia sido nomeado pelo Presidente Itamar Franco para chefiar o recém-criado Ministério da Amazônia Legal.

Este ultimo foi criado para fazer frente às mais recentes crises ocorridas na Amazônia, como o massacre dos indios ianomâmis. Segundo reportagem publicada no **Jornal do Brasil** em 16 e 17 de setembro de 1993, as próximas crises na Amazônia passarão a ser resolvidas por um conselho que se reunirá em situações de emergência; também será elaborada uma política específica para a região, através da criação do Programa Integrado para a Amazônia.

35. Relatório do Uruguai preparatório para a Rio-92, **Medio Ambiente y Desarrollo - Uruguay y la Conferencia de Rio de Janeiro**. Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente, Montevideu, 1992. p. 199.

36. \_\_\_\_\_. op. cit. p. 503.

37. FREITAS, Rubens Correa. La Constitucion Uruguaya y la Proteccion del Medio Ambiente. In: **Medio Ambiente y Desarrollo - Uruguay y la Conferencia de Rio de Janeiro.**, Montevideu, 1992. p. 181.

38. \_\_\_\_\_. op. cit. p. 185.

39. id. ibid. p. 186.

40. JURI, Edi W. La Preservacion del Medio Ambiente en el Uruguay. In: op. cit. p. 259.

41. Paraguay - Informe Nacional Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo. Ministerio de Agricultura y Ganadera. Assunção, 1992. p. 66.

42. \_\_\_\_\_. op. cit. p. 67.

43. id. ibid. p. 7.

44. id. ibid. p. 78.

45. Informe Nacional a la Conferencia sobre Medio Ambiente y Desarrollo de las Naciones Unidas. Republica Argentina Presidencia de la Naciona - Secretaria General Comision Nacional de Politica Ambiental, Buenos Aires, julio de 1991. p. 1.

46. \_\_\_\_\_. op. cit. p. 4.

47. id. ibid. p. 5.

48. id. ibid. p. 16.

49. id. ibid. p. 18.

50. id. ibid. p. 18.

51. id. ibid. p. 19.

52. id. ibid. p. 20.

53. id. ibid. p. 21.

54. id. ibid. p. 23.

55. id. ibid. p. 29.

56. Ecosur-93 El Mercosur, Medio Ambiente y Aspectos Transfronterizos. Ministerio de Ecología y Recursos Naturales Renovables, Misiones, Argentina, 1993. p. 5.

57. \_\_\_\_\_.op. cit. p. 7.

58. id. ibid. p. 8.

59. id. ibid. p. 10-11.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*" Só em cena (...) a natureza se dirige ao homem, seu espectador, (...) e lhe faz uma súplica : quer passar a ser objeto privilegiado de estudo e cuidado por parte dele. Mas a sua cura (...) só virá no momento em que o homem dela se retirar. Quando ? Nunca. Ou amanhã. De uma maneira ou de outra, o homem, como o entendemos, então terá desaparecido."*

Silviano Santiago

Ao se chegar ao término deste trabalho, a metáfora do filósofo francês Michel Serres em *O Contrato Natural*, surge como um símbolo para finalizar a reflexão feita sobre a temática ambiental e sua incorporação - ou não - ao Processo de Integração do MERCOSUL.

A partir da descrição de um quadro do pintor Goya, onde dois duelistas lutam num pântano, totalmente compenetrados e envolvidos na batalha que estão travando, Serres procura traçar um paralelo com a relação homem/natureza, demonstrando que, apesar dos duelistas estarem sendo quase que engolidos pela areia movediça do pântano, nada os impede de continuar lutando. Permanecem se digladiando, indiferentes ao mundo que os rodeia.

Serres então questiona :

*" Quem vai morrer, nos perguntamos ? Quem vai ganhar, pensam eles (...) ? (...) Mas numa terceira posição, exterior à contenda, percebemos um terceiro lugar, o pântano, onde a luta se enterra. (...) E agora : não estaremos esquecendo o mundo das coisas, a areia, a água, a lama, os juncos do pântano ? Em que outras areias movediças chafurdamos juntos, adversários ativos e voyeurs doentios ?*

*(...) De início, colocávamos dois rivais frente a frente, como na areia movediça de Goya, para ao final decidir um vencido e um vencedor. Talvez por alcançar um patamar, o aumento dos recursos e a partilha nas destruições produzem uma espantosa reviravolta : subitamente os dois inimigos estão no mesmo campo e, longe de combater um ao outro, lutam juntos contra um terceiro competidor. Qual ?*

*O calor da batalha e a importância, em geral trágica, dos custos humanos que ela implica o escondem. Ardente, a história continua cega à natureza."*<sup>1</sup>

Na verdade, o homem parece estar envolto em tantas disputas, que não se dá conta do cenário maior de suas divergências : a Terra.

Entretanto, a questão que hoje se impõe, supera as controvérsias políticas e econômicas. A exaustão dos recursos naturais não renováveis do planeta, a diminuição da sua capacidade de regeneração e a utilização descabida dos rios, mares e da atmosfera como simples depósitos de lixo, impõem a necessidade de se repensar o estilo de desenvolvimento econômico perseguido e implementado até hoje.

Não resta mais dúvidas sobre a interdependência que há entre o desempenho econômico e a saúde ambiental.

Questionar um modelo econômico que, durante séculos, ditou suas regras às custas da exploração desenfreada do meio ambiente, é o desafio para esta virada de milênio.

Novamente a metáfora de Serres demonstra a incoerência da batalha e a insipidez da retórica globalizante :

*" (...) Tirem o mundo em torno das lutas, olhem apenas os conflitos ou os debates, densos de homens, puros de coisas, e obterão o teatro em cima do palco, a maior parte das nossas narrativas e das filosofias, (...) Nossa cultura tem horror do mundo.*

*(...) A areia movediça, aqui, ainda aspira os duelistas; o rio, ali ameaça o combativo : a terra, as águas e o clima, o mundo silencioso, as coisas tácitas colocadas outrora como cenário em torno das representações comuns, tudo isso que jamais interessou a alguém, brutalmente, sem aviso, de agora em diante estorva as nossas tramóias. Irrompe nossa cultura - que dela sempre formou uma idéia local e vaga, cosmética - a natureza.*

*Outrora local - tal rio, tal pântano - global agora - o Planeta Terra." 2*

Na vã tentativa de ignorar ou subestimar os efeitos negativos do desenvolvimento predatório sobre o meio ambiente, o homem luta como os duelistas de Goya, à procura de novas formas para alcançar taxas de crescimento, *superávits* econômicos, etc...acreditando ser esse o caminho que o levará à vitória final. E dentro dessa ótica desenvolvimentista, só resta indagar : que vitória será essa que coloca em risco a própria existência humana ?

Talvez esse tipo de avaliação da problemática ambiental, que não a reduz a um mero problema marginal, *facilmente* contornado com novos avanços tecnológicos, seja um exagero para muitos que não consideram o impacto de suas ações sobre o meio ambiente, que o entendem como aquele que deve subsidiar a economia, ou que acreditam que os recursos naturais são inexauríveis.

Para estes vale lembrar que os dados estatísticos da degradação ambiental relatam a realidade que teima em não dissociar a deterioração das condições de vida no Planeta com problemas cuja origem está na desenfreada exploração do capital ecológico, com reflexos nefastos para vários aspectos da vida humana, inclusive a economia.

A recusa em aceitar a íntima relação entre problemas de ordem econômica, ambiental e social, só fará adiar uma decisão que se faz premente e que passa pela mudança de valores, de comportamentos perdulários e predatórios, que elimina o consumismo descabido, que reincorpora a humanidade como parte da natureza. E desta forma, é essencial a transição para um estilo de desenvolvimento que priorize essas novas relações do homem com o Planeta Terra, um estilo de desenvolvimento sustentável, que considere as necessidades do homem de hoje, sem comprometer a possibilidade das futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades.

Construir um mundo onde as aspirações humanas sejam atendidas sem a destruição dos sistemas naturais, exige, sem dúvida, uma reformulação de conceitos, de valores; exige o reconhecimento de que a ordem econômica vigente, os altos níveis de consumo dos países industrializados e a pobreza crescente no Terceiro Mundo, estão levando ao declínio ambiental do planeta.

A negligência, no que concerne às questões ligadas ao meio ambiente, parece demonstrar uma certa incapacidade humana em lidar com o problema.

Talvez seja realmente mais fácil negar a gravidade das ameaças que pesam sobre o meio ambiente e acreditar que se pode deixá-las passar despercebidas, rejeitando medidas drásticas, porém necessárias, e contentar-se com ações paliativas, simples ajustes que só retocam e dissimulam a importância do problema.

Insistindo nesta conduta, que se nega a assumir sua cota de responsabilidade pela vida na Terra, o homem poderá ser o espectador de sua própria extinção, como bem observa o porta voz do Partido Verde do Reino Unido :

*" Nosso entorpecimento, nosso silêncio poderiam significar que seremos a única espécie a monitorar minuciosamente a própria extinção. Que vil epitáfio isso não daria : ' Eles viram a própria extinção chegando, mas não tiveram a perspicácia de impedir que ela acontecesse ' ! " 3*

Está ao alcance do homem a possibilidade de edificar um mundo viável ecologicamente, sem contudo privar-se de um desenvolvimento econômico.

O importante é compreender a interação que há entre estes dois aspectos da vida humana ; o meio ambiente pode propiciar as bases de sustentação de um crescimento econômico, contanto que, este respeite os limites da natureza e saiba conviver sem usurpar, sem explorar, sem destruir. Esta é a síntese do desenvolvimento sustentável, que descarta uma visão antropocêntrica, que persiste em conferir à natureza um papel indireto. O meio ambiente não é a periferia, o quintal dos desacertos da humanidade. A natureza, longe de ser apenas o palco das atividades humanas, deveria ser o cenário maior de todas as realizações do homem.

A consciência de que esta é uma tarefa difícil, talvez seja o primeiro passo para aceitar o desafio e descartar a recusa em não querer ver, o que a natureza já não tem mais como esconder.

Nesse sentido é oportuna a recomendação de Liszt Vieira :

*" Ver, entender, transformar - este é o caminho para encontrar a alternativa. Saber onde estão os limites, encontrar suas significações, libertar-se das amarras - seria um modo de escrever a história, e não apenas sofrer as consequências."*<sup>4</sup>

A questão ambiental, é, sem sombra de dúvida, na atualidade, um tema que permeia todas as relações humanas.

Longe de esgotar a discussão sobre o tema, no decorrer do presente trabalho, tentou-se demonstrar a relevância que a temática ecológica adquiriu e a necessidade de se repensar outros caminhos que conciliem o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente.

Este se constitui como o grande desafio para a humanidade no alvorecer do terceiro milênio.

A partir desta perspectiva que integra, como diria Sachs, *o crescer sem destruir*, e tendo esta proposta como marco teórico, procurou-se apontar alguns aspectos inerentes ao tema e tão presentes, hoje, nas relações internacionais, como o conflito Norte-Sul e a interdependência entre problemas como a miséria e o subdesenvolvimento no Terceiro Mundo e as políticas econômicas altamente centralizadas em seus próprios ganhos dos países desenvolvidos.

Ainda sobre economia/ecologia, buscou-se salientar alguns elementos da colonização da América Latina, na tentativa de demonstrar a lógica predatória do desenvolvimento econômico da Europa colonialista, que entendia o meio ambiente como agente propulsor da economia capitalista em ascensão no Continente europeu.



O debate, em torno da problemática ambiental/desenvolvimento, não hesitou em lançar as bases para se proceder à análise dos antecedentes históricos da Integração regional na América Latina, até chegar ao Projeto MERCOSUL, que procurará unir as economias e sociedades de quatro povos do Continente Latino-Americano : Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

A verificação da inexistência de legislação ambiental, que ampare e estabeleça normas expressas e abrangentes de proteção ao meio ambiente em países como Argentina, Paraguai e Uruguai, além da incipiente política ambiental vigente nos quatro países, são fatores que demonstram a não assimilação do marco ambiental e a importância de sua incorporação ao processo de planejamento das políticas públicas.

Mediante esta análise, tornou-se quase impossível não questionar os caminhos que essa Integração parece pretender trilhar, uma vez que, com base no Relatório do Boletim de Integração, constatou-se a inexistência de, sequer um sub-grupo de trabalho, que esteja, de forma específica voltado para a questão do meio ambiente. A não incorporação do paradigma ambiental, denota a ausência de uma reflexão séria sobre os descaminhos do desenvolvimento que não contabiliza os danos ambientais.

A ideia de um desenvolvimento sustentável, que engloba, entre suas propostas, o atendimento das necessidades do homem atual, como moradia, educação, alimentação, saúde, enfim, condições dignas de vida, e que ainda se propõe a preservar um ecossistema saudável para as próximas gerações, este desenvolvimento, parece não ser a tônica da Integração que visa implementar o MERCOSUL.

A síntese da Integração que se pretende alcançar, persiste na concepção tradicional de um desenvolvimento que não incorpora um processo de mudança social, tão necessário e urgente para uma sociedade urbano-industrial, marcadamente pobre, heterogênea e desigual, como é hoje, por exemplo a sociedade brasileira que também está inserida no Projeto MERCOSUL.

A verdade é que o desenvolvimento econômico implementado nos países que integram o MERCOSUL, impõe o estabelecimento de atividades de grande porte que atuam e interagem modificando de forma brutal o meio ambiente; sendo assim, a compreensão de que a preservação deste meio ambiente atua como um limite, um empecilho para o crescimento - tão difundida e aceita - está equivocada e faz parte de um falso dilema que transforma meio ambiente e desenvolvimento em rivais, inimigos mortais.

Ao se falar sobre "*desenvolvimento*" no contexto do MERCOSUL, é preciso que sejam respeitadas as peculiaridades históricas e geográficas dos países que o integram .

Para que haja, de fato, um desenvolvimento sustentável nas propostas do MERCOSUL, seria preciso que determinados mecanismos de cooperação, informação, ajuda técnica e financeira, bem como instrumentos econômicos e fiscais que tenham por objetivo, desencorajar as produções poluentes e incentivar atividades produtivas que contabilizem os possíveis danos ao meio ambiente, estivessem presentes no debate sobre a Integração. O estímulo à adoção de novas tecnologias menos poluentes, à reciclagem do lixo, e à economia de energia, poderia propiciar o início da implementação de um outro modelo de desenvolvimento, menos nocivo ao meio ambiente e que incorporaria o homem como parte legítima desse processo.

Estes aspectos não parecem estar presentes nas propostas defendidas pelo Projeto de Integração. Aliás, o que parece claro quanto ao MERCOSUL são seus objetivos meramente econômicos e de mercado.

Infelizmente, priorizar atividades econômicas que entendem o meio ambiente como apropriável, que não incorporam, de fato, as reivindicações sociais, que são movidas pelas regras do mercado, do lucro imediato, não parece ser a postura mais adequada para solucionar problemas tão complexos que hoje constituem a realidade sócio-ambiental da maioria das sociedades que fazem parte do MERCOSUL.

Novamente a proposta de se adotar novos estilos de desenvolvimento, com valores ecológicos e sociais mais justos, desponta como a garantia para a criação de uma outra sociedade.

Enfrentar a crise ambiental requer a constituição de uma vontade política geral, com mecanismos juridico-institucionais que possibilitem a efetiva implementação de ações de proteção ao meio ambiente e consequentemente uma maior difusão do paradigma ambiental e sua adesão por parte de toda a sociedade.

Vencer o *dogma desenvolvimentista* e avançar de um conservacionismo romântico que não incorpora os verdadeiros valores da ecologia política, é a grande questão que se coloca para as sociedades de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, para que só então, não exista mais :

*"... a poluição da exploração nem a miséria da destruição do meio ambiente."*<sup>6</sup>

O desafio talvez possa ser sinteticamente definido neste parágrafo de Liszt Vieira :

*" Temos que encontrar, nos limites impostos ao desenvolvimento humano, e que faz da exterminação total da vida uma hipótese viável, uma alternativa que invente, como possível, um OUTRO lugar, uma OUTRA vida, OUTRAS INSTITUIÇÕES viáveis porque não admitiremos a hipótese de viver NA Terra, mas porque viabilizaremos, na complexidade de seus conflitos, a hipótese de viver A Terra."*<sup>7</sup>

## NOTAS

1. SERRES, Michel. **O Contrato Natural**. Trad. Beatriz Sidoux. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991, p. 11-2/17.
2. \_\_\_\_\_.op. cit. p. 13.
3. POSTEL, Sandra. A Recusa da Década Decisiva. In: BROWN, Lester ( org. ) **Qualidade de Vida 1992 - Salve o Planeta. Relatório do Worldwatch Institute sobre o Progresso em Direção a uma Sociedade Sustentável**. Trad. Newton Eichenberg e Marco Antonio F. Bueno. São Paulo, Editora Globo, 1992, p. 25.
4. VIEIRA, Liszt. Constituição e Meio Ambiente : As raízes e o sonho... In: PADUA, José Augusto. ( org. ) **Ecologia e Política no Brasil**, Rio de Janeiro, IUPERJ e Editora Espaço Tempo, 1987, p. 142.
5. VIEIRA, Liszt. op. cit. p. 155.
6. id. ibid. p. 146.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Manoel Mauricio. Pequena História da Formação Social Brasileira. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986, 728 p.

ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio ( coord. ). A Colonização Sustentável da Amazônia. Rio de Janeiro, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, julho 1992, 109 p.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil ( 1964 - 1984 ). Petrópolis, Vozes, 4ª edição, 1987, 337 p.

ANDRADE, Manoel Correia. Imperialismo e Fragmentação do Espaço. São Paulo, Editora Contexto e Editora da USP, 1988, 94 p.

AQUINI, Antônio A. MERCOSUL Agrícola - Desafios ao Setor. Seminário promovido pela Federação da Agricultura de Santa Catarina, Chapecó, 1991, 34 p.

ARRUDA, Marcos et alli. **MERCOSUL ou a Integração dos Povos do Cone Sul ?** . Rio de Janeiro, FASE/PACS/PUC, 1992, 89 p.

BENJAMIN, Cesar. ( editor ) **Diálogo sobre Ecologia, Ciência e Política**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira e Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993, 198 p.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar - A aventura da modernidade**. Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria Ioroatti, São Paulo, Companhia das Letras, 1986, 360 p.

BOBBIO, Norberto et alli. **Dicionário de Política**. Trad. de João Ferreira, Carmem C. Varrialle et alli. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2ª edição, 1986, 1328 p.

BROWN, Lester.(org.) **Qualidade de Vida, 1992 : Salve o Planeta ! Relatório do Worldwatch Insitute sobre o Progresso em Direção a uma Sociedade Sustentável**. Trad. de Newton Eichenberg e Marco Antonio Bueno, São Paulo, Editora Globo, 1992, 322 p.

CAUBET, Christian G. De Biodiversidade; ONGs e Direito Internacional - Defesa Jurídica da Biodiversidade no Terceiro Mundo e Luta Política contra os Predadores do Primeiro. Estudo para a International Environmental Law Conference, Haia, 1991.

\_\_\_\_\_. (org.) O Brasil e a Dependência Externa. São Paulo, Editora Acadêmica, 1989, 143 p.

COLETANEA DA LEGISLAÇÃO FEDERAL DE MEIO AMBIENTE. Brasília, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1992, 797 p.

COLLIER, David. ( org. ) O Novo Autoritarismo na América Latina. Trad. de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, 407 p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991, 430 p.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Rio de Janeiro, Edições Trabalhistas, 1988, 227 p.



CORDELLIER, Serge & LAPAUTRE, Catherine. O Mundo Hoje 1993 - Anuário Econômico e Geopolítico Mundial. Trad. de Blanche Pereira de Castro Torres et alli. São Paulo, Editora Ensaio, 1993, 499 p.

FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas. São Paulo, 6a edição, Martins Fontes, 1992, 407 p.

GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina. Trad. de Galeano de Freitas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 250 edição, 1976, 307 p.

GOULD, Stephen Jay. Dedo mindinho e seus vizinhos. Trad. de Sergio Flaskman. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, 492 p.

HOGAN, Daniel Joseph & VIEIRA, Paulo Freire.( orgs. ) Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável. Campinas, Editora da UNICAMP, 1992, 234 p.

KAMTO, Maurice. Institutions Internationales d' Aide au Developpment et Problemes de l' Environnement. Painel sobre Proteção Ambiental : Aspectos Financeiros. Conferência Internacional de Direito Ambiental realizada no Rio de Janeiro, 1991.

KISS, Alexandre. **The Development of International Environmental Law.** Conferencia Internacional de Direito Ambiental, Rio de Janeiro, 1991.

LAGO, Antonio & PADUA, José Augusto. **O que é Ecologia ?** São Paulo, Editora Brasiliense, 102 edição, 1984, 108 p.

LEIS, Héctor. **Ecologia e Política Mundial.** Rio de Janeiro, FASE em co-edição com Editora Vozes e AIRI/PUC, 1991, 184 p.

LOVELOCK, James. **As Eras de Gaia : A Biografia da Nossa Terra Viva.** Trad. Beatriz Sidoux. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1991, 236 p.

MACIEL, Tania. ( org. ) **O Ambiente Interno - A Contribuição Crítica da Universidade à Questão Ambiental.** Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1991, 285 p.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro.** 32 edição, Ed. Revista dos Tribunais, 1991, 595 p.

---

**Direito à Informação Ambiental e Sociedade Civil.** Painel sobre Cidadania e Meio Ambiente, Conferência Internacional de Direito Ambiental, Rio de Janeiro, 1991.

MACNEILL, Jim, WINSEMIUS, Pieter & YAKUSHIJI, Taizo. **Para Além da Interdependência - A Relação entre a Economia Mundial e a Ecologia da Terra.** Trad. de Alvaro Cabral, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992, 177 p.

MARGULIS, Sergio.(org.) **Meio Ambiente : Aspectos Técnicos e Econômicos.** Rio de Janeiro, IPEA/PNUD, 1990, 246 p.

\_\_\_\_\_ & REIS, Eustáquio J. **Perspectivas Econômicas do Desflorestamento da Amazônia.** Rio de Janeiro, IPEA, maio 1991, 47 p.

MCCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso - A História do Movimento Ambientalista.** Trad. de Marco Antonio Esteves e Renato Aguiar, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1992, 224 p.

McKIBBEN, Bill. **O Fim da Natureza.** Trad. de A. B. Pinheiros de Lemos, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990, 219 p.

MENEZES, Alfredo da Mota. **Do Sonho à Realidade - A Integração Econômica Latino-Americana.** São Paulo, Editora Alfa Omega, 1990, 275 p.

MIRANDA, Ana. **O Retrato do Rei.** São Paulo, Companhia das Letras, 1991, 375 p.

MOTTA, Ronaldo Serro<sup>a</sup>. **Uma Proposta Metodológica para Estimativas de Contas Ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro, IPEA, abril 1991, 34 p.

---

\_\_\_\_\_ et alli. **Current Status of Water Pollution Control in Brazil.** Rio de Janeiro, IPEA, fevereiro 1993, 27 p.

PADUA, José Augusto. ( org. ) **Ecologia e Política no Brasil.** Rio de Janeiro, Espaço e Tempo e IUPERJ, 2<sup>a</sup> edição, 1987, 211 p.

PETERSEN, João Batista & VALLE, Silvio Moreira. **Por uma lei de Biodiversidade.** Documento enviado ao deputado federal Sergio Arouca, relator do substitutivo nº 114/91, em tramitação na Câmara dos Deputados.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico.** Trad. de Angelina Peralva, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 142 p.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento - Crescer sem Destruir.** Trad. Eneida Araujo, São Paulo, Ed. Vértica, 1986, 207 p.

---

\_\_\_\_\_. **Estratégias de transição para o Século XXI : desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo, Studio/Nobel, 1993, 104 p.

SEITENFUS, Vera Maria & DE BONI, Luis A. **Temas de Integração Latino-Americana**. Petrópolis, Vozes e Editora da UFRGS, 1990, 282 p.

SERRES, Michel. **O Contrato Natural**. Trad. Beatriz Sidoux, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991, 142 p.

VIOLA, Eduardo & LEIS, Héctor. **O Ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92 : O Desafio de uma estratégia globalista viável**. Trabalho apresentado e debatido na Sessão Sociedade Civil e Meio Ambiente do Primeiro Seminário do Projeto " Diretrizes de Ação para o Meio Ambiente no Brasil ", realizado de 24 a 25 de novembro de 1992, Câmara dos Deputados, Brasília DF.

WARAT, Luis Alberto. **Manifestos para uma Ecologia do Desejo**. São Paulo, Editora Acadêmica, 1990, 135 p.

WEIL, Pierre. **Organizações e Tecnologias para o Terceiro Milênio - A Nova Cultura Organizacional Holística**. Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Tempos, 1992, 110 p.

## REVISTAS

Política Externa. São Paulo, Paz e Terra, vol. nº 1, junho 1992, 160 p.

\_\_\_\_\_. São Paulo, Paz e Terra, vol. nº 2, setembro/outubro/novembro 1992, 206 p.

Ecologia e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Editora Terceiro Mundo, nº 27, 28, 29 e 31, 1993.

Diplomacia en Acción. ECO'92 Uruguay propone Código Internacional de Medio Ambiente. Montevideo, número III, febrero 1993.

Proposta - Experiências em Educação Popular. Qual Desenvolvimento ? Desafios das ONGs e movimentos sociais na Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, FASE, nº 53, maio 1992.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Rio de Janeiro, FASE, nº 56, março 1993.

Newsweek. The Environment - Responsible Development in the 21st Century. June 1992.

## RELATORIOS

Relatório do Fórum de ONGs Brasileiras preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Meio Ambiente e Desenvolvimento - Uma Visão das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros. Rio de Janeiro, FASE, 1992, 190 p.

Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Cima, 1991, 204 p.

Uruguay y la Conferencia Mundial de Rio de Janeiro. Medio Ambiente y Desarrollo. Ministerio de Relaciones Exteriores, Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente, Montevideo, 1992, 506 p.

Paraguay - Informe Nacional a la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo. Ministerio de Agricultura y Ganadería subsecretaría de Estado de Recursos Naturales y Medio Ambiente, Assuncion, 1992, 111 p.

Republica Argentina Presidencia de la Nacion Secretaira General Comission Nacional de Politica Ambiental. **Informe Nacional a la Conferencia sobre Medio Ambiente y Desarrollo de las Naciones Unidas.** Buenos Aires, julio 1991, 34 p.

Relatorio sobre o Desenvolvimento Mundial 1992 - Desenvolvimento e Meio Ambiente. Washington, D.C., Banco Mundial, 1992.

Boletim de Integração Latino-Americana. **Dois Anos do Tratado de Assunção.** Ministério das Relações Exteriores, Brasília, MRE, março 1993, 227 p.

Análise Conjuntural - Indicadores Econômicos. Porto Alegre, RSV 20, n 1, 1º Trimestre 1992.

Institute for European-Latin American Relations. **A New Phase in Latin American Integration ? : The 1986 Agreements between Argentina and Brazil.** Madrid, december 1986.

La Communauté Européenne et L'Amérique Latine - Une Perspective Socialiste. Rapport du Groupe Socialiste du Parlement Européen, Bruxelles, 1988, 71 p.

Bulletin des Communautés Européennes. L'Union Européenne - Rapport de M. Leo Tindemans, premier ministre du Belgique au Conseil européen. Bruxelles, 1976, 37 p.



Report drawn up on behalf of the Political Affairs Committee on the political situation in South America. European Parliament, Brussels, december 1988.

#### TRATADOS E CONFERENCIAS

Conferência Regional da América Latina e Caribe preparatória da Rio-92. Promovida pela CEPAL segundo recomendação da Resolução da ONU 44/228. Plataforma de Tlatelolco sobre Medio Ambiente y Desarrollo.

II Conferência del MERCOSUR sobre Medio Ambiente y Aspectos Transfronterizos - ECOSUR '93. Misiones, Argentina, agosto y setiembre 1993.

Treaty on European Union ( summary ). Dublin, 1993.

Tratado de Assunção de 26 de março de 1991. Tratado para a constituição de um Mercado Comum entre Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai.

## JORNAIS E INFORMATIVOS

Greenpeace do Brasil. Florestas Tropicais : vida em perigo.  
Rio de Janeiro, 1993.

\_\_\_\_\_. A Maquiagem Verde da Eco-92 : Eco-92, um  
horizonte nebuloso; Banco Mundial : a raposa cuidando do  
galinheiro; O disfarce ecologico das empresas  
transnacionais. Boletim da Greenpeace América Latina,  
número I, maio 1992.

\_\_\_\_\_. O Comércio Internacional de Lixo. Rio  
de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. O Corte Predatório do Mogno : Ameaça  
ao Futuro da Amazônia. Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. O Relatório Greenpeace sobre a  
Maquiagem Verde : O disfarce ecológico das empresas  
transnacionais. Rio de Janeiro, 1992.

Greenpeace Internacional. El Nuevo Maquillaje Verde que  
lucel el Banco Mundial : Simular una posición  
ambientalista mientras se destruye el planeta.  
Amsterdam, abril 1992.

Greenpeace. Três motivos para se fechar Angra I . Rio  
de Janeiro, 1992.

FOLHA DE SAO PAULO. São Paulo (Jornal, vários.)

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro (Jornal, vários),  
especialmente os artigos publicados no Caderno Ecologia.

O GLOBO. Rio de Janeiro (Jornal, vários).